

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**

**ROBERTA PEREIRA DE LIMA**

**DESINDUSTRIALIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DO CASO BRASILEIRO**

**JOÃO PESSOA - PB**

**2014**

**ROBERTA PEREIRA DE LIMA**

**DESINDUSTRIALIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DO CASO BRASILEIRO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, como requisito para o título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Professor emérito e Dr. em Economia Nelson Rosas Ribeiro.

**JOÃO PESSOA - PB**

**2014**

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

L732d Lima, Roberta Pereira de.

Desindustrialização: uma análise do caso brasileiro. / Roberta Pereira de Lima. – João Pessoa: UFPB, 2014.  
84f.:il

Orientador(a): Profº. Drº Nelson Rosas Ribeiro.  
Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) –  
UFPB/CCSA.

1. Desindustrialização. 2. Indústria brasileira. 3. Economia brasileira. I. Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU:330.341.426(043.2)

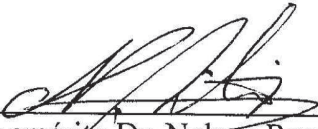
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAIBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA


AVALIAÇÃO DA MONOGRAFIA


Comunicamos à Coordenação de Monografia do Curso de Graduação em Ciências Econômicas (Bacharelado) que a monografia da aluna Roberta Pereira de Lima, Matrícula 10916701, intitulada **Desindustrialização: uma análise do caso brasileiro**, foi submetida à apreciação da comissão examinadora composta pelos professores Profa. Ms. Rosângela Palhano Ramalho e Profa. Dr.<sup>a</sup> Elivan Gonçalves Rosas Ribeiro, no dia 20/08/2014, às 15h, no período letivo de 2014.1.

A monografia foi aprovada pela Comissão Examinadora e obteve nota (10,0)  
Reformulações sugeridas: Sim ( ) Não (X)

Atenciosamente,

  
\_\_\_\_\_  
Professor emérito Dr. Nelson Rosas Ribeiro  
(Orientador)

  
\_\_\_\_\_  
Professora Ms. Rosângela Palhano Ramalho  
(Examinadora)

  
\_\_\_\_\_  
Professora Dr.<sup>a</sup> Elivan Gonçalves Rosas Ribeiro  
(Examinadora)

\_\_\_\_\_  
Prof. Ms. Ademário Felix de Araújo Filho  
(Coordenador de Monografia)

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Alexandre Lyra Martins  
(Coordenador da Graduação)

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Sinezio Fernandes Maia  
(Chefe de Departamento)

Ciente:

  
\_\_\_\_\_  
Roberta Pereira de Lima

## DEDICATÓRIA

A minha matriarca e a meu patriarca que possibilitaram direta ou indiretamente a chance de eu continuar meus estudos mesmo que isso significasse grande esforço.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha família, que sempre estiveram comigo ajudando e incentivando em todos os momentos. Sou grata aos meus pais que apesar da sua pouca instrução, tanto me estimularam nessa jornada. À meu pai, por me ensinar a gostar da leitura quando o via ler todas as tardes. Nunca vou esquecer essa imagem. À minha querida mãe, por se preocupar e me incitar nos estudos, como se este fosse realmente uma forma transformadora da realidade social. Preciso agradecer também a meu irmão Rafael, se não fosse por seu alerta talvez eu nunca me enveredasse no curso de Economia. Obrigada mano.

Preciso agradecer a todos os amigos que fiz ao longo deste curso. Todos tiveram alguma influência e me proporcionaram algum tipo de aprendizado. Agradeço àqueles que começaram o curso comigo e aos que conheci em outros tempos e ocasiões; àqueles amigos do centro acadêmico com quem aprendi em tantos momentos. Meu agradecimento especial aos queridos Eric e Queren, grandes companheiros, que me deram apoio e com quem aprendi muito sobre as percepções políticas, acadêmicas, econômicas e sobre a vida. Agradeço também à Letícia (Lê) que sempre foi gentil, prestativa e amiga. Aliás, ela e o André muito contribuíram para meu aprendizado e posicionamento político.

Agradeço aos meus professores, que de modo direto ou indireto me ensinaram lições importantes. Meu agradecimento particular aos professores: Marcel, por ter gentilmente oferecido artigos para complementar minha pesquisa; ao professor Aléssio, pelos conselhos estatísticos e por sua atenção sempre que precisei; à querida professora Rosângela, com quem apesar de não ter tido oportunidade de estudar, e sim de trabalhar no Progeb, aprendi muito, inclusive nessa pesquisa, por meio de sua dissertação de mestrado; à minha mui amiga e sempre professora Elivan, por quem tenho muito apreço e com quem aprendi e venho aprendendo, entre outras coisas, a ver a vida de um modo mais bonito e alegre.

Ao também amigo e professor Lucas, que teve papel tão importante nessa minha trajetória de conhecimento, desde o momento que me convidou a participar da seleção de monitoria de Economia Política I e ainda hoje tanto me incentiva.

Por fim, mas não menos importante quero agradecer ao meu orientador, Nelson Rosas, que para mim é mais que um orientador, com quem tive o prazer de estudar e com quem aprendi e aprendo todo dia. Mestre, destes que a gente quer aprender tudo que puder. Que me despertou para o exercício real da ciência e do ensino. E que me inspira toda vez que o vejo mesmo já aposentado (compulsoriamente) dando aula com tanto desejo de instigar a reflexão e o aprendizado do conhecimento.

## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo fazer uma análise da indústria brasileira partindo de uma perspectiva histórica e atual para compreender o problema da perda de importância da indústria no PIB total do país. Dessa maneira, procurou-se verificar a evolução da indústria e a observação do comportamento de determinadas variáveis, tais como: produção industrial de diferentes setores; formação bruta de capital fixo; PIB total da indústria, da agropecuária e dos serviços; renda *per capita*; taxa de câmbio real efetiva; a taxa de juros; número de estabelecimentos industriais; receita da indústria de transformação; balança comercial, índice de confiança do setor industrial, afim de que pudessem ajudar a identificar se no Brasil está ocorrendo o fenômeno da desindustrialização. Após o exame dos dados e da análise teórica foi possível refutar algumas formulações tidas como verdadeiras, como a afirmação de que o Brasil estaria se desindustrializando naturalmente, por meio de mudança estrutural qualitativa através do crescimento do setor de serviços em detrimento do setor produtivo industrial. Ao mesmo tempo em que essa possibilidade foi desconstruída, a análise confirmou que o país realmente enfrenta uma desindustrialização resultante de políticas econômicas equivocadas, integração na dinâmica econômica mundial e apreciação nos preços das commodities. Esta apreciação tem provocado o fenômeno que muitos autores denominam como “doença holandesa” ou “maldição dos recursos naturais”.

Palavras-chave: Desindustrialização. Doença holandesa. Economia brasileira.

## **ABSTRACT**

This paper aims to analyze the Brazilian industry starting from a historical and current perspective to understand the problem of the loss of importance of manufacturing in total GDP of the country. Thus, we sought to verify the evolution of the industry and the observation of the behavior of certain variables such as industrial production in different sectors; Gross fixed capital formation; Total GDP of industry, agriculture and services; per capita income; real effective exchange rate; the interest rate; number of industrial establishments; recipe of the manufacturing industry; trade balance, confidence index of the industrial sector, so that could help identify whether occurring in Brazil is the phenomenon of deindustrialization. After examining the data and the theoretical analysis has been possible to refute some formulations held true as the statement that Brazil would be de-industrializing naturally, through qualitative structural change through the growth of the service sector at the expense of the industrial sector. While this possibility was deconstructed, the analysis confirmed that the country really faces a deindustrialization resulting from misguided economic policies, integration into the world economic dynamics and appreciation in commodity prices. This assessment has led to the phenomenon that many authors refer to as "Dutch disease" or "resource curse".

**Keywords:** De-industrialization. Dutch disease. Brazilian economy.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DO BALANÇO DE PAGAMENTOS – 1947-1954.....	31
GRÁFICO 2 - TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB MUNDIAL, DO BRASIL E DOS EUA ENTRE 1961-2000 .....	37
GRÁFICO 3 - EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA E DA AGRICULTURA NO PERÍODO DO “MILAGRE ECONÔMICO” .....	38
GRÁFICO 4 - PIB TOTAL E DOS PRINCIPAIS SETORES DA ECONOMIA BRASILEIRA -2001-2010 .....	42
GRÁFICO 5 - BRASIL - PIB DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO EM VALOR ADICIONADO - % (1980-2012).....	55
GRÁFICO 6 - PIB PER CAPTA E VALOR ADICIONADO DA INDÚSTRIA EM NÚMERO REAL ANUAL – 1971/2013.....	58
GRÁFICO 7 - PIB DO SETOR DE SERVIÇOS EM VALOR ADICIONADO EM % (1971-2012).....	59
GRÁFICO 8 - TAXA DE CÂMBIO - EFETIVA REAL – INPC – EXPORTAÇÕES – MANUFATURADOS – ÍNDICE (MÉDIA 2005=100) – 1996/13 .....	62
GRÁFICO 9 - TAXA MÉDIA DE JUROS (%) ANUAL DA SELIC E PIB DA INDÚSTRIA EM VALOR ADICIONADO - VAR. REAL - % - 1996/13.....	63
GRÁFICO 10 - SALDO DA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA (FOB) EM MI US\$ - 1980-2014/6 .....	64
GRÁFICO 11 - VOLUME DE EXPORTADOS E IMPORTADOS BRASILEIROS ENTRE BENS BÁSICOS, MANUFATURADOS E SEMIMANUFATURADOS - 2013.....	67
GRÁFICO 12 - FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO TRIMESTRAL EM VARIAÇÃO DE VOLUME COM AJUSTE SAZONAL – 1996/2013.....	68
GRÁFICO 13 - TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB DA INDÚSTRIA E DA AGROPECUÁRIA EM % - 1960- 2000 .....	69
GRÁFICO 14 - PIB DA ALEMANHA, EUA, CHINA, BRASIL E ÍNDIA (EM TRI US\$) E O CONTINGENTE POPULACIONAL (EM MI E BI) - 2013.....	70
QUADRO 1 - PIB DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO E DO PIB PER CAPTA DE ALGUMAS ECONOMIAS DO MUNDO – 2005/2009 .....	49
QUADRO 2 - PIB DA ALEMANHA, EUA, CHINA, BRASIL E ÍNDIA (EM TRI US\$) E O CONTINGENTE POPULACIONAL (EM MI E BI) - 2013.....	71

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - INDÚSTRIAS NO BRASIL EM 1889 .....	24
TABELA 2 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL DO BRASIL – CRESCIMENTO ANUAL (1929-1939).....	28
TABELA 3 - BALANÇO DE PAGAMENTOS – 1947/1955 – US\$ MILHÕES.....	31
TABELA 4 - PARTICIPAÇÃO DAS EMPRESAS ESTRANGEIRAS NAS EXPORTAÇÕES DE 1967 .....	35
TABELA 5 - TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DO BRASIL – 1956/1975.....	36
TABELA 6 - DADOS GERAIS DAS INDÚSTRIAS EXTRATIVAS E DE TRANSFORMAÇÃO -1986/1995 .	40
TABELA 7 - FATURAMENTO REAL - INDÚSTRIA - ÍNDICE (MÉDIA 2006 = 100) - 1991/1995 .....	40
TABELA 8 - CRESCIMENTO PERCENTUAL DO PIB TOTAL E SETORIAL - 2001/2010 .....	42
TABELA 9 - BALANÇA COMERCIAL DO SETOR DE BENS DE TRANSFORMAÇÃO .....	44

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
1.1 OBJETIVOS .....	12
1.2 IMPORTÂNCIA DO TEMA.....	13
1.3 METODOLOGIA .....	15
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>18</b>
<b>3 ANÁLISE HISTÓRICA DA INDÚSTRIA BRASILEIRA.....</b>	<b>22</b>
3.1 O INÍCIO DA INDÚSTRIA NO PERÍODO REPUBLICANO .....	22
3.2 O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, DA ERA VARGAS ATÉ O FINAL DA DÉCADA DE 80 .....	27
3.3 A SITUAÇÃO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA DE 1990 ATÉ OS DIAS ATUAIS .....	40
<b>4 PROBLEMÁTICA DA “DESINDUSTRIALIZAÇÃO” .....</b>	<b>46</b>
4.1 CONCEITO E EXEMPLOS NO MUNDO .....	46
4.2 DISCUSSÕES NO BRASIL (PRINCIPAIS PONTOS DE VISTA).....	51
<b>5 ANÁLISE DO CASO BRASILEIRO .....</b>	<b>55</b>
5.1 DIAGNÓTICO, CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS .....	56
5.1.1 <i>Papel da Taxa de Câmbio e Juros</i> .....	61
5.1.2 <i>Papel das Commodities</i> .....	66
5.1.3 <i>Especulação Financeira e Desvio de Investimentos</i> .....	67
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>72</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>74</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>79</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos o tema da desindustrialização tem apresentado grande relevância e provocado muitos debates. Tanto no cenário nacional como no cenário internacional, essa, sem dúvida, é uma questão importante e com várias interpretações.

A desindustrialização é um fenômeno relativamente recente no mundo e continua atual já que o Brasil parece sofrer do mesmo mal que acometeu alguns países. A indústria é um setor demasiadamente importante, dentro do modo de produção capitalista, pois impulsiona o desenvolvimento e uma forte interação entre as forças produtivas necessárias à reprodução do capital. Portanto, não se deve acreditar que a desindustrialização tenha consequências puramente positivas, já que a indústria é a principal fonte da produção material de mercadorias dentro das economias capitalistas.

Os resultados recentes da economia brasileira apontam para uma forte perda de fôlego da atividade industrial. Economistas, analistas, entidades e empresários do ramo da indústria demonstram preocupação devido a crescente retração dos diversos setores, até mesmo daqueles com maior solidez. As mudanças na estrutura produtiva e nos mecanismos de trabalho já começam a aparecer, os *layoffs* (afastamento temporário dos trabalhadores com remuneração dos salários parcialmente pelos empresários do setor e pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador- FAT) são um exemplo. Os estoques do setor têm aumentado, mesmo com menor ritmo de produção, dado que a economia brasileira e mundial está desaquecida.

A produção e os preços das *commodities* têm crescido, estimulando tal produção e também a especulação no setor financeiro, desviando também a atenção e o investimento da produção industrial para o setor primário. Esses resultados têm colaborado para o questionamento das causas desse menor dinamismo da indústria e provocado muitas discussões em torno da questão de uma possível desindustrialização brasileira.

### 1.1 OBJETIVOS

O objetivo central deste trabalho é estudar se está ocorrendo uma desindustrialização no Brasil. Pretende-se como objetivo geral verificar se o processo de perda da indústria

brasileira a partir dos anos oitenta, considerado como “desindustrialização” existe e, no caso afirmativo, apontar suas causas e características.

Para atender a esse objetivo geral entende-se que é necessário analisar separadamente algumas questões, que serão chamadas de objetivos específicos, descritos a seguir:

- Fazer uma análise histórica do processo de industrialização do Brasil a fim de entender sua dinâmica e descobrir especificidades que possam explicar a queda da participação da indústria no PIB registrada nas últimas décadas;
- Observar se esse processo de perda da importância da participação industrial é o resultado de uma desindustrialização e;
- Analisar se o papel das *commodities*, da taxa de câmbio e dos juros nesse processo tem relação de causa com a desindustrialização caracterizando a “doença holandesa” no Brasil.

## 1.2 IMPORTÂNCIA DO TEMA

O processo de industrialização do Brasil foi lento e enfrentou vários obstáculos. Ao longo das décadas, a indústria teve momentos de grande ascensão e queda. Dois momentos foram particularmente importantes: o período de 1930 a 1945 com fortes investimentos estatais e estrangeiros e nas décadas de 1950, 1960 e 1970. Após esses períodos, a indústria tem perdido espaço e investimentos importantes. A maior abertura comercial e os diversos planos de estabilização não contribuíram positivamente para o setor.

Mas afinal, o que é a desindustrialização? A desindustrialização tem recebido significados diferentes e ao mesmo tempo controversos. Um dos conceitos mais utilizados é o conceito “clássico” definido por Rowthorn e Ramaswamy (1999) citado em artigo desenvolvido por Oreiro e Feijó (2010) em que a “desindustrialização” é tratada como “uma redução persistente da participação do emprego industrial no emprego total de um país ou região”.

As opiniões divergem tanto quanto as origens como quanto as causas e consequências. É sabido que o processo se tem apresentado de forma diferente nos lugares onde se constatou sua existência. Na Holanda, por exemplo, a desindustrialização foi encarada como tendo sido provocada pela apreciação de recursos naturais na pauta das exportações, sendo denominada como “doença holandesa”. No caso da Holanda, o recurso de grande importância foi o Gás

Natural. No Brasil, essa hipótese também é considerada em estudos apresentados por Nassif (2008) e Bresser-Pereira (2008). Segundo esses autores a apreciação dos preços das commodities brasileiras acabou sendo o fator que desviou a atenção dos investimentos da indústria para a produção de commodities. Isso explicaria, segundo tais autores, a diminuição do percentual da indústria no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro.

Naturalmente todo novo tema de investigação provoca divergências e interpretações distintas. O conceito de desindustrialização é identificado também como um processo que provoca queda na participação da Indústria no PIB podendo se dar de forma **positiva**, quando a indústria é substituída não apenas em quantidade, mas em qualidade, através do implemento de novas tecnologias que podem aumentar o valor adicionado às exportações, ou de forma **negativa**, como no exemplo da apreciação das commodities por meio do câmbio depreciado, produzindo uma externalidade negativa sobre a produção dos manufaturados (OREIRO e FEIJÓ, 2010).

Há outras opiniões que apontam como causa do processo as políticas macroeconômicas. A ausência destas políticas pode influenciar fortemente a economia, piorando o fenômeno ou conduzindo o país à desindustrialização. Cano (2012) é um dos defensores desta teoria e cita em seu texto exemplos de países como Alemanha e Japão que combateram o problema com instrumentos macroeconômicos e atenuaram o processo de desindustrialização.

Obviamente, as condições nesses países eram diferentes das brasileiras. Naquele tempo havia a “ameaça” da revolução socialista o que tornavam necessárias políticas sociais e desenvolvimentistas mais abrangentes e efetivas. Além disso, Cano (2012) acredita que a abertura à entrada de capitais estrangeiros, como ocorreu no Brasil, principalmente no final da década de 1980 e durante 1990, tornou o país frágil tendo que assumir compromissos para os quais a economia não estava preparada. Como exemplo disso, ele cita a China, Rússia e Índia, que, embora tenham se iniciado como economias de mercado, não abriram prontamente suas contas de capital e permaneceram tendo controle sobre as entradas e saídas dos seus fluxos de capitais. Segundo essa perspectiva existem muitos recursos na política econômica, como: sobrevalorização ou desvalorização da moeda interna, através do câmbio, além de outros incentivos monetários e industriais que estimulariam ou não a indústria e provocariam ou evitariam a desindustrialização.

Para alguns autores o termo desindustrialização só é aplicável em economias que já alcançaram certo nível de industrialização, o que não seria o caso do Brasil. Sendo assim, não poderia haver uma desindustrialização no país. Esse argumento acaba fortalecendo as

conjecturas de que a desindustrialização só está se dando de modo pontual e não estrutural, como aborda Nassif (2008).

Entretanto, Feijó et al. (2005), analisam que a América Latina vem passando por um processo de desindustrialização, desde a década de 1990 e que, já a partir de 1995, a participação da indústria no PIB era de 31,4%, e já representava um número bem inferior ao da década anterior. Em 1985 esse percentual era de 42,3%, segundo estudo realizado por Bonelli (2005).

Outros autores como Palma (2005) e Cano (2012) tem uma avaliação semelhante a de Feijó et al. (2005), de que a desindustrialização não é um processo recente, mas, fruto de uma série de políticas econômicas (abertura comercial repentina, cambio desfavorável, taxa de juros alta, falta de política de proteção ao setor, etc) e comportamentos da economia brasileira, há cerca de 30 anos. Desde o fim do PSI<sup>1</sup> - Processo de Substituição de Importações, na década de 1980, e a abertura e liberalização econômica na década de 1990, pelo presidente Fernando Collor de Mello, as medidas adotadas para o controle da indigesta e persistente inflação, contribuíram para que a indústria perdesse participação e importância.

O fato inegável é que, nas últimas três décadas os setores da indústria vem apresentando pífios resultados e as indagações a respeito do fenômeno da desindustrialização, ocorridas em alguns países, têm aumentado e atormentado a indústria brasileira.

Diante disso, compreende-se cada vez mais a relevância do tema e a necessidade de estudos desse fenômeno da perda de importância da indústria no PIB brasileiro, a fim de entender se pode ser considerado como desindustrialização e se o fato está atrelado ao caso da “doença holandesa”.

### 1.3 METODOLOGIA

O presente estudo que tem um caráter analítico e crítico a respeito do tema da “desindustrialização”, ainda não consensual em todos os seus aspectos, é uma pesquisa exploratória, objetivando o diagnóstico sobre a “desindustrialização” no Brasil. Uma vez identificado o fenômeno pretende-se apresentar algumas linhas de explicação. Para isso foi inicialmente realizada uma pesquisa bibliográfica sobre os fatos importantes que influenciaram ao longo da história a industrialização brasileira. Também realizou-se um

---

<sup>1</sup>O Processo de Substituição por Importações se iniciou a partir de 1930, se fortaleceu entre as décadas de 1950/60, inclusive com industrialização pesada em 1960. (RIBEIRO, 2011, p.70).

levantamento e a leitura crítica da literatura existente sobre o tema, pesquisando em livros, artigos e publicações periódicas a fim de classificar e ordenar as diferentes opiniões e diagnósticos já existentes.

Em seguida foram coletados dados estatísticos e informações recentes a respeito dos resultados da indústria. Procurou-se definir algumas variáveis julgadas como significativas para o setor industrial, tais como: produção industrial de diferentes setores; formação bruta de capital fixo, que é uma medida de investimento no setor; PIB total da indústria, da agropecuária e dos serviços; renda *per capita* e o PIB brasileiro a partir uma série histórica; a taxa de câmbio real efetiva que representa o valor do câmbio entre os países com os quais o Brasil mantém relações comerciais; a taxa de juros - utilizou-se a Selic por esta ser a taxa básica referencial para as tomadas de decisões por parte da iniciativa pública e privada; o número de estabelecimentos industriais e a receita da indústria de transformação – que abarca uma enorme gama de setores; a balança comercial, índice de confiança do setor industrial, entre outras variáveis e informações importantes.

Os dados foram coletados através dos órgãos e entidades que acompanham os resultados da economia, como: IBGE, IPEA, CNI, Banco Mundial, Valor Econômico, MDIC, Fiesp etc. Alguns dados precisaram ser tratados, já que muitas das informações disponíveis estavam como diárias, mensais ou trimestrais, o que contribui para que o acumulado ou a média sejam mais fieis a realidade, mas era necessário a análise dos valores agregados.

Houve dificuldade para encontrar alguns dados posto que algumas entidades só disponibilizam séries históricas mais recentes e o presente estudo se propõe fazer uma análise mais detalhada no tempo, necessitando portanto de dados mais antigos.

Como recursos estatísticos foram utilizados basicamente gráficos de série, de dispersão e tabelas para demonstrar a evolução do fenômeno em análise. Utilizou-se também o filtro Hodrick Prescott – HP através do software gretl para suavizar as flutuações da série histórica a partir da década de 1960 até 2000 a fim de mostrar o amadurecimento da indústria brasileira e de sua integração ao ritmo capitalista das economias desenvolvidas, como defende Ribeiro (2011).

Ao se observar os dados recentes e o histórico da indústria brasileira constatou-se a existência de um processo de desindustrialização no Brasil. E a partir desse diagnóstico o estudo foi direcionado para a análise das possíveis causas, efeitos e soluções para a indústria brasileira.



O trabalho foi estruturado em cinco seções, sendo esta introdução, a primeira, que aborda entre outras coisas a importância do tema, os objetivos e a metodologia utilizada para a pesquisa.

No segundo capítulo apresenta-se o referencial teórico. Nesta sessão são colocadas as principais opiniões dos autores que falam da questão da desindustrialização no Brasil e que, portanto, deram suporte ao tema em estudo.

O terceiro capítulo descreve um breve histórico de como se deu a industrialização do Brasil, apresentando também estudos e expondo os resultados obtidos recentemente pelo setor industrial.

No quarto capítulo aborda-se e confrontam-se as diferentes opiniões e conceitos a respeito do tema da desindustrialização. Expõem-se ainda alguns exemplos de desindustrialização ocorridos em outros países.

O penúltimo capítulo é destinado à análise da problemática da perda da importância da indústria brasileira quanto ao diagnóstico e causas.

Por fim, o último capítulo, apresenta as conclusões e algumas possíveis soluções para o problema.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A literatura existente a respeito da desindustrialização é relativamente pequena e muito nova, tendo em vista que é um fenômeno de certa forma recente no mundo e principalmente no Brasil. Por esse motivo, há poucos livros que abordam o problema e quase sempre os existentes interpretam a questão a partir de um prisma mais limitado, teoricamente. Geralmente, a bibliografia existente relaciona o problema da “desindustrialização” apenas às questões cambiais e de políticas econômicas, na maior parte dos estudos.

No entanto, há muitos trabalhos monográficos e artigos recentes que procuram estudar e dar outras explicações sobre o assunto. Estes trabalhos apresentam diferentes pontos de vista sobre as controvérsias existentes agravadas, principalmente pelas abordagens teóricas.

As maiores controvérsias se manifestam não em relação à ocorrência do problema, mas, no julgamento do caráter positivo ou negativo desse processo. Muitos teóricos do campo desenvolvimentista e ortodoxo admitem a presença desse fato no Brasil como algo real, consistente ou mesmo pontual. Entretanto, divergem sistematicamente a respeito de suas causas e dinâmica. Isso porque, estudos apresentados por desenvolvimentistas, como Oreiro e Feijó (2010) afirmam a existência de “desindustrialização” brasileira ocorrendo de forma *negativa*, via “doença holandesa”<sup>2</sup>, sendo um acontecimento precoce para a economia brasileira, que ainda não alcançou nível de desenvolvimento avançado e com alta renda *per capita*, como é o caso das economias desenvolvidas onde a desindustrialização se deu. Nessa linha, também se observam artigos de Bresser-Pereira (2010), que identifica nas commodities e na abertura comercial promovida no país a partir dos anos 1990, fatores importantes, que determinaram a queda e o baixo ritmo da indústria, de lá, para cá. Palma (2005) também alerta para o problema da “desindustrialização” brasileira, tomando como principal argumento a questão das exportações e a “doença holandesa”.

Do outro lado, num ponto de vista mais ortodoxo, está, por exemplo, Bonelli (2005) defendendo que a “desindustrialização” do Brasil tem se apresentado de forma natural, não apenas no Brasil, mas em vários países do mundo e pelos mesmos motivos: os avanços das economias, incluindo a brasileira, promovem mudanças nas tecnologias e nos padrões

---

<sup>2</sup> Doença holandesa é um processo pelo qual uma economia perde a participação da indústria no seu produto interno, devido à descoberta e exploração de um ou mais recursos naturais existente naquela economia. Este processo desloca os investimentos e atenção para esses bens primários, dando menor importância ao setor produtivo. Como consequência da apreciação de tais recursos, ocorre a valorização da moeda local, que prejudica também as exportações dos bens produzidos para outras economias. Incorrendo, portanto, numa perda da competitividade da indústria. (OREIRO E FEIJÓ, 2010).

produtivos, afetando inicialmente o primeiro setor (agricultura) da economia, depois o segundo setor (indústria) e, posteriormente, transferindo seu potencial de crescimento para o terceiro setor, que concentra um maior valor adicionado, como bem afirma em seu texto:

Em nível agregado, a evolução da estrutura do Produto Interno Bruto (PIB) por setores tende, nos países que passam por processos de crescimento econômico, a atravessar uma sequência típica tal que, primeiro tem-se uma queda na participação da Agropecuária e outras atividades “primárias” no produto total. A queda resulta do aumento da produtividade no campo e ocorre com expulsão de mão de obra para o meio urbano. Essa redução do peso do setor primário é compensada inicialmente por forte expansão da Indústria — que é o que caracteriza o crescimento via industrialização — e, em menor medida, pelo aumento dos Serviços. Posteriormente é esse setor que vê crescer sua participação de forma lenta, mas contínua, no produto agregado. (BONELLI, 2005).

Em entrevista a revista IHU<sup>3</sup> em 2010, Bonelli diz não acreditar num processo de “desindustrialização” no Brasil, admitindo apenas que a indústria tenha perdido força especialmente em valor.

Nassif (2008), não identifica a “desindustrialização” brasileira como sendo um processo negativo, mas, sim, “natural”, de longo prazo para economias desenvolvidas e com mudanças dos padrões produtivos brasileiros. Algo que acaba por realocar os fatores de produção, capital e trabalho (mão-de-obra) direcionando ou redirecionando a produção interna naquilo em que o país obtiver maior vantagem visando atender a demanda externa. No caso brasileiro, os bens primários são o que o Brasil produz de melhor, ainda mais com a demanda crescente e garantida de economias em desenvolvimento, como é o caso da China.

Para Nassif (2008), as análises empíricas apontam para uma queda pontual da indústria, de transformação<sup>4</sup>, principalmente na década de 1980, e se manteve na década de 1990, em torno dos 22%, havendo uma melhora nessa participação que chegou a 23%, em 2004. Segundo ele, “houve crescimento de produtividade na década de 1990” e “aumento da eficiência do trabalho, proporcionado pelas novas técnicas produtivas”. Isso justificaria então, o fato da economia brasileira estar passando por um processo de “desindustrialização”, *positiva*, possibilitado pelo seu estágio maduro e desenvolvido.

As divergências, porém, são as mais variadas, Nakahodo e Janck (2006) chega a abordar a questão da “desindustrialização” como uma “Falácia da ‘doença holandesa’ no Brasil”, questionando, assim, o *boom* das exportações brasileiras e a alta dos preços das *commodities*.

<sup>3</sup> Revista do Instituto Humanitas Unisinos.

<sup>4</sup> Nos estudos apresentados por Nassif, a indústria de bens de capital é isolada por terem criado uma classificação diferenciada para indústria de bens de capital. (Revista de Economia Política 28 (1), nota de rodapé nº 9, pag. 80, 2008).

Na contramão das opiniões que negam a existência de “desindustrialização” no país, o economista e ex-presidente do BNDES, Carlos Lessa (2013), afirma, em entrevista para a Revista IHU, que o Brasil não apenas passa por um processo de “desindustrialização” devido às políticas econômicas que afetam o câmbio e consequentemente as exportações e os estímulos do setor de produção industrial, como também pode sofrer sérias consequências se não aproveitar de maneira estratégica o *boom* e a apreciação das reservas do pré-sal.

Independentemente das conclusões dos mais diferentes teóricos a respeito da “desindustrialização” no Brasil, tenha ela, sido resultado de um processo prematuro ou natural, o fato é que se vem observando uma efetiva perda de participação da indústria no PIB desde a década de 1980 como mencionam tanto autores ortodoxos, quanto desenvolvimentistas.

É sabido que, a depender das teorias nas quais os pesquisadores se fundamentam, as explicações e resultados podem diferir. Estudos econométricos apresentados por Soares (2010), por exemplo, procuram explicar a “desindustrialização” como um fenômeno resultante do aumento da produtividade industrial e dos preços relativos desse setor. Soares (2010) embasa-se principalmente no argumento de Rowthorn e Ramaswamy (1999) para afirmar suas proposições em relação à transitoriedade do processo de “desindustrialização” e a forma por meio da qual esta se tem dado, ou seja, Soares (2010) enfatiza que a “desindustrialização” vem ocorrendo pela mudança da estrutura produtiva e do crescimento da produtividade do trabalho na indústria.

Essa conjectura, porém, novamente entra em discordância com argumentos propostos por autores como, Oreiro e Feijó (2010) que acreditam numa “desindustrialização” precoce e provocada por fatores como a “doença holandesa” e o câmbio sobrevalorizado. Ou mesmo, entra em contraposição com os argumentos de que as políticas macroeconômicas voltadas para o PSI (Processo de substituição de Importações), incentivado até a década de 1970 e “interrompido” a partir de 1980, tenham provocado ou incitado a pouca participação da indústria e o seu desenvolvimento dentro do ambiente interno. Somado a isso, a ausência destas políticas econômicas, para atenuar fatores como a sobrevalorização da moeda brasileira, frente à americana (principalmente nas décadas de 1980 e 1990, como medida para combater a inflação), tem colaborado para a efetiva “desindustrialização” brasileira como, relata Cano (2012).

Numa perspectiva mais materialista dialética histórica, os fatos observados do passado podem indicar a trajetória do futuro. Não porque os fenômenos são constantes, ao contrário, a base material é dinâmica e arrasta a sociedade para o mesmo movimento. O esboço histórico

realizado nesse trabalho teve justamente como objetivo compreender como ocorreu o processo de industrialização brasileira para que o entendimento dessa dinâmica possa responder ou direcionar explicações para o presente vivido. No início da industrialização foram necessárias condições especiais, como relata Ribeiro (2011), que pouco a pouco favoreceram a acumulação do capital no Brasil e o surgimento e fortalecimento do setor produtivo chegando a tal nível que o país acabou integrando-se a dinâmica capitalista das economias desenvolvidas. Dessa forma, a influência dos ciclos e da globalização econômica passou a responder diretamente às situações vividas pelo país. O processo de desindustrialização, entre os motivos já mencionados, está ligado também à dinâmica capitalista.

É por esse motivo que este trabalho busca realizar uma análise histórica e atual da indústria para que se possa identificar a existência da desindustrialização e as reais causas desse problema no Brasil a partir de 1980.

### 3 ANÁLISE HISTÓRICA DA INDÚSTRIA BRASILEIRA

Nesta seção pretende-se fazer um esboço histórico do processo de industrialização e descrever como eram as condições da manufatura e da indústria no Brasil desde o início dessas atividades até os dias atuais. Entende-se que, tal resumo histórico é relevante para auxiliar a compreensão da trajetória da indústria na economia brasileira ao longo dos anos em estudo. Nessa perspectiva, acredita-se ser possível observar se nas últimas décadas está ocorrendo um processo inverso ao da industrialização, ou seja, se o país está passando pela desindustrialização, e ainda, identificar suas causas e consequências bem como o período em que esse fenômeno começou.

#### 3.1 O INÍCIO DA INDÚSTRIA NO PERÍODO REPUBLICANO

A atividade manufatureira e industrial no Brasil é relativamente recente, se compararmos o tempo em que o país era colônia de exploração e sua principal atividade econômica baseava-se na monocultura de produtos primários como o açúcar, algodão, café ou na extração de recursos naturais a exemplo do pau-brasil, dos metais, entre outros. Com efeito, apenas na metade do século XIX é que as primeiras manufaturas surgiram no Brasil (BAER, 1966). Mas, somente no século seguinte, essa atividade ganhou força e importância.

A maneira como o Brasil foi colonizado por sua metrópole influenciou enormemente os tipos de atividades aqui desenvolvidas. Estas não objetivavam a produção de manufaturados, a não ser a fabricação – quase artesanal - de produtos para consumo interno dos representantes do reino. A preocupação central era a produção dos bens primários com vista à exportação<sup>5</sup>. Daí a nomenclatura dessa atividade como primário-exportadora. Durante muito tempo essa era a prática em vigor no país. Tal cenário só teve alguma mudança mais significativa, ainda que reprimida e tímida, no final do século XIX, com o surto da exploração da borracha no Norte do país, como afirma Baer (1966). Segundo o autor, no século seguinte a indústria da borracha e algumas outras (algodão, fumo e cacau) começaram a despontar para atender ao setor automobilístico que se desenvolvia e aos demais setores que estreavam ou tentavam se reafirmar no Brasil.

---

<sup>5</sup> Desde o período da colônia até o fim da república a principal atividade econômica desenvolvida no Brasil era a produção de bens primários para a exportação (modelo primário-exportador). Ver maiores informações no livro Formação Econômica do Brasil de Celso Furtado, 2005.

No entanto, em anos que antecederam o surto da borracha, a pequena burguesia que foi surgindo e se instalando no período do ciclo do ouro, iniciou o comércio e pequenas manufaturas, já que agora, com o fim da escravidão em 1888, começava a surgir mão de obra assalariada e um mercado consumidor.

Com a proclamação da república em 1889, o Brasil deixara de atender aos interesses da metrópole, mas, continuava a mercê dos interesses das oligarquias e grupos locais que impunham diversas dificuldades para o surgimento de indústrias ou mesmo pequenas fábricas e atividades manufatureiras, pois temiam que a atividade primária ficasse abandonada e desprotegida. Alguns representantes destes grupos defendiam teses de liberalismo e a “vocação natural” do país para o setor primário. O Visconde de Cairu<sup>6</sup> e Tavares Bastos, por exemplo, eram grandes defensores do liberalismo econômico e da especializa  o da produ  o nacional nos bens primários e na indústria extrativa. A insistência em industrializa  o, segundo eles, só acarretaria problemas e encareceria alimentos e mão de obra (CURADO, 2013).

Partindo desse pressuposto, o período republicano foi marcado por intensos debates entre grupos que advogavam a produ  o agrícola, como exclusiva no país, e grupos da pequena burguesia que tentava implantar - a contra gosto – modestas atividades industriais argumentando que, para o Brasil ser realmente independente, devia se industrializar, caso contrário, permaneceria com inferioridade econômica na condi  o de colônia (CURADO, 2013).

Embora as indústrias de médio e grande porte s   tenham começado a aparecer efetivamente nas décadas finais do século XIX, há relatos de algumas atividades e estabelecimentos industriais anteriores a esse período, como a primeira fábrica têxtil em São Paulo, ainda em 1836, e a existência de mais cinco fábricas em 1852 que produziam fios, velas, vidros, potassa e faziam fundi  o. Algumas outras fábricas se instalaram no sudeste, impulsionadas pela constru  o da ferrovia do Rio de Janeiro – obra realizada por meio do Visconde de Mauá - e demais estradas e portos. No entanto, esse processo inicial de industrializa  o “voluntária” sofreu muitos infortúnios e as tentativas fracassaram como descreve Ribeiro (2011, p. 17). De acordo com o autor, as indústrias que conseguiam sobreviver as várias dificuldades inclusive acidentes tinham que enfrentar altos impostos alfandegários mesmo que empregassem grande número de trabalhadores, como foi o caso do estaleiro de Mauá incendiado em 1875.

---

<sup>6</sup>O Visconde de Cairu chamava-se José Maria da Silva Lisboa.

Apesar das dificuldades persistirem, o processo de industrialização continuava, ainda que lento. Entre 1871 e 1875 o montante de alimentos e vestuários importados já representavam 66%, quase 7% abaixo dos 72,6% nos anos anteriores (RIBEIRO, 2011). Em 1889 já havia pouco mais de 900 empresas em variados ramos de atividade produtiva, “60% pertenciam ao setor têxtil, 15% ao de alimentação, 10% aos produtos químicos” e os outros restantes, a madeira, vestuários e metalurgia, respectivamente (MARTINS, 1961 apud RIBEIRO, 2011, p. 18)<sup>7</sup>.

A tabela 1 ilustra como estava a atividade industrial no período de 1889. Nota-se que dentre as 903 empresas industriais, a predominância é a produção de bens de consumo que fazia face e tentava competir com artigos de mesma categoria então importados. Em termos de capital empregado, destaca-se a indústria têxtil que era favorecida pela cultura do algodão.

Tabela 1 - Indústrias no Brasil em 1889

<b>Tipo de indústria</b>	<b>Qdt.</b>	<b>Volume de Capital (Reis)</b>
Têxtil	87	239.230.327.000
Couros, peles, outros de origem animal	22	2.076.062.000
Madeira	64	15.444.587.000
Metalurgia	66	11.903.866.000
Cerâmica	87	5.011.530.000
Produtos químicos e análogos	86	38.184.047.000
Alimentação	268	63.249.713.000
Vestuário e toucador	88	14.618.475.000
Mobiliário	39	2.370.040.000
Material de construção	56	3.106.030.000
Equipamentos de transporte	32	1.331.773.000
Prod. e trans. De f. físicas	3	187.000.000
Prod. relativos à ciência, letras e artes	5	917.150.000
<b>TOTAL</b>	<b>903</b>	<b>397.630.600.000</b>

Fonte: MARTINS, 1961, p. 102 (apud RIBEIRO, 2011, p. 18).

Em termos de volume de capital investido a indústria têxtil é também o segmento industrial que mais se destaca no período. Muito desse investimento se deve a utilização do algodão como matéria prima principal para a produção de tecido destinado a classe trabalhadora que começava a se formar no país. Nos anos que se seguiram houve tendência de crescimento para este tipo de indústria, inclusive para atender a demanda interna em todos os anos em que deixou de ser suprida pelo comércio exterior nos períodos das guerras mundiais e crises.

<sup>7</sup>MARTINS, I. P. **Introdução à Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio, 1961.

**Na lista de Referências:**

RIBEIRO, N. R. **A expansão do Capitalismo no Brasil**. João Pessoa: Publicações Progeb, 2011.



Em relação ao interesse da burguesia em instalar-se e desenvolver empresas industriais, no país, é importante destacar que, para haver abertura a esse processo inicial e lento de industrialização ou tentativa desta, foram necessárias condições econômicas, políticas e sociais que favorecessem a acumulação de capital por parte da burguesia e a formação de um mercado de Força de Trabalho (FT) e, por consequência, um mercado consumidor. Sem tais condições não haveria possibilidade para a implantação da indústria no Brasil. Sendo assim, faz-se necessário citar acontecimentos que foram criando situações, estimularam e ajudaram ao aparecimento da indústria, como menciona Ribeiro (2011, p. 19):

- A Abolição da escravidão em 1888, criando mercado de força de trabalho e a necessidade de salário e circulação de dinheiro e mercadorias;
- A Proclamação da República em 1889, que provocou a redução dos investimentos advindos da Europa, obrigando o desenvolvimento de uma dinâmica para o abastecimento interno;
- A Crise financeira de 1891, conhecida como “Encilhamento”, que aterrorizou as empresas e os investimentos em ações e títulos, propiciando o deslocamento de tais recursos para outras atividades rentáveis e lucrativas;

Dadas às circunstâncias colocadas, aos poucos, a indústria ia se instalando gradativamente no país. No ano de 1907 o censo industrial conseguiu identificar 3.120 estabelecimentos industriais com quase 150.000 empregados. Alguns autores como Martins e Prado Jr. divergem sobre tais números, mas há consenso de que essa produção era ascendente e já se concentrava na região sul e sudeste (RIBEIRO, 2011, p. 21).

Um momento marcante para a economia e indústria brasileira do século XX é o período em que grande volume de capital estrangeiro entra no país com o fim do “favoritismo” dos produtos exclusivamente ingleses que existiu desde o acordo do Brasil-colônia. Nessa ocasião:

As forças produtivas do país estavam atingindo um nível de desenvolvimento que permitiam o aceleramento do processo de industrialização: o mercado nacional era suficientemente amplo para atrair investimentos estrangeiros; ampliavam-se a rede de comunicações; liquidavam-se pouco a pouco as relações pré-capitalistas e surgiam as condições para a acumulação interna. Roberto Simonsen (1973, p. 17) chega a afirmar que em 1907 a indústria brasileira fornecia cerca de 78% das necessidades nacionais de 30 produtos manufaturados... (citado por Dowbor). (RIBEIRO, 2011, p. 23).

Tal cenário demonstra que gradativamente a situação de país exclusivamente agrícola começava a mudar.

Além dos acontecimentos já destacados, outros fatores influenciaram a implantação da indústria no Brasil no período republicano, eventos de ordem internacional trouxeram vigor e prosperidade para o setor industrial que começava a ser efetivamente formado no país. A primeira guerra mundial é um exemplo de episódio que fomentou a produção interna de mercadorias, principalmente, para suprir as necessidades internas que deixaram de ser atendidas pelas importações, pois a indústria europeia adaptou seu polo industrial à produção bélica. O Brasil pôde com isso ampliar sua produção industrial para atender a demanda interna. Por outro lado, o modelo de produção primário-exportador foi fortalecido pelo aumento das exportações de produtos primários necessários à produção de guerra. Este fato serviu, portanto, de estímulo à criação de um parque industrial brasileiro e de incentivo à chegada de grandes indústrias estrangeiras.

Ribeiro (2011, p. 25) aponta algumas dessas empresas que aqui se instalaram; a *Wilson & Company*, *Continental*, *Anglo*, *General Motors* e *Ford Motors Company*. Acredita-se que a chegada de tais investimentos estrangeiros desencadeou aspectos negativos como o enfraquecimento das poucas atividades industriais nacionais, mas também, acarretou um processo deliberado de criação e desenvolvimento da indústria brasileira que não mais poderia ser parado, mesmo sob a pressão do retorno maciço da produção internacional, após o término da guerra.

Apesar do avanço da atividade industrial no Brasil, a década de vinte colaborou muito mais para a economia de exportação do que para a industrialização. Até o período de 1929 marcados pela “grande depressão” ou “crise de 1929” a principal atividade exportadora ainda estava embasada na agricultura. Era o café<sup>8</sup> o produto de maior peso na balança comercial e com alta cotação internacional. No entanto, a crise mundial<sup>9</sup> contribuirá para a crise internacional do café tendo sérios efeitos internos sobre o produto e sobre a importação dos bens de consumo e meios de produção (RIBEIRO, 2011, p. 28).

---

<sup>8</sup> O café foi um dos produtos de destaque para o Brasil no período colonial e republicano. De acordo com Furtado (2005) “À medida que o café aumentava sua importância dentro da economia brasileira, ampliavam-se as relações com os EUA”. “[...] na primeira metade do século [XIX] esse país passa a ser o principal mercado importador do Brasil”. Com a crise de 1929 o preço do produto que estava altamente cotado, passa a se desvalorizar preocupando agricultores brasileiros. A essa época o governo compra toneladas de café para auxiliar os produtores afetados pela crise internacional do café e pratica no Brasil o que tempos depois será conhecido como política Keynesiana anticíclica.

<sup>9</sup> A crise da bolsa de Nova York iniciada em 1929, também conhecida como a “grande depressão”, durou até a metade da década de 1930 e teve efeitos em diversos países, tornando-se uma crise de proporções mundiais, atingindo inclusive o Brasil. Maiores informações na vasta literatura da época. A Edição experimental do livro “Expansão do capitalismo no Brasil” de autoria do economista Nelson Rosas Ribeiro (2011) também faz referência a esta e outras crises capitalistas do século XX.

De acordo com Nunes (1983) a grande depressão teve, ainda, consequências mais devastadoras para a América Latina do que para os países desenvolvidos. Isso porque os países latinos americanos eram essencialmente agrícolas - ao contrário dos desenvolvidos industrializados – com mercado produtor de bens primários voltados puramente à exportação. Sendo assim, a baixa na exportação dos bens primários ocorreu numa magnitude maior do que a importação dos produtos industrializados das economias capitalistas desenvolvidas. Essa seria a explicação para a drástica redução dos rendimentos privados e estatais, e, por consequência, da diminuição das importações.

A pouca possibilidade de aquisição de produtos industrializados levaria o país a uma insuficiência do atendimento a demanda interna e serviria, portanto, de estímulo à industrialização que atingiu o país nos anos posteriores (RIBEIRO, 2011, p. 28).

### 3.2 O DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, DA ERA VARGAS ATÉ O FINAL DA DÉCADA DE 80

Em 1930 houve grande efervescência política no país produzindo efeitos expressivos, e controversos, no cenário social e econômico, culminando na chamada “revolução de 30” que instaurou anos mais tarde a ditadura Vargas, que durou até 1945.

Durante o primeiro governo de Getúlio Vargas<sup>10</sup> diversos setores da economia receberam grandes incentivos. Realizou-se extensa intervenção estatal em todos os campos, muitas indústrias se instalaram e muitos órgãos governamentais e Institutos (Instituto do Açúcar e do Alcool, Instituto do Cacau, Fundação Brasil Central, Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia, Banco de Crédito da Borracha,...) de apoio e fomento a economia foram criados. Como resultado, [mesmo sob um regime político não democrático], vários segmentos do Brasil se desenvolveram, dando início a um processo relevante e crescente para a indústria e economia brasileira (RIBEIRO, 2011, p. 31).

No início da década de 30 várias medidas foram tomadas para auxiliar agricultores e empresários atingidos pelos efeitos da crise mundial, porém, a economia brasileira só começou a se recuperar concretamente a partir de 1933, com a expansão industrial. Entretanto, em 1931 a indústria já resgatava índices atingidos em 1928 como afirma Villela &

---

<sup>10</sup> Getúlio Vargas governou o Brasil por duas vezes; a primeira quando em meio ao golpe de estado instaurou a ditadura do estado novo entre 1937-1945 (muito embora já em 1930 passe a governar o país por meio de governo provisório) e a segunda vez em 1950 através de eleições diretas. Seu segundo governo terminou com suicídio em 1954 sob fortes pressões políticas.

Suzigan, 1973, p.72 (apud CANO, 1998)<sup>11</sup>. Segundo o autor entre 1933 e 1939 a indústria cresceu a taxas de 11% ao ano.

Como já mencionado, os bens outrora importados para atender a demanda interna eram insuficientes, como consequência da crise internacional e do déficit da balança comercial. Essa lacuna acabou sendo motor de recuperação para a economia e para a indústria em 1933, pois a capacidade ociosa gerada na década anterior fez com que o mercado nacional dependesse do desenvolvimento da indústria local (CANO, 1998). Nesse período, o setor da indústria que mais se expandiu foi o de bens de consumo não duráveis. A história não apresenta resultados tão expressivos em outros setores, como, os de bens duráveis e de capital, mas indica que houve esforço, mesmo com restrições, à aquisição de bens de capital. Tal empenho surtiu efeitos progressivos e significativos até 1939 como descreve o autor.

Os dados da indústria no período de 1929-1939 demonstram que se registrou crescimento considerável na indústria brasileira, principalmente a partir de 1933 quando as economias começaram a se recuperar da crise. A tabela 2 mostra o crescimento percentual dos diversos setores da indústria na década de 30.

Tabela 2 - Produção industrial do Brasil – Crescimento anual (1929-1939)

<b>Segmentos da indústria</b>	<b>1929-1933 em %</b>	<b>1933-1939 em %</b>
Indústria extrativa mineral	-6,3	8,1
Indústria de transformação	1,3	11,3
Minerais não metálicos	13,3	19,9
Metalurgia	-3,4	20,4
Papel e papelão	0,7	22,0
Couros, peles e produtos similares	2,5	2,7
Química e farmacêutica	-9,8	10,6
Perfumaria, sabão e velas	-1,5	15,7
Têxtil	8,4	11,1
Vestuário e calçados	-12,4	9,8
Produtos alimentares	-0,2	1,9
Bebidas	-8,6	8,4
Fumo	-5,1	5,2
<b>TOTAL</b>	<b>1,1</b>	<b>11,2</b>

Fonte: VILLELA & SUZIGAN, 1975, p. 193/194 (apud RIBEIRO, 2011, p. 29)<sup>12</sup>.

<sup>11</sup> VILLELA, A; SUZIGAN, W. **Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira**, 1989-1945. Rio de Janeiro: IPEA, 1973.

**Na lista de Referências:**

CANO, W. **Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil: 1930-1995**. Campinas: UNICAMP. IE, 1998.

<sup>12</sup> VILLELA, A. V; SUZIGAN, W. **Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira**, 1989-1945. Rio de Janeiro: IPEA, Instituto de Pesquisas (INPES), 1975.

**Na lista de Referências:**

RIBEIRO, N. R **A expansão do Capitalismo no Brasil**. João Pessoa: Publicações Progeb, 2011.

Destaca-se ainda um crescimento pequeno no período da crise e uma expansão importante na fase pós-crise. Observa-se também que o setor têxtil e o de mineração são segmentos que apresentam resultados positivos e ascendentes nos dois momentos (RIBEIRO, 2011, p. 29). Mas, os ramos que obtiveram resultados notáveis saindo de taxas negativas para um avanço próximo ou acima dos 10% foram os bens de consumo não duráveis como: papel e papelão, perfumaria, bebidas, vestuários etc. (Ver tabela 2).

Quando começou a segunda guerra mundial no final de 1939 as exportações do Brasil e dos países latinos americanos sofreram impactos positivos. Havia dificuldades em se conseguir produtos da Europa e EUA, com isso a indústria dos países subdesenvolvidos puderam se desenvolver. O cenário era favorável para o investidor interno e externo. Este último buscava refúgio para seu capital e tentava aproveitar o mercado consumidor em ascensão no Brasil. Tal situação acabou colaborando para o fortalecimento do processo de substituição de importações – PSI<sup>13</sup>, incentivado pelo governo com o objetivo de atender as necessidades internas por bens de capitais, principalmente. Para promover o desenvolvimento e a produção desse setor, o Estado recorreu a políticas expansionistas e aumento do crédito e dos empréstimos estrangeiros tendo como consequência aumento dos gastos públicos e déficit orçamentário (NUNES, 1983, p. 62 e 63).

Na década de 1940, a expansão da indústria foi marcante em comparação com outros setores da economia, como a agricultura e a mineração. Além da implantação da indústria nascente por parte dos empresários nacionais e internacionais, o Estado teve forte papel na economia e no setor industrial, criando além de órgãos de apoio, indústria de fabricação pesada nos setores de energia, matérias primas e siderurgia, como a Fábrica Nacional de Motores (inaugurada em 1945), a Companhia Nacional de Álcalis (1943), Companhia Hidroelétrica do São Francisco (1945), Companhia Siderúrgica Nacional (1940) entre outras. Também nesse período foi criada a Petrobras que em 1945 já produzia uma quantidade de 79.330 barris (RIBEIRO, 2011, p. 33 e 34).

É importante salientar que durante a segunda guerra mundial o consumo dos produtos nacionais era fundamentalmente interno. E ao passo que a economia nacional se desenvolvia, a industrialização provocava efeitos na dinâmica do país trazendo mudanças estruturais positivas e negativas. Nessa fase registrou-se no conjunto da América Latina: maior êxodo

---

<sup>13</sup>O processo por substituição de importações consistiu nos estímulos dados pelo governo para a produção de bens de capital internamente tendo em vista que tais bens eram importantes para a industrialização do país e representavam parte considerável dos importados na balança de pagamentos, cerca de 30% segundo Baer (1966).

rural; abarrotamento dos espaços urbanos; aumento do nível de emprego; crescimento dos rendimentos e; aparecimento da inflação como expõe Nunes (1983, p. 65).

Para proteger a indústria que aqui se desenvolvia o governo fez uso de incentivos fiscais e de limites à importação. Porém, após a II Guerra, os produtos das economias desenvolvidas impuseram maior concorrência aos produtos nacionais. A relativa abertura às importações realizada pelo governo acabou sendo catastrófica para os produtos industrializados brasileiros da mesma categoria, obrigando os empresários a recorrerem à proteção estatal para sobreviver a esse transtorno. Houve então a adoção de medidas como “controle cambial, restrição à repatriação dos capitais e à remessa de lucros” (RIBEIRO, 2011, p. 36).

Ao longo das décadas de 40 e 50, contudo, a indústria brasileira conseguiu se desenvolver razoavelmente. O elevado preço do café acabava por direcionar recursos para financiar a indústria. Muitas se beneficiaram, mas ainda havia déficit de produção em alguns setores; o setor de máquinas e equipamentos é um exemplo, que, devido a pouca produção representava volume significativo das importações e crescia a uma taxa maior que a do total dos importados (SODRÉ, p. 337, apud RIBEIRO, 2011, p.40)<sup>14</sup>. Havia déficit na balança comercial e uma queda drástica no balanço de pagamentos no período de 1945-1955, principalmente em 1951/52/54 segundo dados de tabela exposta por Ribeiro (2011, p. 37). Esse resultado se deu, certamente, devido à instabilidade política iniciada a partir da derrubada da ditadura de Vargas em 1945 quando quem assume o governo é o presidente Eurico Gaspar Dutra.

Dutra foi grande facilitador aos capitais estrangeiros e aos agricultores do café, deixando de lado, portanto, a política de expansão industrial, que só seria retomada a partir de 1950, com o segundo governo de Getúlio, agora eleito por meio de eleições diretas. Todavia, mesmo com a continuidade da política de desenvolvimento de Vargas, a industrialização sofreria grande travamento devido às exigências e acusações impostas pela oposição ao governo, tido como nacionalista. A tabela 3 ilustra como se encontrava o Balanço de Pagamentos nesse conturbado período.

---

<sup>14</sup>SODRÉ, N. W. **História da Burguesia Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1964.

**Na lista de Referências:**

RIBEIRO, N. R. **A expansão do Capitalismo no Brasil**. João Pessoa: Publicações Progeb, 2011.

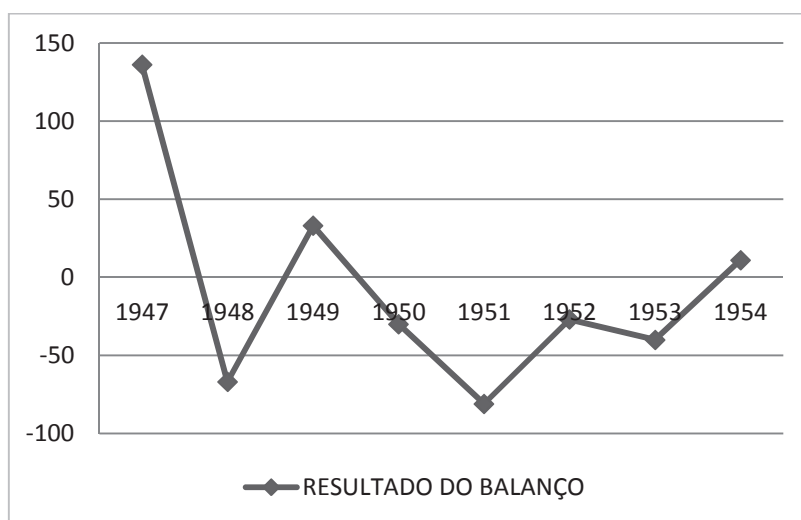
Tabela 3 - Balanço de pagamentos – 1947/1955 – US\$ milhões

Discriminação	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954
<b>Balança comercial (FOB)</b>	96	207	139	414	44	-302	395	147
Exportação de bens	1152	1180	1096	1355	1769	1418	1539	1562
Importação de bens	-	-973	-957	-942	-1725	-1720	-1145	-1415
	1056							
Serviços e rendas (líquido)	-276	-315	-271	-319	-536	-421	-393	-378
Transferências unilaterais correntes	-24	-7	-3	-2	-2	-2	-14	-5
Transações correntes	-204	-115	-135	93	-494	-725	-12	-236
Conta capital e financeira	349	-52	72	-111	266	708	41	236
Erros e omissões	-9	100	96	-12	147	-10	-69	11
<b>Resultado do balanço</b>	136	-67	33	-30	-81	-27	-40	11

Fonte: BACEN – Série Histórica do Balanço de Pagamentos

Observa-se na tabela que o Balanço de Pagamentos do Brasil – BP - acumulou sucessivos déficits ao longo do final dos anos 40 e início dos anos 50. Apenas em 1954 a sequência de déficits termina e as contas nacionais apresenta resultado positivo de US\$ 11 milhões. No gráfico 1 é possível acompanhar, ainda, essa trajetória de déficits de 1947 a 1954.

Gráfico 1 - Evolução do balanço de pagamentos – 1947-1954



Fonte: Elaboração própria a partir da tabela anterior.

Nota-se no gráfico que, em 1948 já sob o governo do presidente Dutra as contas nacionais amargam uma queda quase vertical em relação ao ano anterior. No ano seguinte ocorreu uma melhora, mas até 1953 o balanço de pagamentos obteve saldos negativos.

Muito embora as pressões contrárias tenham prejudicado, em parte, os avanços da indústria no segundo governo do presidente Vargas, a indústria continuou a ser fortalecida.



Foram intensificados os investimentos para a importação de máquinas, equipamentos e matérias primas. Além dessas medidas, foram dificultadas as importações de bens de consumo e artigos supérfluos, como aponta Ribeiro (2011, p.39).

Em 1953 com o objetivo de estimular a exportação dos bens que o governo julgava mais importante foi adotado uma política de câmbio mais flexível promovido pela instrução 70 da SUMOC<sup>15</sup>. Entretanto essa mudança teve efeitos contrários ao que fora proposto.

Durante seu segundo governo, Vargas sofreu fortes ameaças e pressões políticas vindas da oposição. Em 1954 Getúlio se suicidou e a política de nacional desenvolvimentismo iniciada por ele só foi retomada por Juscelino Kubistchek a partir de 1955. JK promete um plano de expansão e desenvolvimento para o Brasil avançar 50 anos em 5. Essa era a palavra de ordem de sua campanha eleitoral. Seu plano denominado “Plano de metas”, desenvolvido pelo grupo misto CEPAL<sup>16</sup>-BNDE<sup>17</sup> procurava abranger cinco áreas específicas (transporte, alimentação, energia, indústrias básicas e educação) para promover o crescimento econômico do país. Nesse período, portanto, se verificou expressivo aumento da indústria em diversos ramos como transformação, extrativa mineral, construção civil e energia elétrica. Houve um progresso extraordinário em especial nos ramos essenciais ao desenvolvimento. De acordo com Furtado, 1964 p. 102/103 (apud RIBEIRO, 2011, p. 44)<sup>18</sup> a indústria cresceu 80% entre 1955 e 1961.

Muitas empresas estrangeiras também se instalaram no Brasil. Continuou, portanto, a consolidação do capital externo no país impulsionada pelo acordo promovido pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos apesar da pouca disponibilidade de recursos do governo. Como, a Construção de Brasília e outros investimentos estatais demandavam altos financiamentos, que o Brasil não dispunha, para executá-los era necessário recorrer a empréstimos. Estes, foram concedidos sob condições dentre as quais, uma maior abertura ao capital estrangeiro, especialmente norte-americano. Ribeiro cita que:

Com a ajuda do governo brasileiro, o capital estrangeiro passou a dominar ramos como o da indústria automobilística, o da construção naval, o da construção de máquinas agrícolas, tornos produção de instalações, o da indústria farmacêutica etc. “Estimava-se a participação dos capitais estrangeiros nos diversos setores da produção industrial em níveis muito altos, em alguns casos: 90% na indústria automobilística, 85% na de cigarros, 82% na de eletricidade, 70% na farmacêutica,

<sup>15</sup> Superintendência da moeda e do crédito.

<sup>16</sup> Comissão Econômica para a América Latina criada 1948 por Raul Prebisch, Celso Furtado e outros, com o objetivo de discutir e promover políticas de desenvolvimentos para os países latinos americanos.

<sup>17</sup> Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

<sup>18</sup> FURTADO, C. **Dialética do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964.

**Na lista de Referências:**

RIBEIRO, N. R. **A expansão do Capitalismo no Brasil**. João Pessoa: Publicações Progeb, 2011.



70% na de máquinas, 50% na química, 45% na de plástico, 35% na de autopeças, 20% na de cimento” (SODRÉ, 1964, p. 352 apud RIBEIRO, 2011, p. 49)<sup>19</sup>. Na indústria farmacêutica, a parte do capital nacional caiu de 85% em 1956 para 18% em 1961. (RIBEIRO, 2011, p. 49).

Essa competição com as empresas estrangeiras deixou muitas empresas brasileiras em situação delicada. Mas, a indústria conseguiu elevar sua taxa de crescimento. De acordo com Cano (1998) entre 1949-1955 a taxa de crescimento anual foi da ordem de 8,9% e entre 1955-1962 esse nível atingiu 10%. As metas de desenvolvimento estabelecidas no governo de JK foram quase integralmente alcançadas e algumas até superadas como apresenta Ribeiro (2011, p. 47).

No início da década de 1960 com o governo João Goulart (Jango), sucessor de JK, a pretensão era dar continuidade a política de desenvolvimento, porém, a situação financeira do país se tornou insustentável. Houve um agravamento da situação do Banco Central, a dívida externa já existente e ampliada com o governo JK deixou o Governo Jango sem muita margem para prosseguir com o prolongamento maciço da política industrializante. Para financiar os gastos, o governo continuou a emitir moeda, prejudicando ainda mais a produção industrial brasileira. Entre esse cenário desfavorável e com substanciais tensões populares e políticas, Jango foi deposto e com o Golpe de Estado foi instaurada uma ditadura militar que duraria até 1985 (RIBEIRO, 2011).

A década de 1960 imprimiu no Brasil um cenário completamente diferente do que o país pôde observar desde o período republicano. Iniciou-se nessa década uma transição efetiva entre o Brasil predominantemente agrícola para um Brasil industrial agrícola. Isso porque, como descreve Ribeiro (2011, p 59 e 60), a população do campo que na década de 40 correspondia a 69%, em 1960 caiu para 55% e na década seguinte para 44%. Em contraposição cresceu na zona urbana o contingente populacional para 45% em 1960 e 56% em 1970. Tal migração se deu justamente devido a atratividade de emprego e renda advindos com a industrialização.

Durante todo o estudo feito até aqui percebeu-se que o processo de industrialização passou por vários momentos de aceleração e desaceleração. Desde a independência da república até a década de 1960 constata-se, segundo Maria da Conceição Tavares e João Manoel Cardoso de Melo, três períodos importantes e distintos que eles denominam como:

<sup>19</sup>SODRÉ, N. W. **História da Burguesia Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1964.

**Na lista de Referências:**

RIBEIRO, N. R. **A expansão do Capitalismo no Brasil**. João Pessoa: Publicações Progeb, 2011.

**nascimento e consolidação do capital industrial (1886 a 1933); industrialização restringida (1933 a 1956) e; industrialização pesada (1956 a 1963).** Este processo, pois, foi necessário para que o Brasil se integrasse verdadeiramente as demais economias capitalistas (RIBEIRO, 2011, p. 70).

Após a instauração da ditadura militar o governo com face nacionalista tinha posicionamento político e ideológico divergente sobre o desenvolvimento da economia brasileira e, por consequência, sobre o avanço e importância da indústria. Mesmo sendo este o setor fundamental para a economia nos anos sessenta, o governo militar não tinha como objetivo proteger a burguesia-industrial do Brasil (NUNES, 1983). Ao contrário, o posicionamento ideológico dos formuladores de política econômica - que o governo escolheu para as pastas - era mais propenso ao desenvolvimento e a política agrícola, principalmente quando ocorreu o período de escassez dos alimentos na década de 70 e o aumento da inflação, como menciona Szmrecsányi e Ramos (2002), exigindo medidas mais ativas do governo para sanar o problema estrutural da redução e intensidade da fronteira agrícola e da administração dos preços.

Com isso, a indústria passou a se desenvolver sob outras bases a partir de 1967. Estas bases assentavam-se “no princípio de que a industrialização só pode prosseguir com... reforço da *solidariedade orgânica* entre o Estado e as grandes empresas internacionais” (NUNES, 1983). Essa “solidariedade” implicaria obrigações e participação mais ativa do governo, contrastado com a política liberal proposta entre 1964 e 1966. Dessa forma, caberia ao Estado o “fornecimento, a baixo preço, de energia, de produtos intermediários e de mão de obra qualificada (...) para baixar os custos e fazer subir os lucros das ‘indústrias dinâmicas’ [na verdade, do capital externo]” como argumenta Nunes (1983, p. 615). Essa relevância dada às empresas estrangeiras fez com que a atividade industrial se concentrasse enormemente nos segmentos em que tais empresas dominavam. A tabela 4 apresenta o percentual de participação dessas empresas internacionais nas exportações brasileiras.

Tabela 4 - Participação das empresas estrangeiras nas exportações de 1967

<b>Principais produtos</b>	<b>Porcentagem</b>
Maquinas motrizes e suas peças e acessórios	96,6
Outras máquinas e aparelhos	90,0
Manufaturas de minerais não metálicos	80,6
Preparados farmacêuticos e medicinais	73,4
Veículos e suas peças e acessórios	73,1
Maquinas e aparelhos elétricos	66,8
Manufaturas de metais	60,0
Maquinas e aparelhos para transporte e elevação	41,2
Maquinas e aparelhos para outras indústrias	36,2
Manufaturas de tecido	28,1

Fonte: FAJNZYLBES, 1969 (apud RIBEIRO, 2011)<sup>20</sup>.

Esses resultados demonstram o alto grau de concentração das empresas indústrias estrangeiras existentes no Brasil. Os ramos de bens de capitais, por exemplo, encontravam-se quase em sua totalidade controladas pelas referidas empresas, como é o caso das máquinas motrizes e demais aparelhos (96,6%) e outras máquinas e aparelhos (90,0%). Houve então uma facilitação à concentração e centralização do Capital (RIBEIRO, 2011).

Diante do exposto verificou-se, além de um redirecionamento ao agronegócio, também uma política pró-indústria estrangeira. A manufatura brasileira ficou, portanto, deixada de lado pelo regime econômico ortodoxo que tinha como principal objetivo combater e controlar a inflação crescente, resultante, segundo as autoridades, da fase desenvolvimentista e expansionista do governo JK.

Alguns autores acreditam que o período conhecido como “milagre econômico”, entre 1968-1973, em que o Produto Interno Bruto do Brasil (PIB) alcançou níveis de crescimento anual entre 7% e 13%, foi consequência das mudanças estruturais na economia e na sociedade durante a primeira década do governo militar. As táticas de reajuste salarial para estabilizar a inflação e a preocupação para conter os gastos e equilibrar o orçamento ajudaram a formar condições possíveis para o crescimento no período do “milagre” (NUNES, 1983). De fato, esse momento foi significativo para a indústria brasileira que cresceu a taxas anuais de aproximadamente 13% como é possível visualizar na tabela 5. O autor aponta também como

<sup>20</sup>FAJNZYLBES, F. **Estúdio de algunos aspectos básicos para la formulacion de uma estratégia de exportacion de produtos manufaturados em Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, set. 1969.

**Na lista de Referências:**

RIBEIRO, N. R. **A expansão do Capitalismo no Brasil**. João Pessoa: Publicações Progeb, 2011.

responsável por tal progresso, a política de crédito liberal que favorecia o aumento rápido das taxas de lucro e do crescimento econômico.

Tabela 5 - Taxas médias anuais de crescimento do Brasil – 1956/1975

Anos	PNB em termos reais	PNB real per capita	Indústria	Agricultura
1956-62	7,8	4,0	10,3	5,7
1962-67	3,7	1,3	3,9	4,0
1968	9,3	6,3	15,0	1,5
1969	9,0	5,9	11,0	6,0
1970	9,5	6,4	11,1	5,6
1971	11,3	8,2	11,2	12,2
1972	10,4	7,3	13,8	4,1
1973	11,4	8,3	15,0	3,5
1974	9,6	6,5	8,2	8,5
1975	4,0	1,3	4,2	3,4

Fonte: NUNES, 1983, p. 627.

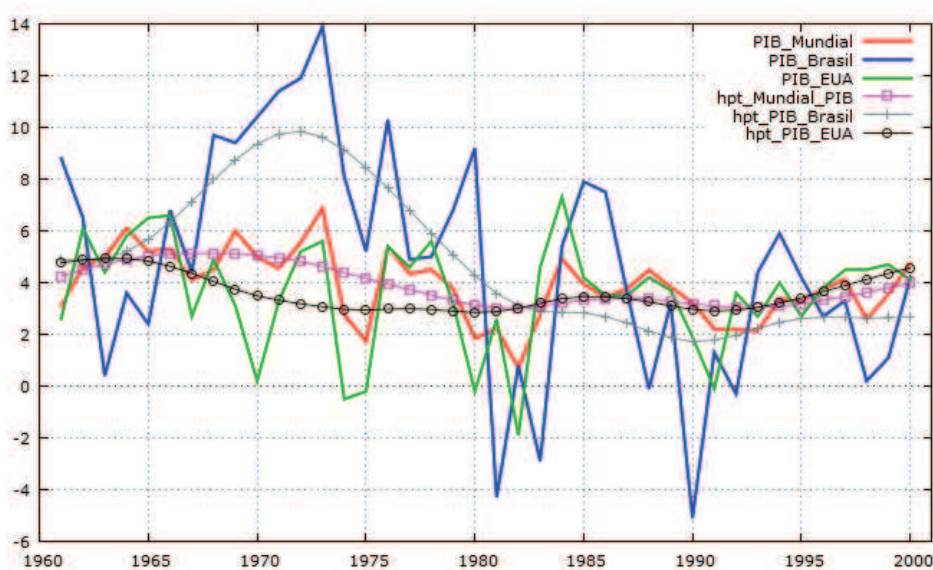
Percebe-se na tabela que tanto a indústria quanto a agricultura elevaram enormemente seu crescimento no período do “milagre econômico”. Para a indústria só se verifica tamanho resultado na época da execução do plano de metas e início dos anos sessenta. Quando se analisa o setor da indústria e o setor agrícola conjuntamente, verifica-se forte expansão em ambos os setores, mais em particular à indústria.

Entretanto houve um fato especial que influenciou o fenômeno que veio a ser chamado de “milagre econômico” entre 1968/73. O crescimento da economia verificado a partir de 1930 elevando-se ao longo dos anos até a década de 1960, que, como já visto, atraiu capital estrangeiro e investimento Estatal, proporcionou o desenvolvimento das forças produtivas no Brasil e, como aponta Ribeiro (2011, p. 122), fez com que “as ligações entre os capitais bancários, comerciais e industriais... [chegassem] a um tal nível, que geraram o capital financeiro, fenômeno só conhecido nas economias capitalistas desenvolvidas”. Ao mesmo tempo em que “o processo de acumulação e reprodução capitalista, no Brasil, dava-se fundamentalmente apoiado na produção interna auto-sustentada”, como destaca o autor (p.93), essa rápida expansão provoca desequilíbrios importantes. Ribeiro (2011) afirma que:

O período de 1960 a 1964 foi de grande instabilidade política e social. A rápida expansão econômica do período anterior teve os seus custos: inflação, endividamento externo, desnacionalização levada a efeito, ao contribuir para acelerar o processo, contribuiu também para que a economia atingisse um ponto de viragem: o potencial produtivo instalado tornara-se superior às necessidades da procura solvente. Havia sido criadas no interior do país as condições para a superprodução. (RIBEIRO, 2011, p. 142).

Dessa forma, pode-se dizer que a economia brasileira em 1960 encontrava-se integrada as economias capitalistas desenvolvidas do mundo e, portanto, passaria a funcionar com a mesma dinâmica de tais economias, enfrentando os ciclos econômicos resultantes do modo de produção capitalista e da “superprodução de mercadorias”<sup>21</sup> (RIBEIRO, 2011, p. 145 e 146). O gráfico 2 apresenta a evolução do PIB do Brasil, dos EUA e o PIB mundial, mostrando que houve uma trajetória semelhante a partir do período de 1966 a 2000, correspondendo aos fatos citados.

Gráfico 2 - Taxa de crescimento do PIB mundial, do Brasil e dos EUA entre 1961-2000



Fonte: Ipea, US Economy e séries históricas e estatísticas do IBGE

Nota-se que a economia brasileira que vinha de uma trajetória diferente, de crescimento no fim de 1960, passa a seguir a mesma dinâmica da economia dos EUA e do resto do mundo. Assim, durante o início de 1960 até 1966/67 o Brasil não acompanha a fase cíclica de ascenso que a economia americana e mundial passa a enfrentar entrando sozinho na fase de crise. Esta fase facilita, dadas as condições políticas e sociais do Brasil, à época, o golpe que culminou no regime militar. A partir daí, apesar de alguma defasagem no tempo e nas proporções, quando as economias tentam se recuperar ou desaquecem a economia brasileira segue a mesma trajetória. O filtro HP<sup>22</sup>, utilizado para suavizar as flutuações, ajuda a observar que com exceção do período do “milagre econômico”, a economia brasileira tem no final dos anos oitenta, quase o mesmo trajeto da economia americana e das demais economias do mundo.

<sup>21</sup> Para mais informação sobre crise cíclica de superprodução de mercadorias ver: “A crise Econômica: uma visão marxista” de Nelson Rosas Ribeiro (2008).

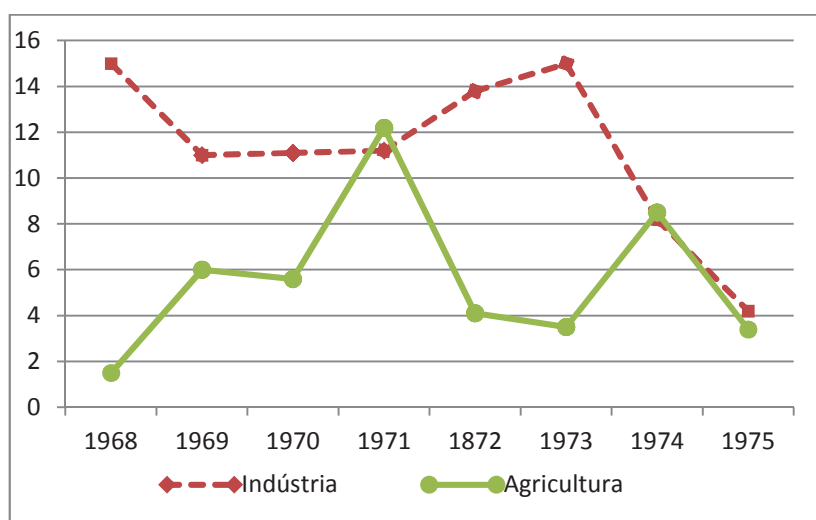
<sup>22</sup> Hodrick-Prescott filter.

Mas o que aconteceu para que o crescimento do Brasil se destoasse tanto se comparado as outras economias?

No final da década de 1960, após a fase de saneamento das economias em crise, ou seja, do período em que “a crise saneia os capitais mais fracos, destrói força produtiva, reduz potencial instalado, elimina excedentes... [abre] espaços econômicos para o novo período de expansão... para retomar investimentos”, como descreve Ribeiro (2008, p. 140), há um período natural de recuperação de todas as economias capitalistas. Sendo assim, houve o momento de recuperação mundial e também do Brasil. Percebe-se claramente essa informação quando se observa no gráfico o PIB mundial e o PIB brasileiro. No entanto, há uma particularidade que influencia e torna o crescimento da economia brasileira mais vertiginoso, o uso de políticas econômicas expansionistas. Atrelado ao movimento natural de recuperação das economias capitalistas essas medidas tornaram possível o “milagre”.

Para que se tenha ideia, o governo concedeu maiores estímulos às indústrias estrangeiras com vista ao aumento das exportações e ao aperto fiscal, como forma de melhor utilização do aparelho estatal. Com isso, a economia brasileira e a indústria sofreu forte expansão. O que não significa dizer que a indústria nacional cresceu, apenas que a dinâmica geral da indústria aumentou impulsionada pelo crescimento natural da economia após o saneamento realizado pela crise da década de 1960 e das políticas econômicas, agora, baseadas nas linhas Keynesianas. No gráfico 3, a seguir, é possível observar a evolução do crescimento da indústria e da agricultura durante todo o período, além da análise dos anos conhecido como “milagre econômico”.

Gráfico 3 - Evolução da indústria e da agricultura no período do “milagre econômico”



Fonte: elaboração própria a partir da tabela 5.

O gráfico 3 consegue mostrar além do expressivo aumento da indústria, uma grande melhoria para o setor agrícola, como consequência da estratégia e favorecimento ao setor após 1968. Em alguns momentos, os resultados são tão expressivos que chega a superar o da indústria, como em 1971. Porém, entre 1972 e 1973 há uma derrocada da agricultura e uma ascensão da indústria de forma que o contraste entre esses dois indicadores é surpreendente, possivelmente consequência da extrema seca que atingiu o país no início da década de 70, influenciando também o êxodo rural.

As medidas para o aquecimento e progresso da economia brasileira não se verificaram nos anos que se seguiram ao milagre. O setor agrícola começa uma rota de crescimento em 1973, mas no ano seguinte, o dinamismo não se sustenta porque o setor agrícola é propenso a muitos fatores como questões climáticas, comércio internacional etc, entrando em um ritmo de desaquecimento juntamente com a indústria.

Os efeitos do PAEG implantado pelo então Ministro da Fazenda Delfin Netto acabou agravando pós-milagre os níveis inflacionários. As medidas para a estabilização econômica como o arrocho salarial e a reorientação da inflação, não foram suficientes para solidificar o crescimento verificado na época do milagre. Como se não bastasse, em 1973 explode mais uma crise cíclica do capitalismo, agora atribuída a questões do “ouro negro” vindo a ser chamada crise do petróleo. A crise apresentou fortes efeitos não apenas em 1973/74 como também em 1979 parecendo ser outra crise do petróleo. Como consequência dessa crise houve redução da emissão de dólares que entravam livremente antes e que serviam de impulso aos investimentos. Com isso, a possibilidade de financiamento externo cessou e em 1979, no auge da crise que se arrastava, já sem financiamento, com altos níveis inflacionários e dificuldades fiscais, o governo não tinha mais condições para manobras de aceleração do crescimento e fortalecimento da indústria local.

Daí em diante a economia brasileira seguiria nova trajetória declinante devido a economia do país está em conformidade com o movimento cíclico das economias capitalistas. O mundo atribuiu a desaceleração econômica à crise do Petróleo, mas o conteúdo desta crise era o mesmo das crises anteriores e se tratava, portanto, de mais uma crise cíclica de superprodução.



### 3.3 A SITUAÇÃO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA DE 1990 ATÉ OS DIAS ATUAIS

O final da década de 1980, o mundo saía de mais uma crise e o Brasil passava por um período de transição entre o final da ditadura militar e o reinício da “democracia” no país. Nesta época, o cenário brasileiro encontrava-se tumultuado devido principalmente aos problemas com a inflação que continuava a aterrorizar a população e os formuladores de política econômica. A profunda crise mundial antecedida na década de setenta refletiu na economia brasileira e retraiu ainda mais a economia. Os indicadores econômicos de “produção industrial, poder de compra dos salários, nível de emprego, balanço de pagamentos e inúmeros outros...” eram caóticos (MARAGONI, 2012). A chamada década perdida (1980) dera início então a uma forte perda para a indústria. Na tabela 6 é possível visualizar o número de empresas industriais, em diversos ramos, durante esse período, caracterizado por hiperinflação e descontrole de preços.

Tabela 6 - Dados gerais das indústrias extrativas e de transformação<sup>23</sup> -1986/1995

Número de empresas industriais (Unidades)								
1986	1987	1988	1989	1990	1992	1993	1994	1995
7.375	7.421	7.634	7.278	7.076	6.450	6.305	5.989	5.703

Fonte: IBGE – Indicador Anual Industrial.

Em nove anos o número de empresas existentes no Brasil (entre nacionais e internacionais) caiu de 7.375 para 5.703, um declínio de quase 23% ao longo do período observado. No entanto, na tabela 7 para o período de dezembro de 1991 a 1995 o setor industrial, obteve um crescimento no seu faturamento médio real anual.

Tabela 7 - Faturamento real - indústria - índice (média 2006<sup>24</sup> = 100) - 1991/1995

Faturamento real da indústria				
1991/12	1992	1993	1994	1995
48,93	57,39	61,21	66,61	73,9

Fonte: Dados trabalhados pela autora a partir de dados do IPEADATA/CNI.

<sup>23</sup> Os dados de 1986 a 1995 da indústria extrativa e de transformação correspondem aos setores de Siderurgia; Fabricação de máquinas, equipamentos e instalações, inclusive peças e acessórios; Fabricação de equipamentos para produção e distribuição de energia elétrica; Fabricação de automóveis, caminhões e ônibus; Indústria naval, inclusive reparação; Fabricação de papel, papelão e artefatos de papel; Petroquímica básica e intermediária; Indústria farmacêutica e Indústria têxtil nos níveis 50 e 100.

<sup>24</sup> A partir de 2006 os dados foram calculados com nova metodologia, ponderando as variáveis. O deflator usado foi o Índice de Preço por Atacado - IPA – Indústria de Transformação. (Baseado em comentário do Ipeadata).



Os resultados inversos entre redução das empresas industriais e o aumento crescente no faturamento da indústria indicam concentração da atividade industrial e, portanto, podem significar centralização de capital. Esse resultado demonstra perda do setor industrial nacional, tendo em vista que a concentração do capital colabora para a eliminação das unidades industriais menos produtivas, forte característica das indústrias nascentes do país.

Além do pouco ou nenhum incentivo à indústria na década perdida, a inflação e as políticas para seu combate, os diversos planos econômicos (Cruzado II, Bresser, Verão) reprimiam ainda mais a atividade industrial como relata Maragoni (2012). Segundo o autor em 1981 o PIB registrou variação negativa de -4,25 e em 1982 esse resultado ficou positivo, porém, a uma taxa de 0,83, representando um pífio crescimento. A economia encontrou-se nesse cenário, portanto, em crise.

Em 1990 o país elegeu por eleições diretas o primeiro presidente da república, após o regime militar. Fernando Collor prometeu colocar a economia nos eixos e acabar com a inflação galopante que alcançara índice de mais de 1000%, na década anterior. Para isso, a principal medida tomada foi a abertura econômica. Em tese, a entrada de produtos estrangeiros já começara na década de 1980 para auxiliar o controle da inflação tida como de demanda. Mas, ao longo de 1990 o ingresso de mercadoria importada para atender o que alguns autores chamaram de “demanda reprimida” foi mais intenso. Entretanto, como afirma Stédile (2012), particularmente em 1995, sob o governo de Fernando Henrique o acesso a produtos externos e o volume de capital estrangeiro que adentra o país toma proporções grandiosas.

As ideias de neoliberalismo, como o consenso de Washington, provocou mudanças na Europa e também influenciou o Brasil e impulsionando a privatização de diversas empresas estatais nacionais (Embraer, Vale, Embratel, etc.) e surtindo efeitos desfavoráveis às demais empresas nacionais, tendo em vista que a competição com os produtos importados se tornava desigual.

É importante salientar que a abertura econômica trouxe consequências positivas para os consumidores, como um maior acesso a uma gama de produtos e itens os quais o Brasil ainda não oferecia. É o caso dos computadores, por exemplo, que chegaram ao Brasil no início dos anos noventa, através do acordo de integração tecnológica promovido por Collor. No entanto, como o processo de abertura se deu repentinamente, os efeitos sobre diversos setores da indústria nacional foram devastadores como argumenta Cano (2012). Segundo o autor:

A abertura comercial com a queda das tarifas e demais mecanismos protecionistas da indústria nacional complementou o nocivo efeito do câmbio valorizado, reduzindo drasticamente o grau de proteção perante a concorrência internacional. (CANO, IE/UNICAMP, 2012).

O plano real e a política de câmbio valorizado para combater a inflação contribuiu, do mesmo modo, para complicar em maior quantidade a situação da indústria local. Os anos que se seguiram só fortificaram essa política liberalizante e agravaram a evolução da indústria brasileira. Os resultados para a década seguinte, embora, em algum momento melhor, não seguiu em seu todo um ritmo sustentável e considerável de crescimento, como é possível visualizar na tabela 8.

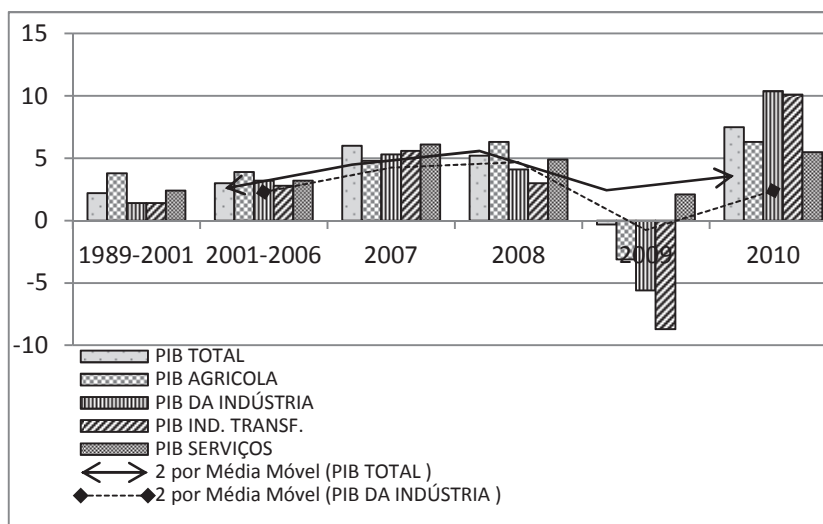
Tabela 8 - Crescimento percentual do PIB total e setorial - 2001/2010

Ano	Pib Total	Pib Agrícola	Pib da Indústria	Pib ind. Transf.	Pib Serviços
1989-2001	2,2	3,8	1,4	1,4	2,4
2001-2006	3,0	3,9	3,2	2,8	3,2
2007	6,0	4,8	5,3	5,6	6,1
2008	5,2	6,3	4,1	3,0	4,9
2009	-0,3	-3,1	-5,6	-8,7	2,1
2010	7,5	6,3	10,4	10,1	5,5

Fonte: CANO, 2012, a partir de IBGE-CN / IPEA-DATA.

Observa-se que as taxas de crescimento da indústria de modo geral e basicamente da indústria de transformação, que abarca variados setores, situam-se em níveis iguais aos da agricultura, que tinha menor peso em décadas passadas. Em 2009 todos os índices, exceção para o setor de serviços, registram resultados negativos como é fácil perceber no gráfico 4.

Gráfico 4 - PIB total e dos principais setores da economia brasileira -2001-2010



Fonte: Elaboração própria a partir da tabela anterior.

Vale lembrar que partir de 2002 o governo do presidente Lula deu início a uma série de medidas para aquecer e estimular a economia brasileira. O Brasil procurou desenvolver um modelo de crescimento baseado no consumo e nesse período percebe-se uma aparente melhora dos indicadores observados. A indústria de transformação mostrou elevação maior que a agricultura, perdendo apenas para o setor de serviços. A principal explicação seria a de que alguns setores da indústria, como a metalurgia, automóveis<sup>25</sup> e os bens de consumo duráveis (especialmente o setor de linha branca) foram beneficiados com incentivos. Contudo, segmentos que dão maior incremento a economia, como é o caso do setor de bens de capitais, não foram beneficiados.

A explosão da crise mundial de 2008 não atingiu de imediato o Brasil que não sentiu diretamente seus efeitos, mas no ano seguinte, a economia brasileira sofreu as consequências e como resultado vieram as taxas negativas de 2009 apresentadas no gráfico anterior. A linha de tendência demonstra claramente o caminho traçado pela indústria do país no período analisado e a queda consecutiva a partir de 2008, alcançando-se o vale em 2009. Cano (2012) confirma a ideia de que a recuperação e estabilidade antecedida à crise se deveram justamente a uma mudança conjuntural produtiva por causa de setores mais oligopolizados (automóveis e eletrodomésticos) beneficiados e protegidos pela política anticíclica.

Para os anos de 2010, a economia do país teve alguma recuperação comparada a 2009. Em grande parte, isso se deveu às medidas de incentivo adotadas pelo governo, como forma de combater os efeitos provocados pela crise. O estímulo ao modelo de crescimento baseado no consumo, introduzido pelo governo Lula, e a continuação dos incentivos de desoneração da folha salarial, além da redução do IPI para automóveis e para linha branca, sustentaram parcialmente a indústria e deram fôlego à economia. Apesar disso, em 2011 e 2012 identifica-se pouco otimismo na indústria. Em 2011, o IEDI<sup>26</sup> em sua carta 499, alertava para uma crise no setor industrial do país (CANO, 2012). Para o instituto, havia necessidade de reforçar políticas de desenvolvimento à indústria, de modo geral.

A tentativa do governo em fortalecer e dinamizar a indústria nos últimos quatro anos veio com o projeto “Brasil Maior” que têm em suas diretrizes a inovação, o adensamento e o aumento da produtividade do trabalho como foco. A ideia é desonerar os investimentos, a exportação e controlar o câmbio para tornar mais competitiva à indústria brasileira. No

---

<sup>25</sup>Com o início do governo Lula a indústria automotiva recebeu fortes incentivos, principalmente, com a revitalização do programa Proálcool - criado em 1975 após a primeira crise do petróleo, com objetivo de desenvolver energias alternativas e diminuir a dependência do combustível fóssil -, que deu impulso a produção de veículos bicompostíveis e movimentou também o setor do agronegócio, especialmente na produção da cana e do milho. Maiores informações no site: [biodieseilbr.com](http://biodieseilbr.com)

<sup>26</sup> Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial.

entanto, os resultados alcançados pela indústria até agora não foram significativos, até por causa do desaquecimento das economias devido à crise econômica e do uso inadequado de políticas macroeconômicas (tripé macroeconômico). As importações de produtos com maior valor agregado e do setor de transformação, por exemplo, aumentaram o que revela o fraco desempenho da produção interna desses itens.

De acordo com relatório estatístico do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio – MDIC, a balança comercial registrou uma sucessão de saldos negativos entre 2010 e 2011, para o setor de transformação, o que expõe uma realidade preocupante, tendo em vista que muitas mercadorias importadas nesse setor entram como bens intermediários e servem de base para a fabricação de bens finais destinados à exportação. Como exemplo, têm-se a celulose e papel, borracha, madeira etc., o que encarece ainda mais as exportações e prejudica a competitividade. A tabela 9 demonstra a relação desses produtos exportados e importados:

Tabela 9 - Balança comercial do setor de bens de transformação

Gêneros	2010			2011		
	Exp.	Imp.	Saldo	Exp.	Imp.	Saldo
Produtos Alimentícios	20.103	2.752	17.351	24.199	3.422	20.777
Metalurgia	16.820	13.858	2.962	19.219	10.274	8.946
Outros Metais	2.742	3.668	-926	2.961	4.461	-1.500
Celulose e Papel	6.770	1.901	4.869	7.189	2.128	5.061
Madeira	1.914	133	1.780	1.891	179	1.712
Couros e Peles	1.859	468	1.390	2.158	603	1.555
Calçados e Componentes	1.648	369	1.279	1.499	493	1.006
Perfumaria, Sabões e Velas	1.026	1.094	-68	1.166	1.382	-215
Minerais Não-Metálicos	1.773	1.481	293	1.816	2.037	-221
Outros Equipamentos. de Transporte	5.598	6.019	-422	6.322	6.830	-508
Mobiliário	883	727	156	912	885	27
Bebidas	106	439	-333	115	578	-463
Borracha	2.075	3.199	-1.123	2.549	4.001	-1.453
Confecções e Acessórios	394	1.362	-968	298	2.104	-1.806
Equip. e Instrumentos Médicos-hospitalar e Ópticos	336	2.414	-2.078	385	2.688	-2.303
Têxtil	1.035	3.718	-2.682	1.106	4.200	-3.094
Prod. Matérias Plásticas	3.237	6.522	-3.285	4.009	8.104	-4.095
Equip. de Informática e Maq. p/ Escritório	274	4.202	-3.928	281	4.688	-4.408
Farmacêutica e Veterinária	1.276	6.093	-4.817	1.453	6.499	-5.046
Máquinas e Aparelhos Elétricos	3.309	8.034	-4.725	3.491	9.448	-5.957
Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	12.388	16.131	-3.743	14.333	21.063	-6.730
Máquinas e Equipamentos (Mecânicos)	9.845	22.932	-13.087	11.940	27.191	-15.251
Derivados de Petróleo e Biocombustível	4.564	16.320	-11.756	6.670	23.487	-16.817
Produtos Químicos	7.891	19.729	-11.838	8.939	26.397	-17.458
Material/Compon. Eletrônicos e Equip.de Telecomu	2.207	17.610	-15.404	2.074	19.891	-17.817
Outros Produtos Indústria Diversas	-2.301	-3.296	996	1.341	1.103	238
<b>Total de Produtos Industrializados</b>	<b>107.770</b>	<b>157.877</b>	<b>-50.107</b>	<b>128.317</b>	<b>194.138</b>	<b>-65.821</b>

Fonte: MDIC – Secex/SDP

A importação de bens de maior valor agregado como máquinas, equipamentos de informática, eletrônico e telecomunicações, e até mesmo, produtos de materiais intermediários

(matérias plásticas, borracha etc.) colaboram para o resultado negativo do total de produtos industrializados.

No ano de 2013, a medida em relação a redução da tarifa de energia elétrica como iniciativa para alavancar a indústria, não produziu o efeito esperado. O pacote de redução chegou a frustrar a indústria, é o que afirma Carlos Faria, presidente da Anace (Associação Nacional dos Consumidores de Energia) em declaração ao Jornal Valor Econômico em setembro, editado por Capozoli (2013). Segundo ele, a redução para o setor industrial deveria ser de 20% a 25% e não passou de 10%, o que não contribuiu para tornar a indústria mais competitiva.

Ainda no ano de 2013 a produção industrial caiu 2% só no mês de junho em comparação com igual período do ano anterior. A fabricação de veículos despencou 5,4%. O saldo na balança comercial dos produtos manufaturados, previsto para US\$ 100 bi no ano, não foi alcançado. Os dados apresentados por José Roriz, diretor da Fiesp, ao mesmo Jornal (Valor Econômico, Setembro, 2013) exprimiam a apreensão da indústria e exigiam uma política industrial consistente. Outros ramos apresentaram leve retomada em agosto, o que fez com que muitos empresários enxergassem sinais de uma recuperação do setor, ainda que lenta.

Para este ano, analistas chegaram a projetar uma recuperação de 2,4% para janeiro (MACHADO, 2014a). Mas apesar da perspectiva otimista, os resultados da indústria em 2014 têm se mostrado fracos como nos anos anteriores. Ainda em janeiro o economista Jorge Arbache falava em uma paralisia industrial acometida no Brasil desde 2008 que deixava o país mais “pobre” (NEUMANN, 2014). Os representantes do setor de máquinas diziam ver seu déficit como irreversível (ALONSO, 2014), o de transformação, crescendo a um patamar de US\$ 54 bilhões, o que é pouco para o setor (WATANABE, 2014). Em conjunto, esses resultados acabam afetando a retomada da economia como afirma o Ibre, que reduziu sua projeção de crescimento do PIB para 0,6%, em janeiro deste ano (MARTINS, 2014).

Ao longo do 1º trimestre de 2014, o que se observou foi um fraco resultado da indústria, mesmo a de automóveis, refino de petróleo e álcool, metais e produtos químicos (SOARES et. al., 2014). O caso do setor automotivo é delicado particularmente, pois no ano passado esse ramo esteve ascendente e atraiu investimentos em capital, mas o comportamento para o ano em curso é de queda considerável e persistente.

Neste apanhado histórico, procurou-se expor a situação e a evolução da indústria brasileira nos diferentes períodos, fazendo referência ao momento político, econômico e

social, visando fazer um retrato do Brasil nas diversas épocas para auxiliar a compressão do fenômeno em estudo.

## 4 PROBLEMÁTICA DA “DESINDUSTRIALIZAÇÃO”

Esta seção é destinada à conceituação do tema da desindustrialização e à exemplificação dos lugares onde o fenômeno tem sido observado. A proposta de se fazer uma análise crítica das principais percepções no Brasil, a respeito da existência ou não de desindustrialização, também é necessária para auxiliar a afirmação ou negação do problema no país.

### 4.1 CONCEITO E EXEMPLOS NO MUNDO

Assim como há divergências quanto à existência e causas do fenômeno em estudo, também existem diferenças na sua conceituação. Alguns autores como, Rowthorn e Ramaswamy encaram a “desindustrialização” como “uma perda persistente da participação do emprego industrial no emprego total de um país ou região”. Já Tregenna entende que a “desindustrialização” é uma “situação na qual tanto o emprego industrial como o valor adicionado da indústria se reduzem como proporção do emprego total e do PIB, respectivamente” (ROWTHORN e RAMASWAMY, 1999, e TREGENNA, 2009 apud, OREIRO, 2009)<sup>27</sup>.

De maneira geral, o que se pode compreender é que o processo de desindustrialização de uma economia acontece quando a indústria perde a importância em termos de volume, valor produzido e também número das unidades fabris. As causas apontadas nos diferentes locais onde ocorreu esse processo têm sido bem diferentes. Estudiosos do assunto atribuem como possíveis causas desde o amadurecimento das economias capitalistas desenvolvidas

---

<sup>27</sup>ROWTHORN, R; RAMASWAMY, R. “**Growth, trade and Deidustrialization**”. IMF Staff Papers, Vol. 46, N.1, 1999; TREGENNA, F. “**Characterizing deindustrialization: an analysis of changes in manufacturing employment and output internationally**”. Cambridge Journal of Economics, Vol. 33, 2009.

Na lista de Referências:

OREIRO, J L. **Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro**, 2009.

(EUA, Europa etc.) até a reprimarização da economia (como ocorreu na Holanda onde o fenômeno foi denominado de doença holandesa).

O argumento de que a desindustrialização é um caso de economias desenvolvidas é defendido por Rowthorn e Ramaswamy. Para esses autores a desindustrialização ocorre em economias avançadas porque o aumento da produtividade por meio dos avanços tecnológicos reduz a necessidade de participação de certos setores da indústria e desloca o trabalho para o setor de serviços. Dessa forma, a desindustrialização não deveria ser encarada como um aspecto negativo segundo se refere Rowthorn e Ramaswamy (1999 apud NASSIF, 2008)<sup>28</sup>. Como exemplos dessa desindustrialização nas economias avançadas tem-se o caso dos EUA e de alguns países da Europa (França, Portugal etc.).

Nos EUA o processo de desindustrialização realmente foi originado, segundo o modelo apresentado por Rowthorn e Ramaswamy, pelo aumento da produtividade e pelo avanço desta economia o que possibilitou menor participação interna da indústria. No entanto, não se pode esquecer que o modo pelo qual hoje os Estados Unidos tem predominância na oferta de serviços ao invés da manufatura interna sofreu grandes influências de sua ascensão imperialista no mundo. É importante que se diga que uma parte da produção e do resultado expressivo do PIB norte americano advém do fenômeno do imperialismo e da globalização das economias, que possibilitaram a existência de transnacionais e multinacionais. Ou seja, do deslocamento físico de grandes indústrias e empresas americanas (Nike, Kodak, Apple, IBM, McDonald's, Wal-Mart, Ford, etc.) e da propagação dos produtos americanos, para diversas partes do mundo, buscando condições de produção com menores custos e promovendo dessa forma a instalação dessas fábricas em países dos diferentes continentes. No Brasil, viu-se pela análise histórica desse estudo, que muitas dessas empresas estrangeiras e, particularmente, americanas se instalaram no país desde a década de 1930 e esse processo se elevou ao longo nos anos.

Obviamente, EUA, Brasil e todas as economias que retiraram ou receberam parques industriais, tiveram suas dinâmicas interna e externa modificadas. No Brasil, por exemplo, houve impulso na atividade econômica, geração de emprego e ampliação da oferta de produtos, muito embora, os bens aqui produzidos por essas empresas se destinassem a atender a demanda externa e não a abastecer o mercado interno. O que evidencia que essas indústrias

---

<sup>28</sup>ROWTHORN, R; RAMASWAMY, R. **“Growth, trade and Deidustrialization”**. IMF Staff Papers 46(1). Washington, DC: International Monetary Fund, 1999.

**Na lista de Referências:**

NASSIF, A. **Há evidências de desindustrialização no Brasil?** Revista de Economia Política, São Paulo, v. 28, n. 1, Jan./Mar. 2008.



aqui instaladas não tinham por objetivo o desenvolvimento interno, mas a exploração dos recursos naturais, da mão de obra barata e de um mercado potencialmente consumidor.

Entretanto, esse não é o destaque desse estudo. O fato é que, apesar de tais empresas se transferirem de suas economias desenvolvidas como foi o caso dos EUA, elas continuam de origem americana, ainda que tenha filiais em todo o mundo. Por esse motivo, uma parte de suas receitas é remetida ao país de origem, contribuindo para a elevação do PIB dessas economias e, conseqüentemente, da renda *per capita*. Para se ter uma ideia, o saldo das transações correntes do Brasil divulgado no primeiro trimestre de 2014 apresentou déficit, em boa parte, devido a remessa de R\$ 2,5 bilhões que foram enviados às matrizes das empresas estrangeiras, como afirma Crespo (2014) em artigo ao site UOL. Sendo assim, mesmo que os EUA e outras economias tenham se tornando nacionalmente dependentes do setor de serviços, uma parte da renda que compõe o PIB total dessas economias é proveniente das remessas de lucros originados pela produção industrial de suas empresas existentes em outros países.

Assim, a situação de uma desindustrialização parece resultar de uma evolução dessas economias e, portanto, visualiza-se esse processo como pertinente e característico de países desenvolvidos, como menciona Rowthorn e Ramaswamy (1999, apud Nassif 2008)<sup>29</sup>. Mas será que esse é o caso do Brasil? O QUADRO 1 expõe os valores adicionados pelo setor da indústria de transformação e o PIB *per capita* de algumas economias, dentre elas, EUA e Brasil.

---

<sup>29</sup> NASSIF, A. **Há evidências de desindustrialização no Brasil?** Revista de Economia Política, São Paulo, v. 28, n. 1, Jan./Mar. 2008.

**Na lista de Referências:**

ROWTHORN, R; RAMASWAMY, R. **“Growth, trade and Deindustrialization”**. IMF Staff Papers 46(1). Washington, DC: International Monetary Fund, 1999.



QUADRO 1 - PIB DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO E DO PIB PER CAPTA DE ALGUMAS ECONOMIAS DO MUNDO – 2005/2009

Valor Adicionado da Indústria de Transformação e PIB Per Capita (US\$ PPC)		
Países	VA/PIB	PIB per capita US\$ PPC
Reino Unido *	13,3	32.731
Estados Unidos ****	12,7	42.107
Alemanha **	23,9	33.236
Área do Euro **	18,1	30.966
Japão **	21,2	31.660
Coreia ***	27,9	25.517
Brasil ****	15,5	9.455
Índia ****	15,9	2.970
China ****	33,9	6.200
<b>Média</b>	<b>20,3</b>	<b>23.871</b>

Fonte: Portal DIEESE/MTE/IBGE; Banco Mundial. Bureau of Economics Analysis

Nota: \*2005, \*\*2007, \*\*\*2008, \*\*\*\*2009

Nota-se no quadro que o valor adicionado aos EUA é o menor entre as economias desenvolvidas e apesar disso, sua renda *per capita* é a mais alta entre as economias analisadas. Logicamente o setor de serviços tem grande importância para esse montante, mas as indústrias também têm sua participação e as remessas de lucro colaboram para o percentual desse valor adicionado.

Em países da Europa, como a França, a desindustrialização é tida como fato consumado. O número de indústrias entre 2009 e 2011 caiu de 880 para 385 fábricas. O fenômeno tem se constatado em ritmo acelerado, inclusive para setores protegidos (automóveis) pela França. É o que diz Moreira (2012) em artigo ao jornal Valor Econômico. O autor afirma ainda que “A França é agora o país da zona do euro com a menor parte de valor agregado da indústria no PIB - 9,3% em 2010, comparado a 12,1% na Espanha e 18,7% na Alemanha.” As causas para o fenômeno da desindustrialização francesa assemelham-se com a dos EUA. Seria a mudança das unidades produtivas para o exterior em busca de custos de produção mais baratos. A falta de inovação tecnológica e de políticas de incentivo ao setor (impostos etc.) teria consequências positivas - caso das remessas, mas também traria fragilidade e promoveria a perda substancial da atividade industrial e do emprego nacional. Este resultado tem se somado para o reconhecimento do declínio da economia francesa.

Em Portugal, a perda de participação da pesca, agricultura e indústria no PIB vem ocorrendo desde a década de 1950. O economista Eugenio Rosa (2013) admite que houve perda significativa desses indicadores para a economia portuguesa, porém, ele não atribui a questão da desindustrialização apenas a entrada do país à Zona do Euro, no final da década de

1990, tendo em vista que antes desse acordo a participação da indústria no PIB já registrava queda consecutiva. No entanto, o economista reconhece que o processo de integração se fortaleceu com a incorporação do país ao bloco, devido aos problemas estruturais que Portugal enfrentava e que foi solidificado com a impossibilidade de manobras macroeconômicas importantes (a política aduaneira, cambial, monetária, etc.) devido ao acordo. Eugenio Rosa (2013) também aponta como causa para a desindustrialização portuguesa, os fatores já citados pela ocorrência desse fenômeno em economias como EUA e França. Segundo o autor o deslocamento das indústrias, procurando vantagens competitivas na produção, causaram impactos diretos e destruíram as indústrias das economias desenvolvidas.

Os grupos económicos, aproveitando as facilidades concedidas pelos governos dos chamados países emergentes (ex.: China, Índia, Brasil, Paquistão, etc.) instalaram-se nesses países, deslocalizando a sua produção, tirando proveito das vantagens competitivas oferecidas por esses países (mão de obra barata e pouco reivindicativa, baixos impostos, etc.), controlam uma parte importante da indústria desses países (de acordo com estudos divulgados, cerca de metade da indústria chinesa é controlada por empresas estrangeiras) assim como uma parte importante do mercado desses países e, aproveitando a liberalização do comércio internacional, "atacam" os mercados dos países mais desenvolvidos levando à falência milhares de empresas nesses países, provocando a desindustrialização e fazendo disparar o desemprego. (EUGENIO ROSA, 2013).

Analisando os exemplos apresentados, de fato a desindustrialização parece ser uma “doença” que atinge países em economias avançadas, deslocando suas indústrias para outros países periféricos e destinando sua produção interna apenas para a produção e oferta de serviços.

Mas, e o caso da Holanda, se trataria de um evento particular dentro desta verificação empírica?

Em 1960, a descoberta de reservas de gás natural no Mar do Norte fez com que as commodities dos países baixos atraíssem alto volume de capital estrangeiro (LANDIM e DANTAS, 2013). Entretanto, isso provocou durante os anos setenta “aumento inflacionário, declínio das exportações de manufaturados, baixa taxa de crescimento da renda e aumento do desemprego”, prejudicando, portanto, a competitividade da indústria de manufaturados nacional (GILLIS et al, 1992, apud PAULA e SCATOLIN, 2006, p. 93)<sup>30</sup>. As atenções voltadas expressivamente para o setor de commodities holandês acabou provocando o que

---

<sup>30</sup>GILLIS, M.; PERKINS, D.; ROEMER, M.; SNODGRASS, D. **Economic of Development**. New York. Norton & Company, 1992.

**Na lista de Referências:**

PAULA, N; SCATOLIN, F. **Setor externo e economia internacional: A economia brasileira e a doença holandesa**. Revista Economia & Tecnologia, Paraná, Ano 02, Vol. 04 - Jan./Mar. de 2006.

ficou denominado como “doença holandesa”. Esse fenômeno, no entanto não foi isolado, sendo verificado também, tempos depois, em países como Venezuela, Nigéria e México. Paula e Scatolin (2006) acreditam que a apreciação da moeda e a conjuntura macroeconômica da época colaboraram para os efeitos desastrosos da exploração de tais commodities, como é exposto na citação abaixo:

[...] o caso da Holanda envolvia um encadeamento macroeconômico lógico e inevitável a partir de uma entrada substancial e intensa de divisas. Mais do que isso, esse efeito poderia ser o resultado não apenas de um boom exportador, mas também da entrada de capitais especulativos ou investimentos expressivos capazes de provocar uma apreciação da moeda local. Nesse sentido, a instabilidade do conjunto da economia estaria associada, numa primeira instância, ao comportamento do câmbio, afetando diretamente a capacidade competitiva dos setores de atividade não articulados de forma dinâmica com o comércio internacional. (PAULA e SCATOLIN, 2006, Revista Economia & tecnologia).

O caso da “doença holandesa” se tornou um referencial alternativo à tese de desindustrialização até então conhecida, principalmente, quando os países que passam por tal processo não se enquadram na perspectiva colocada como economias maduras e desenvolvidas como é o caso do México e da Venezuela.

Nos últimos anos os questionamentos a respeito de o Brasil estar sofrendo de desindustrialização ou precisamente de “doença holandesa” vem aumentando. As comparações com as economias atacadas pelo fenômeno e as interpretações divergem consideravelmente. É o que será visto a seguir.

#### 4.2 DISCUSSÕES NO BRASIL (PRINCIPAIS PONTOS DE VISTA)

Conforme já esboçado anteriormente, a desindustrialização, embora seja um fenômeno relativamente novo, manifesta-se com várias especificidades e, conseqüentemente, os diagnósticos são pouco consensuais. Primeiramente porque a desindustrialização apresentou formas diferentes nos países em que se constatou o problema, como já foi citado em exemplos anteriores. Em segundo lugar porque dependendo da posição ideológica dos pesquisadores e analistas econômicos, a identificação das causas, conseqüências e possíveis soluções são completamente divergentes.

No Brasil essas contradições não são diferentes. Embora a opinião de economistas renomados tenha convergido para um consenso, nos últimos anos, de que o país passa por um processo de desindustrialização devido aos péssimos resultados da atividade industrial (valor adicionado, quantum produzido etc.), há grandes discordâncias quanto a identificação das

causas, o tipo de desindustrialização - se é caracterizado como de uma economia avançada ou via “doença holandesa” – e a solução do problema.

O julgamento do caráter positivo ou negativo desse processo é o que mais alimenta debates. Muitos teóricos do campo desenvolvimentista e ortodoxo admitem a considerável perda da participação da indústria no Brasil, porém, alguns enxergam o fato como apenas pontual, atingindo setores específicos. Estudos apresentados por Nassif (2008), por exemplo, indicavam que as evidências empíricas apontavam para uma queda pontual da indústria, de transformação<sup>31</sup>, principalmente na década de 1980, se mantendo na década de 1990, em torno dos 22% e havendo uma melhora nessa participação que chegou a 23%, em 2004. Segundo o autor, ao contrário do que é afirmado por alguns economistas “houve crescimento de produtividade na década de 1990” e “aumento da eficiência do trabalho, proporcionado pelas novas técnicas produtivas”. Por isso, a economia brasileira estaria passando por um processo de “desindustrialização”, *positivo*, possibilitado pelo seu estágio maduro e desenvolvido.

Ora, o argumento de Nassif (2008) é pouco consistente quanto à relevância do fato. Pois o setor da indústria de transformação (que abarca o maior contingente de atividades industriais como máquinas, equipamentos, alimentação, vestuários, etc.) tido por ele como pontual, sem significância, é justamente o setor responsável pelo grande dinamismo na atividade econômica. O segmento de bens de capitais, isto é, máquinas e equipamentos é o principal responsável pela demanda e impulso de outros setores como já ensinava Marx e o próprio Keynes.

Bonelli (2005) também defende que a “desindustrialização” do Brasil tem se apresentado de forma natural, como ocorreu em vários países do mundo devido ao alcance de suas economias avançadas, que incluíram mudanças nas tecnologias e alteraram os padrões produtivos, de modo a transferir para o setor de serviços o potencial de crescimento. Essa tese é a mesma compartilhada pelos já citados Rowthorn e Ramaswamy. Segundo Bonelli (2005):

Em nível agregado, a evolução da estrutura do Produto Interno Bruto (PIB) por setores tende, nos países que passam por processos de crescimento econômico, a atravessar uma sequência típica tal que, primeiro tem-se uma queda na participação da Agropecuária e outras atividades “primárias” no produto total. A queda resulta do aumento da produtividade no campo e ocorre com expulsão de mão de obra para o meio urbano. Essa redução do peso do setor primário é compensada inicialmente por forte expansão da Indústria — que é o que caracteriza o crescimento via industrialização — e, em menor medida, pelo aumento dos Serviços. Posteriormente

<sup>31</sup> Nos estudos apresentados por Nassif, a indústria de bens de capital é isolada por terem criado uma classificação diferenciada para indústria de bens de capital. (Revista de Economia Política 28 (1), nota de rodapé nº 9, pag. 80, 2008).

é esse setor que vê crescer sua participação de forma lenta, mas contínua, no produto agregado. (BONELLI, 2005).

Em relação a interpretação de Bonelli (2005) sobre o fato do Brasil ter alcançado um estágio de economia desenvolvida e por isso estar sofrendo de desindustrialização, é importante lembrar que o país teve dois momentos principais para o desenvolvimento da indústria nacional: um no período de Getúlio Vargas e outro no período da industrialização pesada, na era JK, como foi descrito no breve histórico deste trabalho. Fora desses momentos o setor industrial brasileiro enfrentou fortes entraves e desestímulos, inclusive não se pode dizer que a economia industrial do Brasil pôde se diversificar e produzir mercadorias de maior valor agregado e trabalho intensivo, tendo em vista que as empresas industriais que aqui desenvolveram estas atividades, em sua grande maioria eram e são estrangeiras. Além disso, o incentivo à “vocação” natural do Brasil para o setor primário sempre foi plataforma da burguesia agrícola e esteve presente, em maior ou menor grau, na pauta das políticas econômicas.

Quando somamos a isso, o fato de que a renda *per capita* brasileira é muito inferior a de uma economia desenvolvida, como visto anteriormente, no quadro 1 (p.45), não se pode afirmar que o país esteja atravessando um processo **natural** de desindustrialização. Até porque se for analisado a contabilidade nacional e a configuração do setor de serviços poderá se perceber muitas anomalias (setores que deveriam encontrar-se na indústria de alimentação, por exemplo, cozinha de restaurantes, padarias, açougues, etc., são definidos como serviços), logo, não se pode afirmar precisamente que o setor de serviços tenha crescido nas proporções propagadas, ao ponto de sustentar a tese de uma desindustrialização natural.

Na linha dos que acreditam e chamam atenção para os efeitos da desindustrialização no Brasil estão:

- Oreiro e Feijó (2010), ambos afirmam a existência do fenômeno no país ocorrendo via “doença holandesa<sup>32</sup>”;
- Bresser-Pereira (2010), que também identifica nas commodities e na abertura comercial promovida no país a partir dos anos 1990, fatores importantes que determinaram a queda e o baixo ritmo da indústria, nos últimos anos;

---

<sup>32</sup> Doença holandesa é um processo pelo qual uma economia perde a participação da indústria no seu produto interno, devido à descoberta e exploração de um ou mais recursos naturais existente naquela economia. Este processo desloca os investimentos e atenção para esses bens primários, dando menor importância ao setor produtivo. Como consequência da apreciação de tais recursos, ocorre a valorização da moeda local, que prejudica também as exportações dos bens produzidos para outras economias. Incurrendo, portanto, numa perda da competitividade da indústria. (OREIRO E FEIJÓ, 2010).

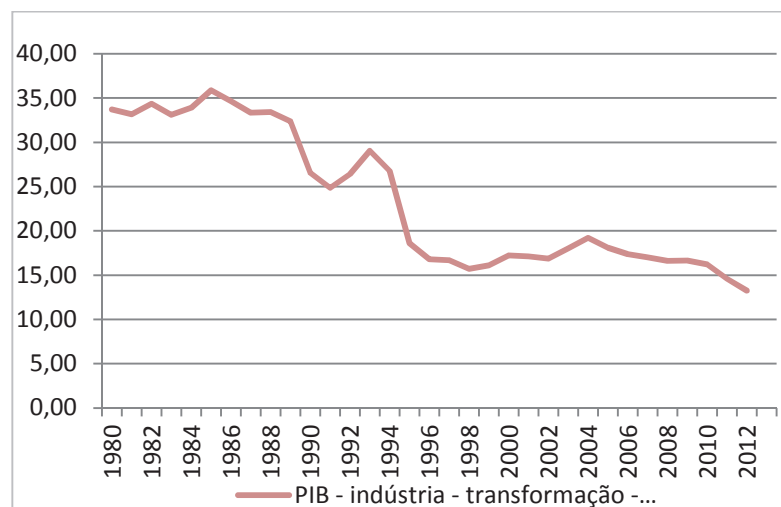
- Palma (2005) que enfatiza o problema como sendo resultante principalmente das exportações de commodities e, portanto, da “doença holandesa”;
- Carlos Lessa (2013) que vê o Brasil não apenas passando por um processo de “desindustrialização” devido às políticas econômicas que afetam o câmbio e, conseqüentemente, as exportações além dos estímulos do setor de produção industrial, mas também alerta para as sérias conseqüências que o país pode enfrentar caso não aproveite de maneira estratégica o *boom* e a apreciação das commodities energéticas (reservas do pré-sal) e;
- Wilson Cano (2012), que entende que a falta de políticas macroeconômicas como as do PSI<sup>33</sup> (incentivado até a década de 1970 e “interrompido” a partir de 1980), provocam ou incitam a pouca participação da indústria e o seu baixo desenvolvimento atual. Desta forma, a contínua ausência de políticas econômicas teriam impactos negativos consideráveis, e, portanto, para atenuar fatores como a sobrevalorização da moeda brasileira, que influencia fortemente as exportações nacionais e colabora para “desindustrialização”, seria necessário políticas protecionistas efetivas.

Atentando para o fato de que certamente o Brasil não alcançou o nível das economias desenvolvidas, onde se registra a presença crescente do setor de serviços em detrimento da indústria, uma elevação na renda *per capita* e conseqüentemente uma mudança estrutural em sua economia, pode-se dizer que o país não sofre de desindustrialização, ao menos não de uma desindustrialização natural, como afirma alguns economistas. Ao contrario, os dados parecem indicar que há sim um processo de desindustrialização, com modificações quantitativas e não qualitativas na indústria, possivelmente fruto da chamada “doença holandesa”. O gráfico 5, a seguir, exhibe uma queda contínua e significativa para a indústria de transformação, que, como já mencionado, é um setor importante, pois, abarca vários ramos da indústria.

---

<sup>33</sup> Processo de substituição por Importações

Gráfico 5 - Brasil - PIB da indústria de transformação em valor adicionado - % (1980-2012)



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados disponíveis no Ipeadata.

Identifica-se no gráfico que a queda acentuada do setor de transformação como argumenta Cano (2012), é preponderante a partir da segunda metade da década de oitenta, tendo uma leve retomada entre 1990/92 para em seguida realizar trajetória declinante e depois crescimento “estável” entre 1995/2012. É importante salientar que no início da década de noventa houve grande entrada de capital estrangeiro devido à abertura econômica e também às privatizações de empresas industriais brasileiras como a Vale, Embratel, Eletrobrás, etc. Tal fato, atrelado à apreciação das commodities, parece colaborar para fortalecer a ideia de que há uma desindustrialização precoce no país e que a(s) causa(s), ao menos em parte, é ou são consequências da ausência de políticas econômicas com respeito ao câmbio, juros, investimento e falta de proteção ao setor. Esses são alguns fatores a serem analisados e expostos na próxima sessão.

## 5 ANÁLISE DO CASO BRASILEIRO

Até agora neste estudo procurou-se fazer levantamento histórico e panorâmico de como se deu o processo de industrialização e desenvolvimento da indústria do Brasil desde seus primórdios, passando pelos momentos de maior destaque e alcançando seu ponto mais frágil nos últimos anos, em que a indústria, principalmente setores específicos importantes, encontra-se em crise.



Muitos pontos de vista já foram apontados, entre eles, o de que o país enfrenta uma “doença Holandesa” ou um processo natural e progressista de mudança estrutural no seu setor produtivo.

No entanto, apesar do não consenso quanto as causas e efeitos da desindustrialização, diante dos fatos e resultados do setor, a maioria dos economistas, analistas e intelectuais, além dos empresários do ramo, não tem dúvida a respeito da existência do problema. Nesse caso, o diagnóstico segundo esses agentes é de que o Brasil enfrenta sim uma desindustrialização. O grande dilema a partir disso é a identificação da(s) causa(s), consequência(s) e o mais importante, a solução para a questão. Será que o avanço da economia brasileira ou a abertura econômica na década de 80/90, ou as mudanças cambiais e nas taxas de juros, ou ainda a apreciação das *commodities* e a falta de políticas direcionadas para o setor são as causas isoladamente ou conjuntamente pela perda de importância da indústria brasileira? E para sanar ou amenizar as consequências do problema, o que pode ser feito?

A análise de forma mais detalhada dos possíveis implicadores para a indústria pode vir esclarecer e apontar um caminho de recuperação para o setor.

## 5.1 DIAGNÓTICO, CAUSAS E CONSEQUÊNCIAS

Os resultados atuais da economia e particularmente da indústria sinalizam para uma desaceleração do setor industrial do país. A cada trimestre os indicadores da indústria dos variados ramos registram queda alarmante e preocupante a respeito da produção física e do emprego industrial. As notícias mais recentes de instituições financeiras e consultorias, assim como também as projeções da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) realizada pelo IBGE estima uma retração da indústria de mais de 0,3% podendo chegar até em 1,4% este ano (MACHADO, 2014b, V. Econômico).

O índice de confiança do setor continua caindo. Em maio deste ano a queda alcançou o patamar de 5,1%, o que afeta categorias que já estão enfrentando dificuldades como o setor automobilístico. Mas, não para por aí. O consumo de energia, que é um termômetro para a atividade industrial, também tem apresentado redução de 3,3%. Diante desses fatos a expectativa para o setor, no 3º tri, é de mais uma queda consecutiva. É gritante a realidade apresentada pelos dados que conduz a uma análise nada positiva no presente e muito menos um futuro para a indústria.

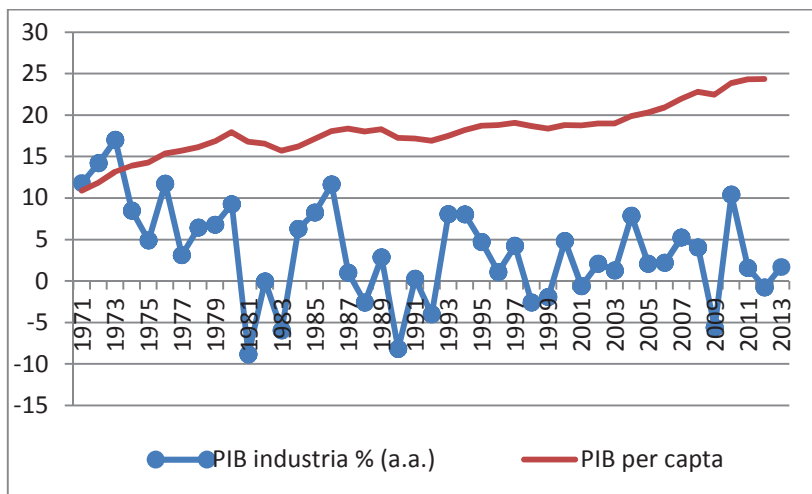


O resultado dessa forte e contínua queda da produção industrial começa a aparecer. Muito embora, alguns setores (automobilístico, bens de consumo duráveis, construção) tenham recebido incentivos para manter o otimismo e as suas atividades, e consequentemente o número de empregos, a fase cíclica da economia brasileira e global não vem favorecendo e impulsionando o setor. As tentativas de manter empregos já caminham para uma tendência declinante. Setores da indústria de estruturas metálicas, por exemplo, que já sofriam com a crise veem a situação se agravar ao ponto de cortar a folha em 15% (RIBEIRO, 2014, V. Econômico).

No entanto, a redução das despesas com salários não se aplica apenas para o setor metálico. Outros setores, como o de automóveis já utilizam mecanismos de flexibilidade trabalhista, são os chamados *layoffs*, que consiste na redução do tempo de trabalho ou no afastamento dos trabalhadores por um período específico, remunerado parcialmente pela indústria e pelo governo. Tal fato tem ocorrido porque apesar da redução na produção industrial, devido a desaceleração das economias, os estoques continuam se acumulando e a indústria encontra dificuldade para um ajustamento do nível desses estoques, desestimulando ainda mais a produção e as expectativas dos empresários. Este é o resultado da sondagem da CNI, divulgada pela Fiesp.

Alguns analistas e economistas liberais podem crer que o processo de perda da participação da indústria no PIB é um fenômeno natural e recente, advindo de uma realocação dos investimentos para o setor de serviços devido ao avanço da economia e o crescimento da renda nacional. Entretanto, a realidade objetiva conduz a outra conclusão, a de que o país está se desindustrializando. É importante citar que esse fenômeno não é algo recente como se argumenta. Antes mesmo da crise de 2008, a perda da participação industrial no PIB era motivo de alerta, possível de ser observado através dos dados, a partir da década de 70/80, muito embora, a renda *per capita* nacional tenha crescido no mesmo período. (Ver gráfico 6).

Gráfico 6 - PIB per capita e valor adicionado da indústria em número real anual – 1971/2013



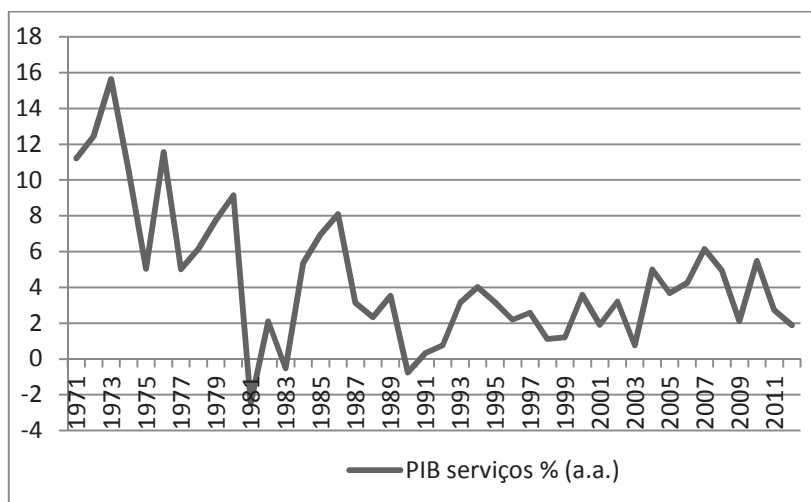
Fonte: IPEADATA

Nota: O PIB *per capita* coletado está a preço de 2013 e unidade em R\$ (mil)  
O PIB da indústria encontrado é calculado a preços básicos e variação real.

A visualização do gráfico 6 mostra a variação da renda nacional *per capita* (PIB *per capita*) e o crescimento real do PIB da indústria. A simples observação torna evidente a disparidade entre as duas variáveis. A renda *per capita* tem ascendido nas últimas décadas, é verdade. Ao mesmo tempo, a taxa de crescimento da indústria tem oscilado bastante em igual período, alcançando níveis negativos nas décadas de 80, 90 e 2000. O que se pode concluir com esse resultado? Ora, como já mencionando neste estudo o PIB *per capita* não é uma boa medida para a análise da situação da indústria. Se assim o fosse os EUA não teriam tamanha renda *per capita* (US\$ 42.107), já que o valor adicionado à sua indústria de transformação (V/A US\$ 12.7) é o menor dos demais países observados. (Ver quadro1).

Os economistas adeptos da ideia de desindustrialização por mudança estrutural, em que a participação do PIB da indústria perde espaço para o PIB dos serviços podem contra argumentar a respeito do caso dos EUA que é um grande ofertante no setor dos serviços. Porém, o mesmo não se pode fazer para o caso brasileiro, pois, o PIB dos serviços em valor adicionado no Brasil embora continue durante quase todo o período observado, com taxas positivas, bem como o PIB da indústria, vem sofrendo queda. Vejamos o gráfico 7.

Gráfico 7 - PIB do setor de serviços em valor adicionado em % (1971-2012)



Fonte: Ipeadata

Na figura, enxerga-se claramente que a trajetória dos serviços não é crescente e muito menos evolutiva ao ponto de substituir a importância do setor industrial no PIB total. Essas variáveis significativas confrontam a variável da renda *per capita* e, portanto, ajudam a desconstruir a percepção de uma desindustrialização natural.

É claro que, se for analisado além da renda *per capita*, variáveis como o N° de estabelecimentos industriais e o N° de empregados na indústria brasileira até o ano de 1995 (Ver anexo A e B) verificar-se-á que realmente esses indicadores não apontam para uma desindustrialização. Porém, os dados mais recentes desses mesmos indicadores já mostram queda e é preciso ir além da aparência dos fenômenos estudando as variáveis que podem descrever ou tentar descrever a real situação da indústria, como é o caso das variáveis aqui analisadas. Estas (PIB real da indústria, serviços, Índice de confiança do setor, mecanismo de jornada de trabalho atual, produção física, consumo de energia, nível de estoques da indústria, etc) demonstram dados preocupantes, principalmente nos últimos anos, em que a indústria não apenas tem perdido espaço, mas freado fortemente sua produção.

Sendo assim, o diagnóstico mais adequado ao Brasil é o de que o país passa efetivamente por um processo de desindustrialização, nada natural. Dado esse diagnóstico é importante saber qual a causa da desindustrialização brasileira. Será a “doença holandesa”?

Em análise ao “jornal dos Economistas”, o economista João Paulo de Almeida Magalhães (2013) expõe de maneira contundente a situação da indústria no Brasil e remonta fatos importantes dos anos oitenta para explicar o problema e as causas da desindustrialização brasileira. Em sua análise a ideia defendida de que o PIB, e consequentemente a indústria, tem apresentado retração devido a fatores conjunturais, como a crise nos EUA e Europa, são

refutadas. O autor entende que o pibinho dos últimos anos é resultante muito mais de uma mudança estrutural. Muito embora a mudança estrutural não seja fruto de um fenômeno natural, através de aumento de renda e desenvolvimento da economia como já foi citado anteriormente, ao contrário, sua percepção está de acordo com o diagnóstico da “doença holandesa” ou “maldição dos recursos naturais”.

Utilizando dados do IBGE, divulgados pelo Ipea, o autor identificou que “entre 1980 e 1996 a participação da indústria no PIB reduziu-se em 50%, (...) e a indústria brasileira que sobreviveu à apreciação cambial é basicamente a de mais baixo valor agregado, elevando significativamente o peso das *commodities* nas exportações”. (p. 31, grifo do autor). Dessa forma, a evidência de desindustrialização via investimentos em recursos naturais ao invés de investimentos em setor manufatureiro parece fato inquestionável.

Segundo o economista, o abandono da estratégia voltada ao desenvolvimento, amplamente discutida e utilizada nas primeiras décadas do século XX até o fim da década de 1950, atrelada a uma perspectiva curtoprazista fundamentada na teoria neoclássica com o objetivo de “garantir os equilíbrios fundamentais (cambial, fiscal e monetário)”, além da indiferença para as questões do mercado, baseando-se na teoria da lei de Say (toda oferta cria sua própria demanda) estão reduzindo o crescimento do PIB brasileiro. O crescimento da economia brasileira não tem sido o objetivo dos economistas. Não há políticas de longo prazo e há sim, uma política de estabilização econômica baseada na estabilização monetária, desviando a atenção para o longo prazo.

É preciso criar possibilidades de médio e longo prazo para o mercado. E utilizar medidas protecionistas mesmo, alterar taxa de juros, impostos e sobre tudo realizar política cambial favorável à indústria, pois a desvalorização do câmbio é apontada pelo Ipea como a principal causa da “doença holandesa” afirma Magalhães (2013).

Em artigo publicado em junho deste ano, Carlos Lessa (2014) menciona o fato da desindustrialização brasileira no período da privatização-desnacionalização, fruto da perspectiva a nova ordem mundial de exportação de bens primários ser a solução, resultando num atrofiamento do setor produtivo industrial do país e das taxas de investimento realizadas da década de 1930/80.

A desindustrialização brasileira é fato e assunto entre economistas renomados e público não especializado. Os indícios sinalizam que a desindustrialização é decorrente da brusca abertura comercial a partir dos anos 90. Em conjunto com a falta de política cambial adequada e baixo investimento no setor o Brasil está experimentando uma reprimarização da sua economia. Na última década o setor industrial e de serviços tem sido menos representativo

do que o setor agropecuário. As queixas se dão em torno de três variáveis: taxa de câmbio, taxa de juros e crescimento/investimento no setor primário devido à apreciação das *commodities*. Analisemos então essas variáveis e suas implicações para inferir se as acusações são confirmadas.

### 5.1.1 Papel da Taxa de Câmbio e Juros

A teoria oficial afirma que o problema da inflação, normalmente apontado como resultado do crescimento da demanda (inflação de demanda) ou da emissão de moeda (gastos do governo, leia-se: política expansionista) geram *trade-offs* como o da inflação & desemprego, por exemplo. Mas é preciso combatê-la independente de suas consequências. E os remédios mais eficazes são através da alteração da taxa de juros e da política fiscal e cambial.

A alteração da taxa de juros é realizada pelo Comitê de Política Monetária – Copom, que conta com representantes do Banco Central do Brasil. Em reuniões ordinárias os representantes decidem a manutenção ou o reajuste da taxa básica de juros (SELIC), dada a conjuntura econômica e os interesses do Estado Brasileiro.

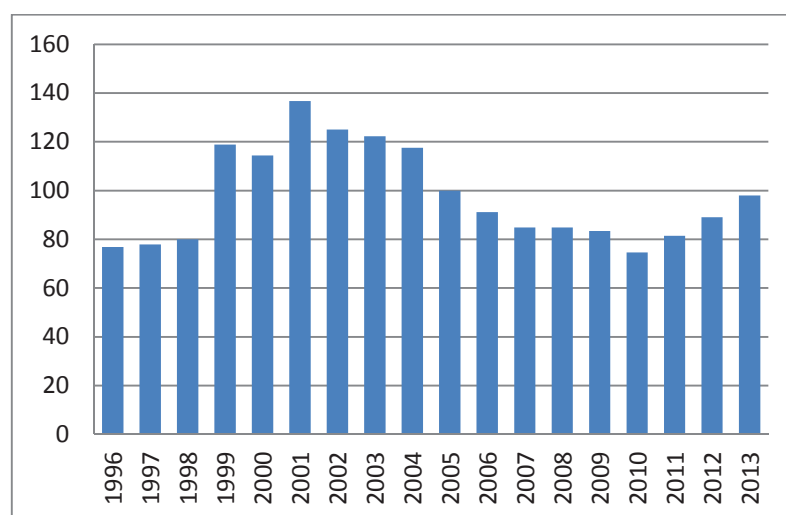
As mudanças na taxa de câmbio se dão pelo controle e administração da autoridade monetária (BCB) das operações de compra e venda de moedas e títulos. Os fluxos desses ativos são controlados por bandas (flexíveis, administradas, rígida, etc.) e podem variar de acordo com o interesse do país para o mercado externo ou interno. Esse tipo de política surte efeitos no consumo, renda, investimento e poupança (MANKIW, 2008). Assim, se a economia está muito aquecida e provocando aumento da inflação a melhor forma de estabilizar esse crescimento é elevar tais taxas. O intuito é garantir um equilíbrio e crescimento estável.

Na década de 1980 o Brasil sofria de inflação galopante, com taxas acima de 100% a. a. Esse incômodo foi sentido até os primeiros anos da década de 1990. Os formuladores de política econômica da época responsabilizavam pelo caos, a política expansionista das décadas passadas, principalmente a utilizada em 1950, com altos endividamentos externos. Dessa forma, para possibilitar o controle dos preços e acabar de vez com o terror da inflação, ao longo de 1980/1990 foram adotadas providência de contração econômica como forma de sanar os desequilíbrios existentes. Muitas medidas e planos econômicos visavam a busca da estabilização da economia. Entretanto, as duas principais se deram pela: abertura comercial, que implicou mudanças no câmbio gerando aumento da concorrência externa e por sua vez,

quebra da proteção a setores produtivos; elevação da taxa de juros, que tem implicações no nível de investimento e consumo.

Os efeitos dessas políticas ajudaram a melhorar o nível de preços da economia, mas semearam resultados que vem piorando há alguns anos. A indústria, por exemplo, principalmente setores com menor tecnologia, não suportou o choque e entrou em colapso. O gráfico 8 referente a taxa de câmbio efetiva para exportação de manufaturados, apresenta os resultados médios anuais. Nele pode-se perceber uma taxa de câmbio alta na maior parte dos anos em estudo. A partir de 2005 é que ocorre uma trajetória de queda.

Gráfico 8 - Taxa de câmbio - Efetiva real – INPC – exportações – manufaturados – índice (média 2005=100) – 1996/13

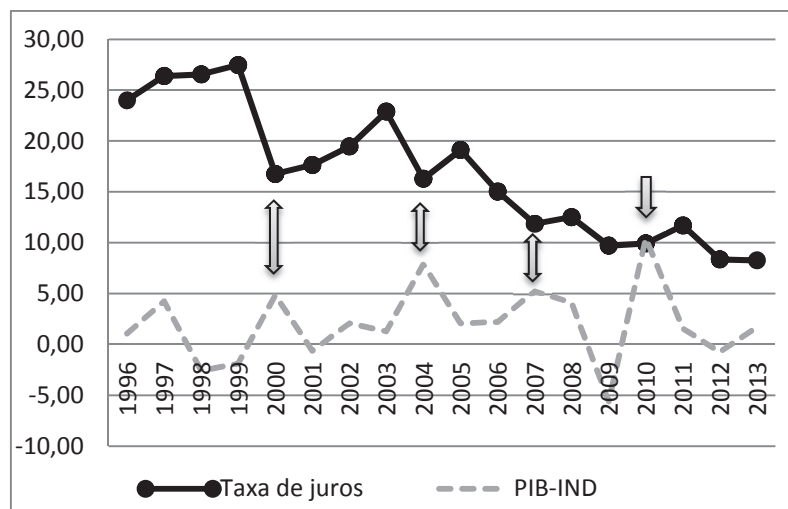


Fonte: Ipeadata – Dados trabalhados pela autora

Grosso modo, uma taxa de câmbio alta é benéfica para as exportações, mas, particularmente para indústria, uma taxa de câmbio muito alta compromete a produção de bens cujas matérias primas básicas ou intermediárias costumam ser importadas. Desse modo, a política cambial deve ser analisada com muito cuidado.

Além da taxa de câmbio, a taxa de juros, principalmente a Selic, é usada como referencial para operações financeiras de crédito e financiamentos. Em cadeia agregada, a taxa de juros tem por objetivos influenciar positivamente ou negativamente o consumo dos agentes públicos e privados. Sendo assim, ela é determinante para investimentos nos mais diversos setores, inclusive na indústria e deve apresentar uma relação inversa. (Ver gráfico 9)

Gráfico 9 - Taxa média de juros (%) anual da Selic e PIB da indústria em valor adicionado - Var. Real - % - 1996/13



Fonte: BACEN e Ipeadata. Dados da taxa de juros trabalhados pela autora.

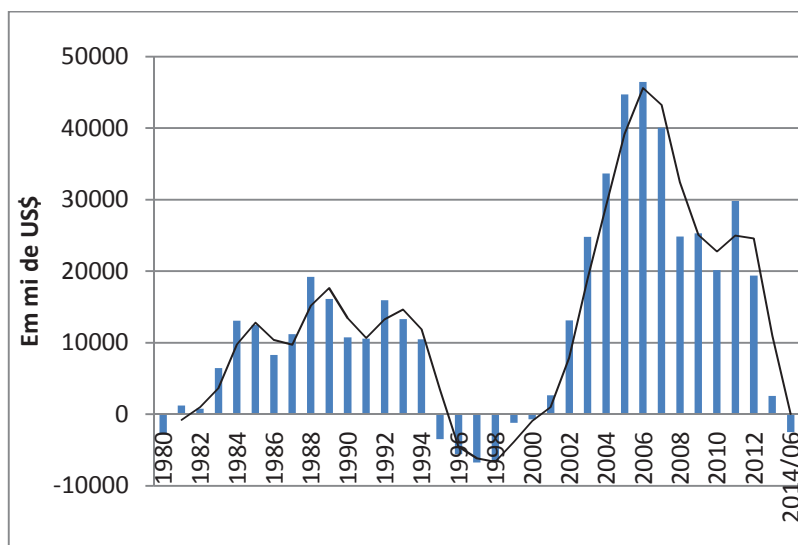
A análise do gráfico indica, de fato, uma relação inversa entre a taxa de juros e o crescimento do PIB da indústria. Dadas as proporções e defasagem de tempo para a política fazer efeito na atividade econômica, quando ocorre redução da taxa de juros eleva-se o PIB da indústria. Ou seja, pode-se dizer que a mudança na taxa de juros tem implicações no setor industrial, como observado no gráfico.

Outra forma de avaliar os impactos das alterações no câmbio e nos juros é através da análise das exportações. O que acontece, como comenta a CNI, é que os juros altos atraem os investidores que pressiona a cotação da moeda interna (câmbio) e por consequência afeta as exportações e com isso a indústria.

(...) os juros altos atraem investidores estrangeiros. Eles trazem muitos dólares para o país, e com isso, a cotação da moeda americana cai demais. Com o real forte, os produtos brasileiros ficam mais caros para os compradores no exterior. Isso reduz as exportações da indústria. (Site: Economia UOL, 2011).

A balança comercial brasileira da década de 1980 até hoje apresentou três períodos de saldo negativo. Esses momentos se deram entre o final da década de setenta até 1982, depois na metade da década de noventa (1994/2000) e recentemente também vem apurando resultado deficitário em 2014. (Ver gráfico 10)

Gráfico 10 - Saldo da balança comercial brasileira (fob) em mi US\$ - 1980-2014/6



Fonte: Ipeadata. Dados trabalhados pela autora.

Em 1979/82 é sabido que internacionalmente ocorria a segunda crise do petróleo que acabou trazendo consequências também para o Brasil, inserido no mundo globalizado, e colaboraria para a crise da dívida externa brasileira em 1982. Evidentemente, isso explicaria o déficit no período.

Na segunda metade da década de noventa (1995-2000) o país se encontrava com uma economia de preços estabilizados graças a nova moeda (Real) que possuía paridade igual ao dólar. A necessidade de consumo (demanda reprimida) proporcionada pelo aumento da renda favorecida pela alta cotação da moeda interna exigia uma maior abertura comercial para suprir quantidade de bens básicos e sofisticados demandados, segundo os formuladores de política econômica da época. Pois bem, essa abertura impulsionou as importações e como resultado tem-se o período deficitário mostrado no gráfico 9.

Atualmente a economia brasileira vem apresentando déficit na balança comercial. Houve uma trajetória de queda iniciada a partir de 2008, certamente ocasionada pela deflagração da crise econômica mundial que se arrasta até hoje, uma retomada em 2011, e de 2012 em diante os resultados vem crescendo a taxas menores até alcançar o déficit registrado no primeiro semestre deste ano.

Pode-se dizer que numa economia mundial globalizada, os problemas que acontecem num país não ficam só naquele país. Sendo assim, mais cedo ou mais tarde os efeitos são sentidos por todos os parceiros econômicos. Em 2008/2009/2010 o Brasil tomou medidas para impulsionar o consumo interno a fim de sair ileso da crise financeira mundial, porém, as consequências da crise são inevitáveis. A política voltada para o consumo, principalmente de



bens de consumo, fez com que alguns setores da indústria fossem beneficiados por exonerações e incentivos. No entanto, os resultados positivos não se prolongaram por muito tempo e o setor industrial como um todo, que já registrava maus momentos, voltou a sentir o clima econômico nacional e internacional desfavorável.

Em janeiro deste ano, a indústria registrou aumento na produção de 2,9%, mas a perspectiva, de acordo com o IBGE, não elevou os ânimos do setor. Isso porque o crescimento sequer compensou a queda de 3,7% do mês anterior (LORENZO e MARTINS, 2014). A trajetória de desvalorização cambial, a partir da segunda metade de 2013, não ajudou a indústria. O setor de transformação apresentou queda gradativa. Embora o câmbio tenha seus efeitos sobre a BC e sobre a indústria a ele não pode ser atribuído todo o caos é o que diz Neumann (2014).

O fato é que a economia está desaquecida mundialmente, mas este é um fenômeno relativamente recente se comparado ao resultado do setor industrial na última década, tanto a respeito da produção quanto à exportação. A parcela exportada da indústria caiu em 2013, mesmo com os incentivos em folha de pagamento, energia e câmbio. E nos anos anteriores, embora haja valores melhores, quando analisado particularidades veem-se dados preocupantes da indústria.

De acordo com o Índice Firjan de produção exportada (IFPE), 22,2% de tudo o que a indústria de transformação produziu foi vendida no exterior. Em 2012, essa participação foi levemente maior (22,5%) e no auge, em 2005, ela alcançou 25%. A média, porém embute setores cuja presença no exterior praticamente desapareceu (como a indústria de confecções, cuja parcela destinada ao exterior caiu de 6,5% para 1,7% nos últimos dez anos) (...). (NEUMANN, 2014, V. ECONÔMICO).

Claramente as tentativas de estímulo à economia brasileira e a setores específicos da indústria não surtiram o êxito esperado. Primeiro porque estimular e incentivar apenas alguns ramos da indústria, como foi o caso do setor produtor de bens de consumo, só garantem fôlego temporário para a economia. É necessário investir em bens de capitais, especialmente nas máquinas e equipamentos, estes sim alavancam outros setores na economia, embora não elimine as crises. A “indústria mecânica (...) [quando se fortalece] exerce influência preponderante sobre toda a produção nacional (...)” (MARX, 1996, L-I, V-II, Cap. XXIII, p. 735). No entanto, o que se nota é uma diminuição na produção e exportação desses bens, normalmente trocados pelos importados de mesma categoria. O setor de bens de consumo é o que ainda torna significativo a exportação de bens manufaturados. (Ver Anexo C).

Segundo, não se pode ignorar a condição da conjuntura econômica global e isso remonta outra questão que tem se tornado vital para a formulação de política econômica, a análise do mercado.

### 5.1.2 Papel das *Commodities*

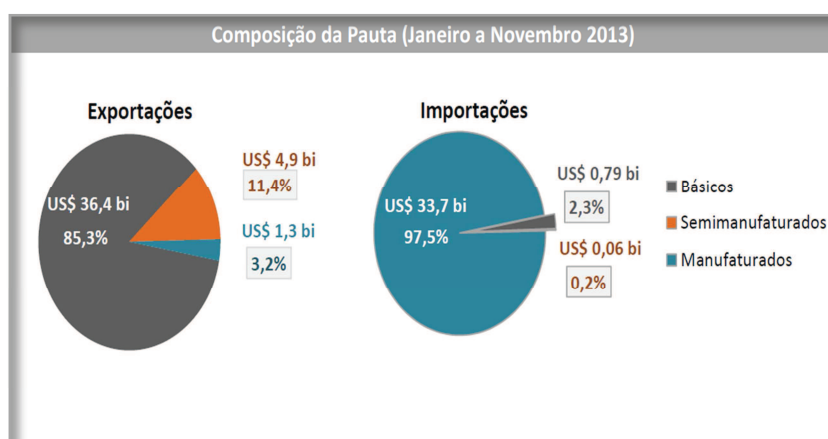
Nos últimos dez anos as investigações em torno do fenômeno da desindustrialização foram fortalecidas pela possível mudança na pauta exportadora do Brasil, principalmente a que vem ocorrendo nos mais recentes anos. Em 2008, quando explodia a crise financeira mundial os investidores estrangeiros buscaram abrigo seguro para seu capital. Começou a partir daí uma retirada dos capitais dos países em crise e uma destinação desses capitais a países mais seguros. Nesse momento, os países que apresentavam resultados crescentes em sua economia, parecendo não vir a ser atingidos pela crise, eram os países ditos emergentes, dentre eles o Brasil. As políticas de crédito ao consumo e de incentivo ao setor de bens de consumo parecia criar boas condições para o país criando possibilidade de mais segurança para o investimento.

Em meio à dificuldades de importação de produtos industrializados pelas economias desenvolvidas, o setor que começou a despontar foi o setor agropecuário, importante para suprir a necessidade básica da população. Porém, o que se percebe é que especialmente os grãos e os minérios são os bens mais apreciados para a exportação. Isso ocorre não por acaso, já que o principal comprador, a China, que faz parte também do grupo de países emergentes, está com a economia a todo vapor. Esse movimento de desaquecimento dos países desenvolvidos e do aquecimento das economias emergentes, parecendo ir na contramão do mundo, provocou um direcionamento dos investimentos em grande volume, para o setor produtor de bens primários, voltados à exportação e cotados ao valor de mercado internacional, as chamadas *commodities*.

Já em 2002, segundo a Receita Federal, o Brasil exportava volume considerável de *commodities* para a China, 32,8% de soja e 23,68% de minério de ferro e seus concentrados. Atualmente esse volume é ainda maior. Em 2013/14 a China se tornou o principal importador brasileiro desses bens, mesmo com sua economia em fase de crescimento mais lenta. Os montantes exportados para lá são da ordem de mais de 22 bi em 2013 e 23 bi só no primeiro semestre de 2014. Os principais produtos exportados continuam sendo os de baixo valor agregado e principalmente as *commodities* já mencionadas. Os países que mais importam tais

bens do Brasil são China, EUA e Argentina. Juntos estes países demandam 39,83% de todos os produtos brasileiros. E dentro destes produtos, as *commodities* (Soja Mesmo Triturada, Minérios de Ferro e seus Concentrados, Óleos Brutos De Petróleo e Minérios de Cobre e seus Concentrados) são as maiores responsáveis pelas exportações. (Ver Anexos D e E). O gráfico 11 ilustra a composição das exportações para o principal parceiro atual do Brasil.

Gráfico 11 - Volume de exportados e importados brasileiros entre bens básicos, manufaturados e semimanufaturados - 2013



Fonte: Fiesp/AliceWeb/MDIC

Nota-se no gráfico que o quantum exportado e importado é bastante desequilibrado onde as exportações são predominantemente de bens básicos (85,3%), incluído as *commodities*, os semimanufaturados correspondem a 11,4% e os manufaturados exportados são apenas de 3,2%. As importações são quase em sua totalidade bens manufaturados (97,5%), geralmente de maior valor agregado, depois vem os básicos (2,3%) e os semimanufaturados (0,2%).

### 5.1.3 Especulação Financeira e Desvio de Investimentos

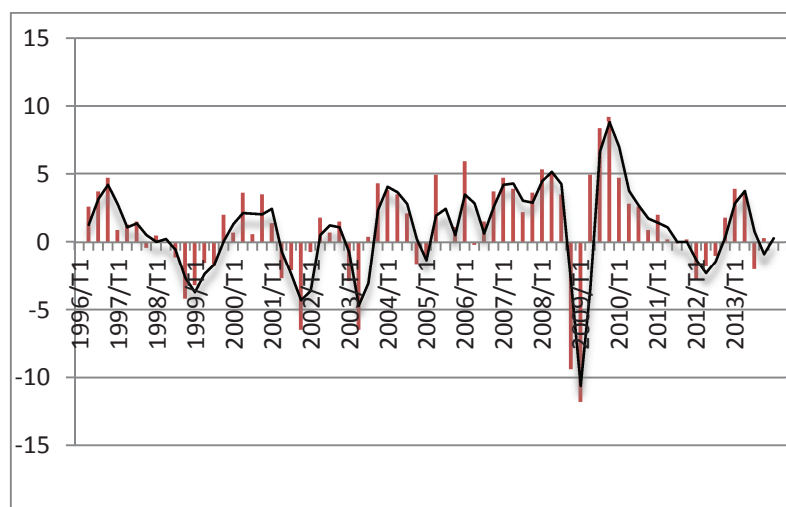
Outra implicação, e provavelmente as mais sérias a respeito do alto investimento das *commodities* e com isso a desatenção nos produtos industrializados, é o fator especulação, ditado pelo mercado financeiro em que as regras costumam ser “não ter regras e limites”.

Em entrevista ao Jornal Valor Econômico, o professor da Unicamp e economista Wilson Cano (2014a), procura chamar atenção para a falta de um projeto nacional da economia brasileira e particularmente da indústria, assim como também desmistifica o boom das *commodities* brasileiras. Para o economista é preciso adequar a política de juros, financiamento e haver um grau de protecionismo para a incorporação de alta tecnologia à

indústria. Sem isso, fica difícil uma verdadeira recuperação do setor. Porém, esses fatores são barrados pela política neoliberal inserida após o ingresso na OMC.

Sobre os investimentos para o setor, o aparente crescimento de 2013 é apenas aparente mesmo. Pois segundo o autor nem nos melhores anos o nível de investimento alcançou 20% do PIB. Basta analisar a formação bruta de capital fixo, que mede o nível de investimento por parte das empresas. O gráfico 12 apresenta a variação trimestral desse indicador de 1996 a 2013.

Gráfico 12 - Formação bruta de capital fixo trimestral em variação de volume com ajuste sazonal – 1996/2013



Fonte: IBGE – Séries Estatísticas e Séries Históricas

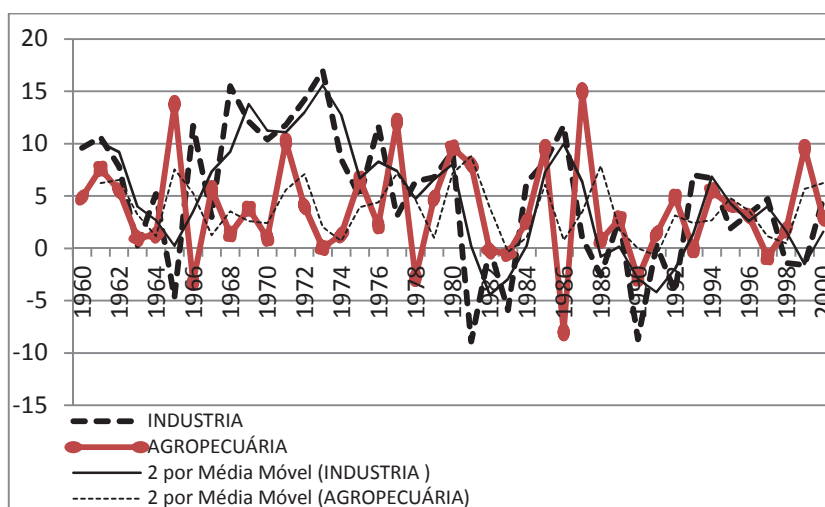
Pela visualização do gráfico vê-se que no período analisado a FBCF sequer chegou ao volume de 10%. É possível ver ainda que em 2009 há uma queda acentuada e uma recuperação importante em 2010, provavelmente por causa das medidas anticíclicas, mas apesar dessa melhora o resultado não chega a compensar a queda do ano anterior e nos anos seguintes, em meio a quedas negativas, os investimentos não alcançam nem 5%. A linha de tendência móvel ajuda a perceber esse movimento com mais clareza.

Além disso, é preciso analisar a qualidade dos investimentos que na década de 70 era substancial no setor de transformação e atualmente o investimento direto interno e “externo, (...) vem muito mais para serviços, *agrobusiness (Commodities)*, mineração e pouco para a indústria” (itálico nosso) (CANO, 2014).

Cano alerta ainda para o fato de a especulação financeira desestimular o interesse pela produção até mesmo o dos próprios produtores. “Há empresários ganhando mais dinheiro no sistema financeiro do que produzindo sapatos, salsichas ou lingotes de ferro”. Isso é extremamente preocupante porque o setor financeiro nada cria, ao contrário, ele se apropria

do valor criado pelo setor produtivo de bens básicos ou manufaturados. O setor financeiro pode fazer com que o preço e a produção no mercado de futuros seja mais alta, mas nada garante que a base material alcance essa expectativa, principalmente se a produção é direcionada apenas para o setor primário que depende além de técnicas produtivas, de um clima literalmente favorável. Analisando o gráfico 13 do PIB da Indústria e da Agropecuária da década de sessenta até 2000 percebe-se a evolução da taxa de crescimento dos dois setores.

Gráfico 13 - Taxa de crescimento do pib da indústria e da agropecuária em % - 1960-2000



Fonte: Dados extraídos da série histórica da Conjuntura Econômica e Ipeadata contidos na dissertação de Silva (2002). Ver anexo F.

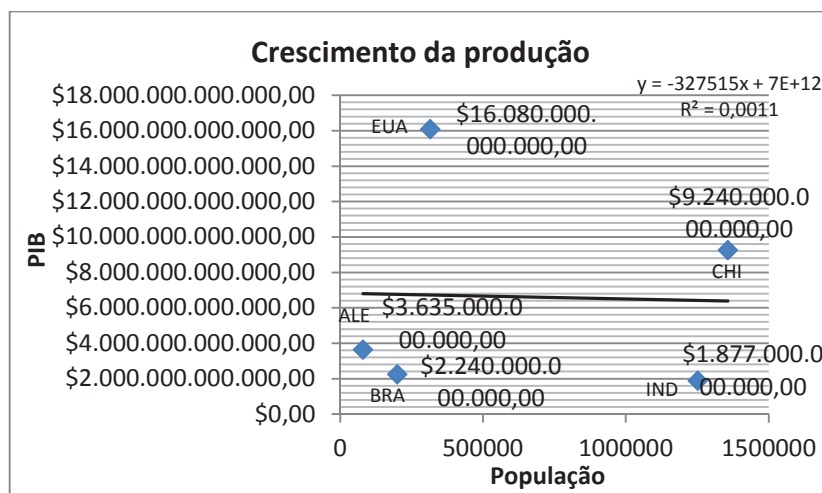
É notório que o setor da indústria atinge resultados negativos mais acentuados do que a agropecuária e que apenas nos anos entre 1968/73 a indústria se sobressai ao setor agropecuário. Observa-se também, ao traçar a linha de tendência, a qual suaviza as flutuações e possibilita uma análise mais clara da trajetória seguida, que o movimento de crescimento do setor agropecuário é menos desproporcional do que o da indústria, o que indica que, apesar da dependência de diversos fatores inclusive climáticos, o setor tem um crescimento mais estável do que o do setor industrial que alcança ao longo do período observado uma desproporção maior no seu crescimento.

Uma explicação possível para esse resultado se deve, entre outros motivos, ao fato do setor agropecuário ter, em quase todo o histórico do país, recebido considerável atenção pelo apelo dos seus representantes e também pela difusão da teoria neoliberal de que a vocação do Brasil é a produção de bens primários. Nesse caso, deveria assumir seu destino e se especializar no setor.

No entanto, o que se observa é que os países que realmente tiveram crescimento vertiginoso, conduzindo a um desenvolvimento mais equilibrado investiram em indústrias, no

setor produtivo manufatureiro, em mercadorias de alto valor agregado. Vejamos o exemplo do gráfico 14 que demonstra a relação entre crescimento populacional e produção.

Gráfico 14 - PIB da Alemanha, EUA, China, Brasil e Índia (em tri US\$) e o contingente populacional (em mi e bi) - 2013



Fonte: Banco Mundial

O gráfico aponta que não há uma relação entre crescimento populacional e PIB, ou seja, a reta de tendência com o valor do  $R^{234}$  ajustado indica uma fraca correlação entre estas variáveis. Isso quer dizer que não necessariamente um país com muita população terá um PIB elevado, do mesmo modo, um país com população relativamente pequena terá um PIB baixo. Você agora pode se perguntar o que esta análise tem a ver com o crescimento industrial. Bem, o contingente populacional da China é justificado por muitos autores como o principal fator do seu crescimento e de fato é um quesito importante que atrai muitos investidores.

Porém, como explicar que a Índia que também possui número considerável de pessoas assim como a China tenha um PIB menor que o do Brasil? A resposta é simples, há investimento na produção de manufaturados tanto por parte da iniciativa privada – atraída pela mão de obra barata – quanto do Estado. Semelhante ao que aconteceu no Brasil na década de 1930 a 1950, o Estado é um dos grandes investidores chineses, fato que estimulou a atividade econômica e colaborou também para o investimento direto estrangeiro. No quadro 2 é possível conferir os valores referentes ao PIB e a população dos países mencionados.

<sup>34</sup> O  $R^2$  é o coeficiente de determinação linear mede o grau de ajustamento de um modelo. Esse grau de ajustamento se dá entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1 significa que a variável dependente consegue ser explicada pelas variáveis explicativas. Quanto mais próxima de 0 significa que as variáveis explicativas tem fraca ou nenhuma relação de causa com a variável dependente. No exemplo gráfico o  $R^2$  foi zero e indica que o crescimento da produção não tem uma relação direta com a quantidade populacional.

Quadro 2 - PIB da Alemanha, EUA, China, Brasil e Índia (em tri US\$) e o contingente populacional (em mi e bi)  
- 2013

PAÍS	PIB	POP
ALE	\$3.635.000.000.000,00	80.062
EUA	\$16.080.000.000.000,00	316.100
CHI	\$9.240.000.000.000,00	1.357.000
BRA	\$2.240.000.000.000,00	200.400
IND	\$1.877.000.000.000,00	1.252.000

Fonte: Banco mundial

Não por acaso a China importa do Brasil bens primários e *commodities*, pois sua produção é voltada demasiadamente para a produção de bens manufaturados, de alto valor agregado. E o que acontece com o Brasil é o inverso, há pouco investimento e de qualidade duvidosa como já citado por Cano (2014).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A indústria no Brasil sempre encontrou dificuldades para seu desenvolvimento. A percepção de que a vocação do Brasil é a produção agrícola parece ter conseguido prevalecer no somatório final. Viu-se que esse cenário se fez presente no início do século passado e em vários momentos desse período. Entretanto, a indústria pôde contrariar esse estigma e avançar como na década de 1930 – 1950, primeira metade de 1960 e depois, entre 1969/73. Porém, a partir dos anos oitenta, e precisamente nos anos noventa, o setor industrial vem realmente perdendo força e importância.

De fato, a brusca abertura econômica, baseada nas ideias formuladas pelo consenso de Washington, surtiu efeito desastroso sobre o setor produtivo do país. A busca da estabilização monetária realizada com o remédio do câmbio e juros custou caro para a atividade econômica nacional, principalmente para a indústria nacional nascente. A integração da economia brasileira ao ritmo das economias capitalistas desenvolvidas fez com que o país se integrasse nessa dinâmica geral, e a cada crise mundial a economia brasileira e a indústria passaram a sentir os efeitos danosos.

Além disso, a falta de um projeto nacional, as políticas macroeconômicas equivocadas e a conjuntura histórica do Brasil tem levado o país a sofrer não apenas a perda da importância da indústria (desindustrialização) no seu PIB, que vem ocorrendo desde a década de 1980, como também tem conduzido os esforços e investimentos para o setor primário. Este é um setor importante, mas não deve ser à base de sustentação de uma economia. Na última década essa “reprimarização” e apreciação dos bens primários, especialmente as *commodities*, atrelada a retração sucessiva da indústria, principalmente de setores determinantes, assemelham-se efetivamente com o que autores citados nesse trabalho denominam “doença holandesa” ou “maldição dos recursos naturais”.

A perspectiva de que o Brasil passa por uma mudança natural de sua estrutura produtiva não se aplica ao caso brasileiro. Como já foi demonstrado por meio de gráficos e dado estatístico o setor de serviços não tem substituído o crescimento da indústria no PIB. Logo, essa é uma primeira indicação para refutar tal afirmação.

Diante do que foi apresentado, pode-se dizer que a solução para os desequilíbrios causados na produção das mercadorias, entre eles, o desequilíbrio estudado neste trabalho que foi denominado como desindustrialização, seria a mudança na visão do que é desenvolvimento econômico, isto implicaria mudança da base material da economia, mas



diriam que essa é uma percepção muito radical. Logo, nas condições atuais e concordando com alguns autores, a necessidade de elaboração de um novo projeto nacional e o combate a todas as políticas confusas do momento, como o tripé macroeconômico (regime de metas de inflação, meta de superávit fiscal e controle cambial) parece ser um bom começo para ao menos minimizar os efeitos da perda de importância da indústria, um dos setores vitais para a atividade econômica

## REFERÊNCIAS

ALONSO, O. Setor de máquinas não vê reversão do déficit. **Valor Econômico**, São Paulo, 22 jan. 2014.

Anuário estatístico. Disponível em: < [http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl\\_1337260114.pdf](http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1337260114.pdf) >. Acesso em: 21 jul.14.

BAER, W. **A industrialização e o desenvolvimento econômico no brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1966.

Balança comercial (FOB). Dados macroeconômicos. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 22 jul.14.

BONELLI, R. Industrialização e desenvolvimento (notas e conjecturas com foco na experiência do Brasil). In: conferência de industrialização, desindustrialização e desenvolvimento, 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Fiesp-Iedi, 2005.

BRESSER-PEREIRA, L C. **Brasil vive desindustrialização**. Revista Economia & Tecnologia, Paraná, ano 06, v. 22, Jun /Set 2010.

\_\_\_\_\_. Existe doença holandesa no Brasil? In: IV FORUM DE ECONOMIA DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS, 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: FGV, 2008.

CANO, W. **Desequilíbrios e concentração industrial no Brasil, 1930-1995**. 2. ed., rev. aum.- Campinas, SP: Unicamp. IE, 1998.

\_\_\_\_\_. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 200, jan. 2012. Disponível em: <[www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3183&tp=a](http://www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=3183&tp=a)>. Acesso em: 01 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Para economista, país está sem rumo e falta um projeto nacional**. Valor Econômico, São Paulo, 09 abr. 2014.

CAPOZOLI, R. Pacote de redução da tarifa elétrica frustrou indústria. **Valor Econômico**, São Paulo, 02 set. 2013.

CRESPO, S. G. **Remessa de lucros e juros geram rombo recorde em transações com exterior**. Blog achados econômicos/UOL. Disponível em: <<http://achadoseconomicos.blogosfera.uol.com.br/2014/02/21/remessa-de-lucros-e-juros-geram-rombo-recorde-em-transacoes-com-exterior/>>. Acesso em: 05 jun. 2014.

CURADO, M. **Industrialização e desenvolvimento: uma análise do pensamento econômico brasileiro**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 22, n. 3 (49), p. 609-640, dez. 2013. Disponível em: <[www.scielo.br/pdf/ecos/v22n3/02.pdf](http://www.scielo.br/pdf/ecos/v22n3/02.pdf)>. Acesso em: 20 mai. 2014.

Dados do PIB e população dos países – Banco Mundial. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/country/united-states>>. Acesso em: 23 jul. 2014.

DIEESE, M T E. **Nota técnica**, Nº 100, 2011. Disponível em: <[http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3052393E013055A36C450E9D/dieese\\_nt100.pdf](http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C812D3052393E013055A36C450E9D/dieese_nt100.pdf)>. Acesso em: 05 jun. 2014.

Economia dos Estados Unidos – US Economy. Histórico do PIB – GDP. Disponível em: <<http://useconomy.about.com/od/GDP-by-Year/a/US-GDP-History.htm>>. Acesso em: 02 ago. 2014.

Estatística de comércio exterior – DEAEX/MDIC. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1161>>. Acesso em: 20/07/14.

Exportações (FOB). Dados macroeconômicos - Ipea. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 22 jul. 14.

Faturamento real da indústria. Dados macroeconômicos - Ipea. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 13 ago. 2014.

FIESP. **Indústria acumula estoques, mesma com baixa produção, indica CNI**. Disponível em: <<http://www.fiesp.com.br/sindimilho/noticias/industria-acumula-estoques-mesmo-com-baixa-producao-indica-cni/>>. Acesso em: 08 jul. 2014.

\_\_\_\_\_ Raio X das relações bilaterais Brasil – China. Disponível em: <<http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/panorama-brasil-china/>> Acesso em: 25 jul. 2014.

Formação bruta de capital fixo - Séries históricas e estatísticas - IBGE. Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=12&op=0&vcodigo=ST52&t=formacao-bruta-capital-fixo-brvariacao-volume>>. Acesso em: 20 jul.14.

FURTADO, C. **Formação econômica do brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2003 – (Biblioteca Universitária, série 2). 32ª ed., 2005.

Governo Vargas - história do brasil. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/governo-vargas-1951-1954-suicidio-de-getulio-pos-fim-a-era-vargas.htm>>. Acesso em: 23 mai.2014

Histórico das taxas de juros – Banco Central. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/Pec/Copom/Port/taxaSelic.asp#notas>>. Acesso em: 24 jul. 2014.

Importações (FOB). Dados macroeconômicos - Ipea. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 22 jul. 14.

Instituto de pesquisa econômica aplicada – Ipea. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 30 ago. 2013.

LANDIM, R; DANTAS, F.. **Para Bacha, brasil sofre de ‘doença holandesa’**, 2013. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,para-bacha-brasil-sofre-de-doenca-holandesa-imp-,1000785>>. Acesso em: 07 jun. 2014.

LESSA, C. Pré-sal brasileiro é ouro em pó. **Revista Online do Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo, out, 2013. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/524817-pre-sal-brasileiro-e-ouro-em-po-entrevista-especial-com-carlos-lessa>>. Acesso em: 29 nov. 2013.

\_\_\_\_\_. Demolição sem projeto (I). **Valor Econômico**, São Paulo, 04 jun. 2014.

LORENZO, F; MARTINS, D. Indústria cresce em janeiro, mas projeção de fraco desempenho no ano se mantém. **Valor Econômico**, São Paulo, 12 mar. 2014.

MACHADO, T. Analistas projetam recuperação da indústria em janeiro. **Valor Econômico**, São Paulo, 11 mar. 2014a.

\_\_\_\_\_. **Indústria teve 3ª queda seguida**. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/3599760/para-analistas-industria-teve-3>>. Acesso em: 07 jul. 2014b.

MAGALHÃES, J. P. A. O pibinho, causas e soluções. **Jornal dos Economistas – JE**, Rio de Janeiro, n. 288, p. 3, jun. 2013.

MANIKW, N. G. **Macroeconomia**. Tradução e revisão técnica Teresa Cristina Padilha de Souza. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

MARAGONI, G; STÉDILE, J P, 2012. Desafios do desenvolvimento. **Revista de informações e debate do IPEA**. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2759:catid=28&Itemid=23](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2759:catid=28&Itemid=23)>. Acesso em: 01 jun.2014.

MARTINS, A. Desempenho da indústria trava retomada da economia no 4º tri: Ibre reduz pra 0,6% a projeção de expansão PIB no período. **Valor Econômico**, São Paulo, p. A4, 16 jan. 2014.

MARX, K. **O Capital** - Crítica da Economia Política. Livro I, v. II, cap. XXIII, p. 735. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MOREIRA, A. França: desindustrialização vira símbolo do declínio do país. **Valor Econômico**, São Paulo, 17 abr. 2012. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/internacional/2620580/franca-desindustrializacao-vira-simbolo-do-declinio-do-pais#ixzz349zL2Hl3>>. Acesso em: 06 jun. 2014.

NAKAHODO, S. N; JANCK, M S. A falácia da “doença holandesa” no Brasil. **Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais**, São Paulo, 2006.

NASSIF, A. Há evidências de desindustrialização no Brasil? **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 28, n. 1, Jan./Mar. 2008.

NEUMANN, D. Paralisia industrial já dura 5 anos e deixa setor mais ‘pobre’. **Valor Econômico**, São Paulo, p. A3, 09 jan. 2014.

\_\_\_\_\_. Parcela exportada da indústria cai em 2013. **Valor Econômico**, São Paulo, p. A3, 10 fev. 2014.

\_\_\_\_\_. O câmbio ainda não ajudou a produção. **Valor Econômico**, São Paulo, 12 mar. 2014.

NUNES, A J A. **Industrialização e desenvolvimento: a economia política do ‘modelo brasileiro de desenvolvimento’**. Coimbra, 1983.

OREIRO, J L. **Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro**, 2009. Disponível em: <<http://jlcoreiro.wordpress.com/2009/12/22/desindustrializacao-conceituacao-causas-efeitos-e-o-caso-brasileiro/>>. Acesso em: 03 jun. 2014.

OREIRO, J. L; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 30, n. 2, Apr./Jun. 2010.

PALMA, J. G. Quatro fontes de “desindustrialização” e um novo conceito de “doença holandesa”. In: conferência de industrialização, desindustrialização e desenvolvimento, 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Fiesp-Iedi, 2005.

PAULA, N; SCATOLIN, F. Setor externo e economia internacional: A economia brasileira e a doença holandesa. **Revista Economia & Tecnologia**, Paraná, Ano 02, Vol. 04 - Jan./Mar. de 2006. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs-2.2.4/index.php/ret/article/view/28945/18914>>. Acesso em: 16 Jul. 2014

PIB. Dados macroeconômicos - Ipea. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 16 jul. 14.

PIB da indústria. Dados macroeconômicos - Ipea. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 15 jul. 14.

PIB *per capita*. Dados macroeconômicos - Ipea. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 16 jul. 14.

PIB serviços. Dados macroeconômicos - Ipea. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 16 jul. 14.

PRÓALCOOL - Programa Brasileiro de Álcool. Disponível em: <<http://www.biodieselbr.com/proalcool/pro-alcool/programa-etanol.htm>>. Acesso em: 02 jun.2014

Produção industrial esfria otimismo com recuperação. **Valor Econômico**, São Paulo. 04 JUN. 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/opiniao/3258004/producao-industrial-esfria-otimismo-com-recuperacao>>. Acesso em: 01 jun. 2014.

Receita federal. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Aduana/ComerMercadBrasil/2002/Brasilchina/comercio.htm>>Acesso em: 25 jul. 2014.

Relatório estatístico da indústria - MDIC. Disponível em: <[http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl\\_1337260114.pdf](http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1337260114.pdf)>. Acesso em: 02 jun.2014

RIBEIRO, I. **Indústria de estruturas metálicas corta 15% da folha**. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/3601284/industria-de-estruturas-metalicas-corta-15-da-folha>>. Acesso em: 08 jul. 2014.

RIBEIRO, N. R.. **A expansão do capitalismo no brasil**. Joao Pessoa: Publicações Progeb, 2011.

\_\_\_\_\_. **A crise econômica: uma visão marxista**. João Pessoa: UFPB/ Editora Universitária, 2008.

ROSA, E. **A desindustrialização de Portugal e da UE**, 2013. Portal resistir. info. Disponível em: <[http://resistir.info/e\\_rosa/desindustrializacao\\_13abr13.html#asterisco](http://resistir.info/e_rosa/desindustrializacao_13abr13.html#asterisco)>. Acesso em: 07 jun. 2014.

SZMRECSÁNYI & SUZZIGAN, Org. **História econômica do Brasil contemporâneo**.

Disponível em:

<[http://books.google.com.br/books?id=motcMsGB1EMC&pg=PA147&lpg=PA147&dq=economia+brasileira+contemporanea+suzigan&source=bl&ots=iiXUCemwqz&sig=SRHFtb1ue43EkbvM7\\_WOy5r7k0c&hl=pt-BR&sa=X&ei=dj6LU5KCIqWmsATgsIDoBQ&ved=0CFQQ6AEwBQ#v=onepage&q=economia%20brasileira%20contemporanea%20suzigan&f=false](http://books.google.com.br/books?id=motcMsGB1EMC&pg=PA147&lpg=PA147&dq=economia+brasileira+contemporanea+suzigan&source=bl&ots=iiXUCemwqz&sig=SRHFtb1ue43EkbvM7_WOy5r7k0c&hl=pt-BR&sa=X&ei=dj6LU5KCIqWmsATgsIDoBQ&ved=0CFQQ6AEwBQ#v=onepage&q=economia%20brasileira%20contemporanea%20suzigan&f=false)>. Acesso em: 01 jun.2014

Série histórica do balanço de pagamentos – Banco Central. Disponível em:

<<http://www.bcb.gov.br/?SERIEBALPAG>>. Acesso em: 31 mai.2014

Sidra/Ibge-Pesquisa Anual da Indústria. Disponível em:

<<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=2386&z=t&o=22>>. Acesso em: 01 jun.2014.

SILVA, R. P. **O movimento cíclico da economia brasileira e da indústria de bens de capital: 1980-2000**. 2002. 98 p.: il. Dissertação (Mestrado em Economia) – Curso de Economia, Departamento de Economia, UFPB, João Pessoa, 2002.

SOARES, Cristiane; TEXEIRA, Joanílio Rodolpho. Uma abordagem econométrica do processo de desindustrialização no caso brasileiro: elementos para o debate. In: XXXVIII ENCONTRO DA ANPEC, 2010, Bahia. **Anais...** Bahia, 2010.

SOARES, E; SARAIVA, A; JURGENFELD, V. Produção da indústria paulistana cai 2,4% no 1º bimestre e indica que o setor patina. **Valor Econômico**, São Paulo, 09 abri. 2014.

Taxa de câmbio. Dados macroeconômicos - Ipea. Disponível em:

<<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 23 jul. 14.

Taxa de juros afeta exportações. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/redacao/2011/07/20/juros-altos-prejudicam-exportacoes-e-trabalhadores-dizem-entidades.jhtm>>. Acesso 24/07/14>. Acesso em 25 jul. 2014.

WATANABE, M. Déficit da indústria de transformação cresce e atinge US\$ 54 bilhões. **Valor Econômico**, São Paulo, p. A4, 27 jan. 2014.

**ANEXOS**

Anexo A - Nº de estabelecimentos das indústrias extrativas e de transformação segundo classes e gêneros de indústria em % (1981/84 - 1988/95)

<b>Gêneros da Indústria</b>	<b>1981</b>	<b>1982</b>	<b>1983</b>	<b>1984</b>	<b>1988</b>	<b>1989</b>	<b>1990</b>	<b>1992</b>	<b>1993</b>	<b>1994</b>	<b>1995</b>
Indústrias extrativas e de produtos minerais	1,59	1,71	1,41	1,4	2,07	2,05	1,99	1,99	2,11	2,07	2,07
Indústria de transformação	98,41	98,29	98,59	98,6	97,93	97,95	98,01	98,01	97,89	97,93	97,93
Produtos minerais	1,59	1,71	1,41	1,4	2,07	2,05	1,99	1,99	2,11	2,07	2,07
Minerais não-metálicos	13,59	13,55	12,38	12,11	5,88	5,98	6,04	6,15	6,42	6,54	6,72
Metalúrgica	8,16	8	7,87	7,57	8,51	8,54	8,58	8,64	8,69	8,89	9,13
Mecânica	7,08	6,67	6,96	7,07	7,94	7,66	7,66	7,75	7,36	7,61	7,55
Material elétrico e material de comunicações	2,49	2,49	2,49	2,27	5,25	5,16	5,08	5,08	4,8	4,93	4,82
Material de transporte	2,38	2,54	2,64	2,44	2,9	2,87	2,86	3,1	3,19	3,09	3,17
Madeira	8,2	7,9	7,18	7,99	3,59	3,4	3,5	3,15	3,21	3,25	3,26
Mobiliário	5,25	5,32	5,4	4,87	3,04	3,17	3,06	3,07	2,97	2,87	2,9
Papel e papelão	1,24	1,35	1,42	1,3	3,05	3,08	3,01	3,03	3,03	2,85	3,01
Borracha	0,94	0,97	1,01	0,97	1,54	1,47	1,52	1,63	1,64	1,7	1,81
Couros e peles e produtos similares	0,63	0,64	0,7	0,61	1,16	1,18	1,2	1,18	1,18	1,09	1,09
Química	2,54	2,5	2,53	2,52	7,76	7,75	7,56	7,92	8,03	7,67	8,09
Produtos farmacêuticos e medicinais	0,4	0,41	0,43	0,4	1,65	1,59	1,56	1,49	1,58	1,58	1,6
Produtos de perfumaria, sabões e velas	0,51	0,53	0,55	0,54	0,85	0,84	0,93	1,08	1,14	1,08	1,11
Produtos de matérias plásticas	1,94	1,93	2,08	1,95	3,03	3,02	3,06	3,11	3,27	3,21	3,23
Têxtil	4,77	3,93	4,04	3,74	5,6	5,68	5,7	5,37	5,38	5,56	5,31
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	8,1	8,34	8,14	9,57	8,88	9,02	8,89	7,79	7,7	7,92	7,49
Produtos alimentares	20,72	20,67	21,97	21,89	18,16	18,27	18,47	19,57	19,7	19,52	18,89
Bebidas	1,15	1,17	1,21	1,2	1,82	1,82	1,88	1,88	2,05	1,95	2,01
Fumo	0,13	0,12	0,12	0,12	0,71	0,7	0,76	0,72	0,61	0,48	0,51
Editorial e gráfica	4,52	4,79	4,77	4,92	3,28	3,37	3,3	3,38	3,31	3,34	3,48
Diversas	2,21	2,38	2,65	2,4	3,33	3,35	3,41	2,93	2,64	2,81	2,76

Fonte: PIA/SIDRA/IBGE – Banco de dados agregados



Anexo B - Nº de pessoal ocupado das indústrias extrativas e de transformação segundo classes e gêneros de indústria em % (1981/84 - 1988/95)

<b>Gêneros da Indústria</b>	<b>1981</b>	<b>1982</b>	<b>1983</b>	<b>1984</b>	<b>1988</b>	<b>1989</b>	<b>1990</b>	<b>1992</b>	<b>1993</b>	<b>1994</b>	<b>1995</b>
Indústrias extrativas e de produtos minerais	1,85	1,71	1,69	1,79	1,89	1,82	1,8	1,99	1,99	1,86	1,83
Indústria de transformação	98,15	98,29	98,31	98,21	98,11	98,18	98,2	98,01	98,01	98,14	98,17
Produtos minerais	1,85	1,71	1,69	1,79	1,89	1,82	1,8	1,99	1,99	1,86	1,83
Minerais não-metálicos	7,17	7,38	6,8	6,23	4,51	4,44	4,1	3,93	3,98	3,93	3,95
Metalúrgica	10,58	10,09	9,38	10,28	10,69	11,16	10,95	10,13	10,58	10,38	10,13
Mecânica	10,69	9,66	10,57	10,48	8,27	8,1	8,16	8,02	7,53	7,22	7,07
Material elétrico e material de comunicações	5,04	4,95	4,84	4,83	6,85	7,2	6,9	5,78	5,52	5,72	5,97
Material de transporte	5,07	5,33	5,7	5,55	7,49	7,69	7,94	7,55	8,07	8,48	8,18
Madeira	4,46	5,06	3,4	4,43	2,42	2,16	1,88	2,04	2,22	2,11	2,12
Mobiliário	3,29	3,36	3,27	3,22	2,08	1,96	1,89	1,83	1,85	1,9	1,9
Papel e papelão	2,24	2,58	2,61	2,53	2,81	2,93	2,94	3,09	3,06	3,01	3,22
Borracha	1,09	1,15	1,29	1,4	1,46	1,41	1,5	1,5	1,39	1,55	1,54
Couros e peles e produtos similares	0,87	0,91	1,07	1,09	0,9	0,92	0,86	0,9	0,94	0,83	0,77
Química	3,67	3,96	4,12	4,32	7,1	6,81	6,64	7,18	7,09	6,93	6,81
Produtos farmacêuticos e medicinais	0,79	0,8	0,81	0,71	1,02	1,14	1,17	1,33	1,43	1,47	1,62
Produtos de perfumaria, sabões e velas	0,63	0,58	0,56	0,5	0,75	0,79	1,02	1,26	1,45	0,92	0,97
Produtos de matérias plásticas	2,8	2,61	2,39	2,48	2,94	3,05	2,78	2,9	3,09	3,24	3,17
Têxtil	8,68	7,14	6,59	6,56	7,07	7,03	6,94	6,54	7,18	7,11	6,5
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	9,36	10,7	11,97	12,44	11,73	11,59	11,65	11,4	10,65	10,32	9,31
Produtos alimentares	12,49	12,5	13,07	11,72	12,46	12,09	12,95	14,63	14,33	15,09	16,41
Bebidas	1,41	1,17	1,38	1,27	1,69	1,75	1,97	2,26	2,27	2,1	2,38
Fumo	0,43	0,43	0,41	0,38	0,56	0,55	0,6	0,62	0,56	0,56	0,59
Editorial e gráfica	3,19	3,62	3,23	2,92	2,55	2,49	2,73	2,78	2,73	2,86	3,27
Diversas	2,21	2,2	2,6	2,25	2,77	2,89	2,64	2,33	2,1	2,41	2,3

Fonte: PIA/SIDRA/IBGE – Banco de dados agregados

## Anexo C: Exportação brasileira - categoria de uso US\$ f.o.b. (2013/6-2014/6)

DISCRIMINACAO	JANEIRO / JUNHO					JUNHO				
	2014 (A)	Part.%	2013 (B)	Part.%	Var.% A/B	2014 (C)	Part.%	2013 (D)	Part.%	Var.% C/D
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>110.530.883,19</b>	100,00	<b>114.424.119,67</b>	100,0	-3,40	20.466.916.246	100,00	21.134.041.444	100,0	-3,16
<b>1 - BENS DE CAPITAL</b>	<b>8.955.691.856</b>	<b>8,10</b>	<b>11.166.532.278</b>	<b>9,76</b>	-	1.506.396.123	7,36	3.214.644.353	15,21	-53,14
MAQUINAS E FERRAMENTAS	274.997.734	0,25	277.373.572	0,24	-0,86	32.954.660	0,16	38.660.487	0,18	-14,76
OUTROS BENS OU EQUIPAMENTO AGRICULTURA	54.020.209	0,05	35.199.288	0,03	53,47	12.202.830	0,06	4.399.701	0,02	177,36
PARTES E PECAS PARA BENS DE CAPITAL PARA	95.431.791	0,09	109.534.737	0,10	-	11.563.820	0,06	20.352.146	0,10	-43,18
MAQUINAS E APARELHOS DE ESCRITORIO.SERVICO	412.308.911	0,37	434.647.771	0,38	-5,14	71.283.461	0,35	75.240.358	0,36	-5,26
FERRAMENTAS	245.561.022	0,22	239.018.152	0,21	2,74	42.960.767	0,21	41.054.621	0,19	4,64
ACESSORIOS DE MAQUINARIA INDUSTRIAL	849.292.429	0,77	820.436.444	0,72	3,52	118.904.430	0,58	157.951.545	0,75	-24,72
MAQUINARIA INDUSTRIAL	2.632.976.226	2,38	2.258.345.458	1,97	16,59	399.465.564	1,95	421.930.837	2,00	-5,32
PARTES E PECAS PARA BENS DE CAPITAL PARA	701.745.902	0,63	754.411.152	0,66	-6,98	114.055.603	0,56	120.465.742	0,57	-5,32
EQUIPAMENTO MOVEI DE TRANSPORTE	3.051.922.324	2,76	5.591.667.867	4,89	-	598.818.340	2,93	2.192.968.954	10,38	-72,69
EQUIPAMENTO FIXO DE TRANSPORTE	115.652.215	0,10	76.735.421	0,07	50,72	3.539.960	0,02	60.265.060	0,29	-94,13
OUTROS BENS DE CAPITAL	521.783.093	0,47	569.162.416	0,50	-8,32	100.646.688	0,49	81.354.902	0,38	23,71
<b>2 - BENS DE CONSUMO</b>	<b>17.077.551.381</b>	<b>15,45</b>	<b>18.958.091.324</b>	<b>16,57</b>	-9,92	3.132.502.203	15,31	3.181.825.954	15,06	-1,55
<b>2.1 - BENS DE CONSUMO NAO DURAVEIS</b>	<b>14.076.135.881</b>	<b>12,74</b>	<b>15.134.494.264</b>	<b>13,23</b>	-6,99	2.605.504.992	12,73	2.498.306.351	11,82	4,29
PRODUTOS ALIMENTICIOS	11.123.267.207	10,06	11.791.136.310	10,30	-5,66	1.957.688.596	9,57	1.800.447.172	8,52	8,73
BEBIDAS E TABACOS	1.069.124.699	0,97	1.536.555.520	1,34	-	292.292.808	1,43	411.799.085	1,95	-29,02
PRODUTOS DE TOUCADOR	352.784.316	0,32	355.299.788	0,31	-0,71	63.702.198	0,31	51.917.513	0,25	22,70
VESTUARIO E OUTRAS CONFECÇÕES TEXTEIS	108.885.089	0,10	122.642.069	0,11	-	18.129.747	0,09	18.307.342	0,09	-0,97
PRODUTOS FARMACEUTICOS	645.218.312	0,58	573.987.686	0,50	12,41	113.689.728	0,56	102.658.248	0,49	10,75
OUTROS BENS DE CONSUMO NAO DURAVEIS	776.856.258	0,70	754.872.891	0,66	2,91	160.001.915	0,78	113.176.991	0,54	41,37
<b>2.2 - BENS DE CONSUMO DURAVEIS</b>	<b>3.001.415.500</b>	<b>2,72</b>	<b>3.823.597.060</b>	<b>3,34</b>	-	526.997.211	2,57	683.519.603	3,23	-22,90
UTENSILIOS DOMESTICOS	166.440.476	0,15	148.765.205	0,13	11,88	28.535.501	0,14	23.964.997	0,11	19,07
OBJETOS DE ADORNO DE USO PESSOAL E OUTROS	466.744.039	0,42	488.399.686	0,43	-4,43	79.474.620	0,39	83.010.290	0,39	-4,26
MOVEIS E OUTROS EQUIPAMENTOS PARA CASA	258.900.055	0,23	261.957.153	0,23	-1,17	40.119.751	0,20	44.504.392	0,21	-9,85
MAQUINAS E APARELHOS DE USO DOMESTICO	128.762.995	0,12	160.860.020	0,14	-	19.498.406	0,10	23.226.434	0,11	-16,05
VEICULOS AUTOMOVEIS DE PASSAGEIROS	1.771.622.509	1,60	2.543.713.851	2,22	-	295.447.796	1,44	469.131.884	2,22	-37,02
PARTES E PECAS PARA BENS DE CONSUMO	114.809.369	0,10	129.790.228	0,11	-	16.510.353	0,08	22.918.011	0,11	-27,96
OUTROS BENS DE CONSUMO DURAVEIS	94.136.057	0,09	90.110.917	0,08	4,47	47.410.784	0,23	16.763.595	0,08	182,82
<b>3 - COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES</b>	<b>9.068.608.542</b>	<b>8,20</b>	<b>7.242.545.721</b>	<b>6,33</b>	25,21	2.051.485.653	10,02	1.036.303.580	4,90	97,96
<b>4 - MATERIAS-PRIMAS E PRODUTOS INTERMEDIARIOS</b>	<b>73.057.284.534</b>	<b>66,10</b>	<b>74.590.167.704</b>	<b>65,19</b>	-2,06	13.400.074.870	65,47	13.323.525.498	63,04	0,57
ALIMENTOS PARA ANIMAIS	4.773.888.787	4,32	5.470.761.141	4,78	-	964.605.396	4,71	712.947.036	3,37	35,30
OUTRAS MATERIAS-PRIMAS PARA AGRICULTURA	364.913.090	0,33	409.628.713	0,36	-	74.520.939	0,36	65.959.644	0,31	12,98
PRODUTOS ALIMENTICIOS	23.473.563.338	21,24	22.179.936.574	19,38	5,83	4.942.253.340	24,15	4.818.927.770	22,80	2,56
PRODS AGROPECUARIOS NAO ALIMENTICIOS	6.992.951.522	6,33	6.728.855.956	5,88	3,92	1.140.165.196	5,57	1.075.633.391	5,09	6,00
PRODUTOS MINERAIS	22.964.172.696	20,78	24.733.511.821	21,62	-7,15	3.862.408.836	18,87	4.084.944.228	19,33	-5,45
PRODUTOS INTERMEDIARIOS - PARTES E PECAS	1.129.357.362	1,02	1.380.013.038	1,21	-	190.141.129	0,93	207.146.937	0,98	-8,21
PRODUTOS QUIMICOS E FARMACEUTICOS	6.350.249.044	5,75	6.824.233.142	5,96	-6,95	1.092.788.730	5,34	1.153.335.070	5,46	-5,25
MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	1.915.562.657	1,73	1.521.897.928	1,33	25,87	320.200.555	1,56	270.207.149	1,28	18,50
ACESSORIOS DE EQUIPAMENTOS DE TRANSPORTE	4.009.446.151	3,63	4.752.436.131	4,15	-	605.296.394	2,96	756.832.343	3,58	-20,02
PARTES E PECAS PARA EQUIPAMENTOS DE	685.559.523	0,62	177.752.293	0,16	285,6	147.748.196	0,72	120.742.329	0,57	22,37
OUTRAS MATERIAS-PRIMAS E PRODS INTERMEDIARIOS	397.620.364	0,36	411.140.967	0,36	-3,29	59.946.159	0,29	56.849.601	0,27	5,45
<b>5 - OPERACOES ESPECIAIS</b>	<b>2.371.746.881</b>	<b>2,15</b>	<b>2.466.782.644</b>	<b>2,16</b>	-3,85	376.457.397	1,84	377.742.059	1,79	-0,34

Fonte: Estatística de comércio exterior – DEAE/MDIC

## Anexo D - Exportação brasileira - principais países de destino - US\$ f.o.b. (2013/6-2014/6)

ORDEM 2013 2014		DISCRIMINAÇÃO	JANEIRO / JUNHO				JUNHO					
			2014 (A)	Part. %	2013 (B)	Part. %	Var. % A/B	2014 (C)	Part. %	2013 (D)	Part. %	Var.% C/D
TOTAL GERAL-----			110.530.883.194	100,0	114.424.119.671	100,	-3,40	20.466.916.246	100,00	21.134.041.444	100,0	-3,16
1	1	China-----	23.879.847.230	21,60	22.956.508.045	20,0	4,02	4.791.126.882	23,41	4.895.800.250	23,17	-2,14
2	2	Estados Unidos-----	12.734.414.270	11,52	11.474.470.956	10,0	10,98	2.266.873.447	11,08	2.185.384.966	10,34	3,73
3	3	Argentina-----	7.417.651.991	6,71	9.321.178.295	8,15	-20,42	1.224.571.692	5,98	1.643.669.485	7,78	-25,50
4	4	Países Baixos (Holanda) -----	6.904.158.779	6,25	7.075.758.374	6,18	-2,43	1.503.348.262	7,35	1.213.567.376	5,74	23,88
5	5	Japão-----	3.281.862.928	2,97	3.830.904.095	3,35	-14,33	597.322.630	2,92	493.812.947	2,34	20,96
6	6	Alemanha -----	3.014.216.644	2,73	3.029.502.934	2,65	-0,50	576.590.631	2,82	537.350.751	2,54	7,30
9	7	Chile -----	2.221.040.722	2,01	2.086.233.522	1,82	6,46	252.930.554	1,24	357.488.860	1,69	-29,25
8	8	Itália-----	2.129.754.945	1,93	2.170.731.423	1,90	-1,89	329.943.534	1,61	417.578.244	1,98	-20,99
11	9	Venezuela-----	2.076.909.173	1,88	1.969.424.909	1,72	5,46	475.020.440	2,32	272.192.897	1,29	74,52
10	10	Reino Unido -----	2.037.634.295	1,84	1.972.272.494	1,72	3,31	366.313.326	1,79	309.592.622	1,46	18,32
22	11	Índia-----	1.875.911.110	1,70	1.408.848.638	1,23	33,15	264.227.148	1,29	167.339.754	0,79	57,90
7	12	Coréia, República da (Sul)-----	1.820.324.279	1,65	2.364.913.452	2,07	-23,03	284.092.327	1,39	400.027.668	1,89	-28,98
14	13	Espanha-----	1.709.065.480	1,55	1.736.909.462	1,52	-1,60	419.008.846	2,05	284.077.211	1,34	47,50
13	14	México-----	1.691.070.821	1,53	1.833.911.422	1,60	-7,79	280.575.419	1,37	299.599.299	1,42	-6,35
19	15	Rússia, Federação da -----	1.669.578.532	1,51	1.525.809.782	1,33	9,42	432.895.891	2,12	239.647.553	1,13	80,64
17	16	Hong Kong-----	1.647.601.527	1,49	1.662.072.209	1,45	-0,87	243.047.957	1,19	334.795.383	1,58	-27,40
20	17	Paraguai -----	1.624.965.518	1,47	1.518.754.475	1,33	6,99	257.142.707	1,26	214.936.157	1,02	19,64
15	18	França-----	1.443.747.958	1,31	1.723.352.579	1,51	-16,22	345.709.505	1,69	223.161.198	1,06	54,91
16	19	Bélgica-----	1.425.217.590	1,29	1.709.541.000	1,49	-16,63	232.472.919	1,14	240.721.040	1,14	-3,43
32	20	Cingapura -----	1.300.366.995	1,18	792.853.459	0,69	64,01	162.438.777	0,79	135.760.224	0,64	19,65
30	21	Uruguai-----	1.233.974.546	1,12	863.514.147	0,75	42,90	265.323.225	1,30	152.522.231	0,72	73,96
26	22	Emirados Árabes Unidos-----	1.194.673.393	1,08	1.133.406.459	0,99	5,41	263.786.803	1,29	149.783.295	0,71	76,11
21	23	Arábia Saudita-----	1.180.182.886	1,07	1.465.845.154	1,28	-19,49	189.437.590	0,93	182.475.394	0,86	3,82
23	24	Colômbia-----	1.107.075.812	1,00	1.204.202.715	1,05	-8,07	200.371.708	0,98	177.065.896	0,84	13,16
24	25	Canadá-----	1.054.476.647	0,95	1.200.521.594	1,05	-12,17	152.598.066	0,75	174.446.384	0,83	-12,52
31	26	Indonésia -----	998.217.496	0,90	815.627.904	0,71	22,39	276.829.715	1,35	201.876.486	0,96	37,13
28	27	Egito -----	948.044.410	0,86	906.622.748	0,79	4,57	127.785.855	0,62	166.168.215	0,79	-23,10
27	28	Peru -----	891.527.472	0,81	1.010.728.385	0,88	-11,79	172.695.351	0,84	170.638.204	0,81	1,21
33	29	Tailândia -----	844.675.996	0,76	726.494.329	0,63	16,27	157.274.385	0,77	137.919.945	0,65	14,03
34	30	Bolívia-----	754.383.873	0,68	717.521.069	0,63	5,14	131.768.411	0,64	104.649.637	0,50	25,91
DEMAIS PAISES-----			18.418.309.876	16,66	22.215.683.642	19,4	-17,09	3.223.392.243	15,75	4.649.991.872	22,00	-30,68

Fonte: Estatística de comércio exterior – DEAEX/MDIC

## Anexo E - Exportação brasileira - países e produtos - ordem decrescente janeiro / junho – 2014 US\$ f.o.b.

DISCRIMINAÇÃO	JANEIRO / JUNHO					JUNHO				
	2014 (A)	Part. %	2013 (B)	Part. %	Var. % A/B	2014 (C)	Part. %	2013 (D)	Part. %	Var.% C/D
<b>TOTAL GERAL</b> -----	<b>110.530.883.194</b>	<b>100,00</b>	<b>114.424.119.671</b>	<b>100,00</b>	<b>-3,40</b>	<b>20.466.916.246</b>	<b>100,00</b>	<b>21.134.041.444</b>	<b>100,00</b>	<b>-3,16</b>
<b>01-CHINA</b> -----	<b>23.879.847.230</b>	<b>21,60</b>	<b>22.956.508.045</b>	<b>20,06</b>	<b>4,02</b>	<b>4.791.126.882</b>	<b>23,41</b>	<b>4.895.800.250</b>	<b>23,17</b>	<b>-2,14</b>
SOJA MESMO TRITURADA-----	11.982.188.223	10,84	10.939.867.785	9,56	9,53	2.348.990.017	11,48	2.685.613.276	12,71	-12,53
MINERIOS DE FERRO E SEUS CONCENTRADOS-----	6.732.955.781	6,09	6.963.324.042	6,09	-3,31	1.087.357.680	5,31	1.271.581.588	6,02	-14,49
OLEOS BRUTOS DE PETROLEO-----	1.591.042.137	1,44	1.613.361.040	1,41	-1,38	610.169.172	2,98	294.988.152	1,40	106,85
CELULOSE-----	794.020.254	0,72	727.969.355	0,64	9,07	148.478.768	0,73	93.745.629	0,44	58,38
COUROS E PELES,DEPILADOS,EXCETO EM BRUTO-----	390.378.085	0,35	270.842.173	0,24	44,13	57.783.379	0,28	46.498.904	0,22	24,27
ACUCAR DE CANA,EM BRUTO-----	323.955.502	0,29	336.474.334	0,29	-3,72	58.336.578	0,29	144.802.080	0,69	-59,71
CARNE DE FRANGO CONGELADA,FRESCA OU REFRIG.INCL.MIUDOS-----	236.994.031	0,21	220.965.235	0,19	7,25	38.233.941	0,19	33.836.731	0,16	13,00
FERRO-LIGAS-----	225.487.829	0,20	191.323.600	0,17	17,86	43.067.810	0,21	31.441.484	0,15	36,98
OLEO DE SOJA EM BRUTO-----	198.067.820	0,18	193.128.266	0,17	2,56	96.855.921	0,47	12.769.564	0,06	658,49
MINERIOS DE COBRE E SEUS CONCENTRADOS-----	135.110.251	0,12	86.194.499	0,08	56,75	41.120.052	0,20	28.212.897	0,13	45,75
DEMAIS PRODUTOS-----	1.269.647.317	1,15	1.413.057.716	1,23	-10,15	260.733.564	1,27	252.309.945	1,19	3,34
<b>02-ESTADOS UNIDOS</b> -----	<b>12.734.414.270</b>	<b>11,52</b>	<b>11.474.470.956</b>	<b>10,03</b>	<b>10,98</b>	<b>2.266.873.447</b>	<b>11,08</b>	<b>2.185.384.966</b>	<b>10,34</b>	<b>3,73</b>
OLEOS BRUTOS DE PETROLEO-----	1.452.406.537	1,31	1.517.722.989	1,33	-4,30	131.004.377	0,64	333.598.243	1,58	-60,73
PRODUTOS SEMIMANUFATURADOS DE FERRO OU ACOS-----	997.483.924	0,90	924.585.369	0,81	7,88	159.919.089	0,78	106.455.961	0,50	50,22
AVIOES-----	773.727.408	0,70	299.795.445	0,26	158,09	148.150.065	0,72	106.426.540	0,50	39,20
CAFE CRU EM GRAO-----	549.359.807	0,50	483.028.078	0,42	13,73	112.130.217	0,55	67.943.613	0,32	65,03
CELULOSE-----	496.029.583	0,45	455.426.381	0,40	8,92	89.542.899	0,44	76.026.206	0,36	17,78
SOJA MESMO TRITURADA-----	471.413.788	0,43	80.156.077	0,07	488,12	219.244.921	1,07	66.184.006	0,31	231,27
OBRAS DE MARMORE E GRANITO-----	355.246.782	0,32	344.360.099	0,30	3,16	66.195.897	0,32	71.946.264	0,34	-7,99
ETANOL-----	327.712.268	0,30	498.598.452	0,44	-34,27	66.213.002	0,32	116.550.794	0,55	-43,19
FERRO FUNDIDO BRUTO E FERRO "SPIEGEL" (EX FERRO GUSA)-----	317.807.972	0,29	349.785.689	0,31	-9,14	71.906.860	0,35	56.252.197	0,27	27,83
MOTORES,GERADORES E TRANSFORMADORES ELETR.E SUAS PARTES-----	278.726.660	0,25	248.036.564	0,22	12,37	49.970.631	0,24	48.722.461	0,23	2,56
DEMAIS PRODUTOS-----	6.714.499.541	6,07	6.272.975.813	5,48	7,04	1.152.595.489	5,63	1.135.278.681	5,37	1,53
<b>03-ALEMANHA</b> -----	<b>3.014.216.644</b>	<b>2,73</b>	<b>3.029.502.934</b>	<b>2,65</b>	<b>-0,50</b>	<b>576.590.631</b>	<b>2,82</b>	<b>537.350.751</b>	<b>2,54</b>	<b>7,30</b>
CAFE CRU EM GRAO-----	559.978.795	0,51	457.089.891	0,40	22,51	99.974.242	0,49	69.853.243	0,33	43,12
FARELO E RESIDUOS DA EXTRACAO DE OLEO DE SOJA-----	380.387.467	0,34	251.020.093	0,22	51,54	96.251.703	0,47	71.863.909	0,34	33,94
MINERIOS DE FERRO E SEUS CONCENTRADOS-----	309.179.423	0,28	503.208.869	0,44	-38,56	13.693.611	0,07	82.078.517	0,39	-83,32
MINERIOS DE COBRE E SEUS CONCENTRADOS-----	216.246.245	0,20	264.122.052	0,23	-18,13	63.158.280	0,31	33.260.725	0,16	89,89
PRODUTOS SEMIMANUFATURADOS DE FERRO OU ACOS-----	121.609.716	0,11	74.717.847	0,07	62,76	82.660.947	0,40	95.907	0,00	*
MOTORES PARA VEICULOS AUTOMOVEIS E SUAS PARTES-----	118.104.647	0,11	136.122.801	0,12	-13,24	14.799.566	0,07	23.382.156	0,11	-36,71
SOJA MESMO TRITURADA-----	98.620.995	0,09	9.706.772	0,01	916,00	12.387.249	0,06	9.706.772	0,05	27,61
PARTES E PECAS PARA VEICULOS AUTOMOVEIS E TRATORES-----	55.930.856	0,05	83.995.668	0,07	-33,41	9.266.311	0,05	14.045.444	0,07	-34,03
PREPARACOES E CONSERVAS,DE CARNE DE FRANGO-----	55.863.574	0,05	61.512.606	0,05	-9,18	4.257.964	0,02	8.715.055	0,04	-51,14
COUROS E PELES,DEPILADOS,EXCETO EM BRUTO-----	53.483.614	0,05	39.385.249	0,03	35,80	7.500.343	0,04	6.437.439	0,03	16,51
DEMAIS PRODUTOS-----	1.044.811.312	0,95	1.148.621.086	1,00	-9,04	172.640.415	0,84	217.911.584	1,03	-20,78

Fonte: Estatística de comércio exterior – DEAE/MDIC

## Anexo F - Taxas anuais de crescimento do pib e dos setores de atividade econômica – 1951-2000

PERÍODO	PIB	INDÚSTRIA	SERVIÇOS	AGROPECUÁRIA
1951	4,9	6,4	9,9	0,7
1952	7,3	5	10,8	9,7
1953	4,7	8,7	-0,1	0,2
1954	7,9	8,7	13	7,9
1955	8,7	10,6	3,5	7,7
1956	2,5	6,9	4,7	-2,4
1957	8,4	5,7	9	9,3
1958	10,5	16,2	5,4	2
1959	9,5	11,9	1,2	5,3
1960	9,6	9,6	13	4,9
1961	8,8	10,6	11,9	7,6
1962	6,5	7,8	5,3	5,5
1963	0,4	0,2	2,9	1
1964	3,6	5,2	2,1	1,3
1965	2,4	-4,7	1,3	13,8
1966	6,8	11,7	5,8	-3,2
1967	4,4	3	5,8	5,7
1968	9,7	15,5	8,9	1,4
1969	9,4	12,1	11,6	3,8
1970	10,4	10,4	10,5	1
1971	11,4	11,8	11,4	10,2
1972	11,9	14,2	12,5	4
1973	13,9	17	15,6	0,1
1974	8,1	8,5	10,9	1,3
1975	5,2	4,9	4,9	6,6
1976	10,3	11,7	11,4	2,2
1977	4,9	3,1	5	12,1
1978	5	6,4	6,1	-2,8
1979	6,8	6,8	7,7	4,8
1980	9,2	9,3	9,2	9,6
1981	-4,3	-8,9	-2,5	8
1982	0,8	0	2,1	-0,2
1983	-2,9	-5,9	-0,5	-0,5
1984	5,4	6,3	5,4	2,6
1985	7,9	8,3	7	9,6
1986	7,5	11,7	8,1	-8
1987	3,6	1	3,3	15
1988	-0,1	-2,6	2,4	0,8
1989	3,2	2,9	3,6	2,8
1990	-5,1	-8,7	-1,2	-2,8
1991	1,3	0,3	0,3	1,4
1992	-0,3	-4,2	0,3	4,9
1993	4,4	7	1,8	-0,1
1994	5,9	6,7	1,8	5,5
1995	4,2	1,9	1,3	4,1
1996	2,7	3,3	2,3	3,1
1997	3,3	4,7	2,6	-0,8
1998	0,2	-1,4	1,1	1,8
1999	1,1	-1,6	1,4	9,6
2000	4,2	4,8	3,6	2,9

Fonte: Conjuntura Econômica e Ipeadata (apud PALHANO, 2002)